PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI 2023-2027

2023

Comissão de Atualização
PDI 2023-2027

Prof. Dr. Fábio Dal-Soto
Reitor

Prof. Me. Regis Augusto Norbert Deuschle
Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Janaina Coser
Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Profa. Ma. Jaciara Treter Sippert
Pró-Reitora de Administração

Prof. Dr. Cláudio Renato de Camargo Mello
Diretor do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Prof. Me. Leandro de Moraes Kohl
Diretor do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias

Profa. Ma. Raquel Buzatti Souto
Docente do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Profa. Dra. Patrícia Mariotto Mozzaquatro Chicon
Docente do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Profa. Dra. Josiane Woutheres Bortolotto
Docente do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias

Profa. Dra. Mariana Migliorini Parisi
Docente do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias

Profa. Me. Maria Christina Schettert Moraes
Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação

Prof. Dr. Rafael Vieira de Mello Lopes
Representante da comunidade externa

Roseli Maria Boito Hauenstein
Representante do corpo técnico-funcional

Kelly Rodrigues Conrad
Representante do corpo discente

Adrieli da Silva Fogaça
Gestora da Central de Atendimento ao Acadêmico

Sadi Herrmann
Representante da Mantenedora

Revisão ortográfico-gramatical
Profa. Dra. Carla Rosane da Silva Tavares Alves

Sumário

	Comissão de Atualização.....	2
	Sumário.....	3
	Apresentação.....	6
1.	**PERFIL INSTITUCIONAL.....**	**8**
1.1.	Missão, visão e valores.....	8
1.2	Histórico e inserção regional.....	10
1.3	Finalidades e características.....	13
1.4.	Área de atuação.....	15
1.5.	Análise contextual.....	16
2.	**PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....**	**21**
2.1.	Princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas na instituição.....	21
2.1.1.	Princípios filosóficos.....	22
2.1.2.	Princípios teóricos-metodológicos.....	22
2.2.	Organização didático-pedagógica na instituição.....	24
2.2.1.	Seleção de conteúdos.....	24
2.2.2.	Metodologias utilizadas nos processos de ensino e aprendizagem	25
2.2.3.	Avaliação do processo de ensino e aprendizagem.....	26
2.2.4.	Curricularização da extensão.....	27
2.3.	Políticas de ensino (graduação, pós-graduação e educação continuada).....	28
2.3.1.	Políticas de graduação.....	28
2.3.2.	Políticas de pós-graduação *stricto sensu*.....	29
2.3.3.	Políticas de educação continuada.....	29
2.4.	Políticas de pesquisa e extensão.....	30
2.5.	Políticas de empreendedorismo e inovação.....	32
2.6.	Políticas de internacionalização.....	33
2.7.	Políticas de educação inclusiva e acessibilidade.....	34
2.8.	Políticas de responsabilidade social, ambiental e cultural.....	35
2.9.	Comunicação com a comunidade interna, externa, instituições e empresa.....	35
3.	**OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS.....**	**38**
Eixo 1	Planejamento institucional.....	38
Eixo 2	Desenvolvimento institucional.....	40
Eixo 3	Políticas acadêmicas.....	43
Eixo 4	Políticas de gestão.....	59
Eixo 5	Infraestrutura.....	61

4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS..... 62
4.1. Cursos de graduação..... 62
4.2. Cursos de pós-graduação *lato sensu*..... 64
4.3. Programas de pós-graduação *stricto sensu*..... 65

5. COMUNIDADE ACADÊMICA..... 66
5.1. Corpo discente..... 66
5.2. Perfil dos corpo docente, tutores e técnico-funcional..... 71
5.3. Atividades de tutoria..... 72
5.4. Perfil do corpo técnico-funcional..... 73

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA..... 75
6.1. Políticas de gestão..... 75
6.2. Estrutura organizacional..... 76
6.3. Autonomia da mantida em relação à mantenedora..... 78

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS..... 78
7.1. Salas de aula..... 78
7.2. Salas de professores..... 79
7.3. Sala de professores tempo integral e parcial..... 79
7.4. Sala de direção de centro e coordenação de curso..... 79
7.5. Espaços para atendimento aos discentes..... 80
7.6. Auditórios..... 81
7.7. Biblioteca..... 81
7.8. Laboratórios..... 83
7.9. Hospital Veterinário..... 86
7.10 Expansão universitária..... 86

8. PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL..... 87
8.1. Planejamento Institucional..... 87
8.2. Autoavaliação Institucional..... 87
8.3. Comissão Própria de Avaliação (CPA)..... 88
8.4. Processos de autoavaliação institucional..... 89

9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS..... 93
9.1. Sustentabilidade financeira..... 93
9.2. Estratégica de gestão econômico-financeira..... 94
9.3. Plano de investimentos..... 94

Lista de quadros..... 96

Lista de figuras..... 96

Resolução Nº 22/2003..... 97

Referências..... 98

Apresentação

O atual contexto da educação superior, no Brasil, apresenta inúmeros desafios para as instituições que operacionalizam as tradicionais atividades de ensino, pesquisa e extensão no seu cotidiano, especialmente no segmento das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices) ou públicas não estatais, o qual é integrado pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Esses desafios são diversos e refletem os caminhos adotados pelo país na educação, ciência e tecnologia, assim como as mudanças gerais no ambiente, notadamente do mercado de trabalho, da tecnologia e do comportamento humano das novas gerações.

Por um lado, existem aqueles elementos que estão dispostos no ambiente e orientam a população em geral, no que tange à importância da educação (formal) e da qualificação profissional, em todos os níveis e áreas do conhecimento. Infelizmente, o país tem apresentado um descrédito generalizado pelo setor educacional há vários anos ou décadas. No âmbito da educação superior, a situação dos cursos de licenciaturas é emblemática, assim como a ausência de políticas públicas permanentes e consistentes para o financiamento dos discentes. Exemplos não faltam sobre a importância dos investimentos em educação e o devido lugar desse setor, incluindo ciência e tecnologia, para o desenvolvimento de uma nação (vide os casos de EUA, Canadá, Austrália, países nórdicos e demais países europeus, etc.).

Ainda no âmbito da educação superior, a ânsia e o desejo descontrolados pelo aumento do número de graduados via educação a distância, combinados com a flexibilização dos marcos regulatórios e avaliativos, têm representado um verdadeiro engodo para a população que almeja mobilidade social. O potencial de uma formação sólida e qualificada, calcada na presencialidade, assim como a capacidade científica e tecnológica de uma população continuadamente bem-preparada, são aspectos que não podem ser desacreditados e, ao contrário, merecem investimentos e atenção especial dos atores públicos e privados.

Por outro lado, há vários elementos que pertencem ao ambiente interno das instituições de educação superior e que, por consequência, estão na alçada de seus gestores, nos diferentes níveis. No segmento das Ices, isso se amplifica sobremaneira, tendo em vista a sua natureza e suas características, pois conduzem as qualificadas atividades de forma sustentada, majoritariamente, pelos recursos das mensalidades dos acadêmicos. Além disso, suas decisões são tomadas por instâncias colegiadas e primam, invariavelmente, pelo envolvimento com o desenvolvimento econômico e social de suas regiões de atuação.

Por certo, o contexto mais acirrado da educação superior tem exigido medidas mais céleres e ajustadas à dinâmica setorial. Para as Ices, a redução do número de acadêmicos tem sido uma preocupação constante nos últimos anos,

potencializada pelos efeitos da pandemia Covid-19. Isso tudo tem exigido dos gestores a adoção de diversas medidas, tanto na área acadêmica, quanto na área administrativa, as quais precisam estar equilibradas para o bom desempenho institucional.

É nesse contexto que a Unicruz desenvolve as suas atividades, projetando-as para o período 2023-2027. Este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado pela Resolução do Conselho Universitário Nº 22/2023, de 30 de agosto de 2023, reflete o posicionamento da Unicruz, construído a várias "mãos" dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, ou seja, corpo docente, corpo discente e corpo técnico-funcional, além da comunidade externa. O conjunto das ações, aqui previstas e formalizadas, orienta o cotidiano da instituição, baseado em sua trajetória e na execução de sua missão. Boa leitura!

Prof. Dr. Fábio Dal-Soto
Reitor da Universidade de Cruz Alta

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PDI 2023-2027

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Missão, visão e valores

" A Universidade de Cruz Alta tem como MISSÃO a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável."

A Universidade de Cruz Alta (Unicruz) é caracterizada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e suas inter-relações em cada área do conhecimento e entre elas. Notadamente, o ensino é sua atividade predominante, porém estreitamente relacionado com as atividades de pesquisa e extensão.

Ao se definir produção como missão institucional, se está considerando a pesquisa, em especial a aplicada, como o ideal para a construção de novos conhecimentos e tecnologias. Porém, a produção de conhecimento remete, aqui, também, ao aspecto pedagógico da reelaboração dos conhecimentos acumulados historicamente pelo universo das diferentes ciências ou disciplinas. Esses são sempre o antigo que, retomado como estrutura, permite novas (re)construções e (re)significações. Por menor que possa ser essa produção, ela ocorrerá e será objeto a ser socializado não só entre os pares da academia, mas como um bem social do qual a comunidade de inserção da Universidade poderá se beneficiar.

A socialização diz respeito a essa distribuição que tanto se dá pela publicização dos resultados dos trabalhos acadêmicos, construídos por diferentes meios, entre os pares, quanto pela apropriação que a sociedade faz desse conhecimento produzido, transformando-o em desenvolvimento humano, social, cultural, econômico e ambiental.

A qualificação dessa produção resulta da capacidade de buscar, no conhecimento acumulado, pressupostos teórico-metodológicos capazes de permitirem, no próprio espaço das ciências e tecnologias, avanços e até mesmo rupturas que levem à produção de conhecimento capaz de possibilitar o desenvolvimento sustentável, demandado como condição para a cidadania ampla. A base humanística assenta-se no trabalho institucional focado no alcance dos objetivos e princípios estatutários. A humanidade almejada caracteriza-se pela vivência e difusão da ética, da liberdade, da igualdade, da democracia, da solidariedade, do respeito ao outro e as diferenças e, da mesma forma, a consideração ao meio ambiente.

O perfil do egresso da Unicruz carregará, na capacidade crítica, ética e

solidária, a formação propiciada, considerando o conhecimento acumulado sustentado por diferentes correntes teóricas e do conhecimento e reelaborado no contato com a realidade econômica e social, proporcionado pela pesquisa e pela extensão; os processos pedagógicos qualificados pela metodologia crítico-reflexiva; a vivência universitária pautada pela liberdade, responsabilidade e pela gestão democrática, colegiada e transparente. A ética e a solidariedade também decorrem do fazer universitário, assim sustentado. A qualificação dos processos, coerente com os princípios e objetivos institucionais expressos no seu estatuto, é que garante que esses valores sejam incorporados pela comunidade acadêmica.

O fazer universitário, pautado nesses referenciais, tem como finalidade mais ampla contribuir com a humanidade para o desenvolvimento que, inicialmente, envolve a transformação da realidade, no que diz respeito ao crescimento que propicia a universalização do acesso aos bens sociais, sejam eles econômicos, culturais, educacionais, sejam ambientais. O ensino, a pesquisa e a extensão materializam valores, princípios e objetivos que conduzem à consecução desse compromisso social.

O desenvolvimento sustentável, para a Unicruz, possui uma significação referendada em princípios humanizadores. A instituição defende a formação profissional, enquanto protagonista de ações críticas e reflexivas pautadas na tomada de decisões e na (co)participação de sujeitos comprometidos com a vida, com os direitos humanos e com os rumos de um planeta mais justo e solidário a todos os que dele fazem parte. Aliada ao paradigma reflexivo, a educação para a sustentabilidade busca contribuir na tomada de decisões do cidadão. Nesse processo, a qualificação acontece de forma democrática e consciente, tanto no campo individual, quanto no campo coletivo, tornando a academia propulsora ativa no estabelecimento de relações entre os conhecimentos vividos e os estudados, gerando um caminho real e significativo no processo de aprender.

A partir disso, a Unicruz possui a seguinte visão: **ser uma universidade comunitária de referência na educação de qualidade, em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento de atuação, especialmente na sua região de abrangência.**

Logo, a Unicruz se compromete com a educação na sua região, por meio da produção de conhecimento científico e tecnológico qualificado, pautada nos seguintes valores:

I – gestão democrática;
II – ética e transparência;
III – educação de qualidade;
IV – inovação e desenvolvimento;
V – envolvimento local e regional;
VI – respeito às diversidades;
VII – responsabilidade social.

1.2. Histórico e inserção regional

A Universidade de Cruz Alta está inserida no contexto histórico da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, desde 1947. Primeiro sob a forma da Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio "Cruz Alta". Essa associação iniciou suas ações como mantenedora do Curso Técnico em Contabilidade. Em 1958, a entidade passou a denominar-se Associação dos Professores de Cruz Alta (Aprocruz), constituída por faculdades isoladas. A primeira faculdade criada foi a de Ciências Econômicas (1958) e, passado cerca de uma década, vieram a de Direito (1968), a de Filosofia, Ciências e Letras (1969) e a de Educação Física (1972).

A transformação dessas faculdades isoladas em uma universidade resultou da mobilização da comunidade regional. A primeira conquista foi a da Lei Nº 7.676, de 6 de outubro de 1988, que autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta. Por razões que, ainda hoje, não são claras para a comunidade, logo após é instituída a Universidade de Cruz Alta, sob a forma de Fundação Universidade de Cruz Alta, mas com personalidade jurídica de direito privado, por meio do Decreto 97.000, de 21 de outubro de 1988.

A seguir, foram desencadeadas ações necessárias para a efetiva instalação da Universidade, a qual foi reconhecida pela Portaria do MEC Nº 1.704, de 03 de dezembro de 1993, como uma Instituição de Ensino Superior, de natureza comunitária, sem fins lucrativos. A partir desse ano, houve acelerada criação de novos cursos, chegando a ofertar cerca de 30 opções de cursos de graduação, com aproximadamente 1/3 (um terço) deles na área das licenciaturas. No entanto, ao longo do tempo, o número de cursos de graduação ofertados pela instituição foi sendo reduzido, de acordo com o contexto da educação superior, do mercado de trabalho e da economia em geral, de cada momento. As licenciaturas, por exemplo, sofreram queda significativa na demanda, devido a esses aspectos contextuais, notadamente da desvalorização do professor, o que levou consequentemente à descontinuidade da oferta de vagas da instituição, nessas áreas.

A fim de melhor organizar os cursos criados e, a partir das alterações estatutárias realizadas em 2007, a instituição estruturou-se em 04 (quatro) centros, os quais congregavam os cursos por afinidades, consideradas as grandes áreas do conhecimento, a saber: Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Ciências Humanas e Comunicação (CCHC); e Centro de Ciências Agrárias, Exatas e da Terra (CCAET).

Passados alguns anos e, em função da necessidade de reorganização dos centros, tendo em vista a redução ou ausência de demanda em alguns cursos, a instituição realizou nova atualização estatutária, em 2012, a qual redimensionou a estrutura institucional para dois centros. Essa estrutura permanece vigente na IES e está organizada da seguinte forma: Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS).

Ao mesmo tempo, para se constituir como universidade, os grupos de pesquisa desenvolveram um longo e articulado trabalho para a elaboração das

propostas dos cursos *stricto sensu.* Essa busca pela verticalização institucional pode ser assim resumida: em 2012, foi aprovado na área Interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural (MPDR), o qual iniciou suas atividades em 2013. Nesse mesmo ano, dois programas acadêmicos foram aprovados, os quais iniciaram suas atividades em 2014: o Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) e o Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS), ofertado de forma associada com outra instituição comunitária, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

No ano de 2017, todos os cursos passaram pela primeira avaliação quadrienal da Capes. O MPDR e o PPGAIS mantiveram o conceito 3, e o PPGPSDS ampliou seu conceito para 4. Com isso, no mesmo ano, a proposta de doutorado no PPGPSDS foi submetida e aprovada em 2020, constituindo-se como o primeiro doutorado da instituição. Em busca do seu quarto curso de mestrado, a Universidade realizou algumas tentativas sem êxito e, em 2019, submeteu a proposta do Programa de Pós-Graduação em Produção e Ambiente, o qual foi aprovado em 2021. No entanto, esse programa não obteve sucesso em relação à demanda, com baixo número de discentes interessados, o que inviabilizou sua implementação. Por último, em 2022, o PPGAIS avançou para o conceito 4 (quatro) e, a partir de 2023, incluiu mais uma instituição comunitária associada, a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI, campus Erechim). Esse avanço no conceito do PPGAIS viabilizou a proposta para o segundo doutorado na instituição, submetida à Capes no início de 2023, de forma associada entre as três instituições comunitárias (Unicruz, Unijuí e Uri, campus Erechim).

Em relação ao Ensino a Distância (EAD), em 2018, a Unicruz obteve credenciamento provisório para a oferta de cursos de graduação nessa modalidade, através da Portaria Nº 370/2018, de 20 de abril de 2018, bem como autorização provisória para quatro cursos: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil e Engenharia de Produção. Destes, 02 (dois) cursos: Administração e Ciências Contábeis, tiveram visita *in loco*, obtendo conceito 4 (quatro) no relatório de avaliação. O credenciamento institucional foi ratificado pela Portaria MEC Nº 511, de 13 de julho de 2021. Entende-se que a principal vocação da Universidade de Cruz Alta, no momento presente e no futuro próximo, inclina-se ao ensino presencial, e que a eventual oferta de cursos na modalidade EAD deverá ser criteriosamente direcionada pela demanda.

No que tange ao contexto das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices), a Unicruz integra o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, o Comung. No Brasil, as Ices estão distribuídas em todo o território nacional, com destaque para o sul do país, onde há uma concentração significativa nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e de Santa Catarina (SC). O desenvolvimento do modelo comunitário no sul brasileiro pode ser representado pelo Comung, no Rio Grande do Sul (RS), e pela Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe) em Santa Catarina (SC), ambos os sistemas compostos por 14 (catorze) Ices.

O Comung é um consórcio formado exclusivamente por Ices e possui cerca de 150 (cento e cinquenta) mil acadêmicos de graduação e pós-graduação, o que representa uma importante rede de educação, ciência e tecnologia, capilarizada em todo o RS. As 14 (catorze) Ices que o integram são: Universidade Feevale, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Franciscana (UFN), Universidade La Salle (Unilasalle), Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade do Vale do Taquari (Univates), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade da Região da Campanha (Urcamp) e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

Em relação ao contexto regional, a Unicruz está inserida, predominantemente, na região do Alto Jacuí, composta por 14 (catorze) municípios: Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera. Dessa forma, está sob sua coordenação técnico-científica o Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí (Corede Alto Jacuí), o qual é um dos 28 (vinte e oito) Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS. Além dessa principal região de inserção da Unicruz, sua atuação também ocorre em outras regiões e municípios, assim como seus discentes também são provenientes, especialmente daquelas cidades mais próximas e que não integram o Corede Alto Jacuí, como Panambi, Pejuçara, Tupanciretã e Júlio de Castilhos.

De acordo com a prévia do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o Corede Alto Jacuí possuía uma população de 152.954 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro) habitantes, sendo 83,6% em áreas urbanas e 16,4% em áreas rurais, em uma área total de 6.894,67 km^2. O município mais populoso desse Corede é Cruz Alta, com 59.057 (cinquenta e nove mil e cinquenta e sete) habitantes, seguido por Ibirubá, com 21.733 (vinte e um mil, setecentos e trinta e três) habitantes, e de Não-Me-Toque, com 17.821 (dezessete mil, oitocentos e vinte e um) habitantes. Os demais municípios do Corede Alto Jacuí possuem população entre 1.700 (mil e setecentos) e 10.600 (dez mil e seiscentos) habitantes. No período 2000 a 2010, a população total do Corede Alto Jacuí teve sua população reduzida de 160.231 (cento e sessenta mil, duzentos e trinta e um) para 155.264 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro) habitantes, representando um percentual negativo de 3,1%. Na prévia do censo de 2022, a população reduziu novamente para 152.954 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro) habitantes, ou seja, um percentual negativo de 1,49% (um, vírgula quarenta e nove por cento) comparado a 2010.

O Corede Alto Jacuí apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R$ 9,1 bilhões de reais em 2020, o que representou 1,93% do total do estado. O município de Cruz Alta apresentou o maior PIB do Corede em 2020, com aproximadamente R$ 3,42 bilhões de reais, seguido por Não-Me-Toque,

com R$ 1,37 bilhão de reais, e Ibirubá com R$ 1,2 bilhão de reais. O PIB per capita do Corede Alto Jacuí foi de R$ 58.043,39 (cinquenta e oito mil, quarenta e três reais e trinta e nove centavos) nesse mesmo ano, com os maiores valores apresentados pelos municípios de Santa Bárbara do Sul e Boa Vista do Cadeado, sendo R$ 91.502,62 (noventa e um mil, quinhentos e dois reais e sessenta e dois centavos) e R$ 87.822,58 (oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos), respectivamente.

Além disso, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do Corede Alto Jacuí aumentou de 0,778 em 2013, para 0,795 no ano de 2020, sendo considerado médio. Contudo, isso representa um crescimento inferior ao do estado do Rio Grande do Sul, apesar da região ter um Idese superior ao do estado, mantendo-se em quarta posição no ranking dos Coredes estaduais.

Em suma, a região do Alto Jacuí apresenta várias potencialidades, dentre as quais aquelas relacionadas aos aspectos geográficos. O clima com a presença das quatro estações, os solos de boa fertilidade e o relevo suave permitem que a agricultura seja a principal atividade econômica da região, predominantemente na forma de latifúndio. A dinâmica desse setor orienta o desenvolvimento econômico da região e tem atraído ou desenvolvido empresas do setor metalmecânico, de transformação de matérias-primas agrícolas e relacionadas ao agronegócio em geral.

1.3. Finalidades e características

A Universidade de Cruz Alta caracteriza-se por ser uma Instituição Comunitária de Ensino Superior (Ices), desde a sua gênese. Embora seu enraizamento e envolvimento com o entorno local e regional estejam presentes ao longo de sua trajetória, seu reconhecimento como Ices ocorreu há em torno de uma década, ou seja, em 2013, quando o Governo Federal sancionou a Lei Nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, a qual estabeleceu uma terceira modalidade de instituições no sistema de educação superior brasileiro: as Ices. Assim, em 19 de dezembro de 2014, por meio da Portaria Nº 784, publicada no D.O.U. de 22 de dezembro de 2014, a Universidade de Cruz Alta passou a ser qualificada como Ices, cujas características são (BRASIL, 2013):

I – constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público;
II – patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;
III – sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
b) aplicam integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
d) transparência administrativa e
e) destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou

congênere.

Ainda, as Ices contam com as seguintes prerrogativas (BRASIL, 2013):

I – ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas;
II – receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse público;
III – ser alternativa na oferta de serviços públicos, nos casos em que não são proporcionados diretamente por entidades públicas estatais;
IV – oferecer, de forma conjunta com órgãos públicos estatais, mediante parceria, serviços de interesse público, de modo a bem aproveitar recursos físicos e humanos existentes nas instituições comunitárias, evitar a multiplicação de estruturas e assegurar o bom uso dos recursos públicos.

Também, as suas finalidades se concretizam nos seguintes objetivos estatutários, conforme disposto no artigo 5º do Estatuto da Universidade de Cruz Alta:

I – promover o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, de forma indissociável, com padrões elevados de qualidade e equidade;
II – promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural, em todas as áreas do conhecimento;
III – atuar no sentido de mitigar os problemas locais, regionais e nacionais;
IV – formar e qualificar cidadãos para o exercício crítico profissional em todas as áreas do conhecimento;
V – estender à comunidade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa e extensão, considerando seus anseios e necessidades contextuais;
VI – desenvolver e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;
VII – estimular a solidariedade humana na construção da sociedade, no respeito à vida e na estruturação do mundo do trabalho;
VIII – educar, para conservação e preservação do meio ambiente;
IX – propiciar condições para transformação da realidade, visando à justiça social e ao desenvolvimento sustentável;
X – estabelecer e incentivar ações para garantir os direitos humanos, combatendo todos os preconceitos étnicos, políticos, religiosos, sociais ou de opção sexual, bem como quaisquer atos de discriminação contra a pessoa humana, respeitando a liberdade de pensamento, de consciência, de expressão e de crença;
XI – preservar e resgatar a memória cultural do país.

Os objetivos estatutários da Universidade de Cruz Alta reúnem proposições que significam a universalidade do ser universidade e as especificidades a que se propõe a Unicruz. Nesse sentido, o expresso nos objetivos um e dois é essencial para manter a condição de universidade, na sociedade, pautada por marcos regulatórios e princípios democráticos. Não há universidade sem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como não há formação de cidadãos sem ser pautada pelo respeito à diversidade presente nas sociedades democráticas.

Ainda, os princípios institucionais que constituem a arquitetura da ação da Universidade, conforme disposto no artigo 4º do seu Estatuto, são:

I – garantia de autonomia institucional;
II – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
III – efetividade no cumprimento da função social de ensinar, pesquisar e praticar a extensão universitária necessária ao desenvolvimento sustentável da região e do país;
IV – geração, promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituam patrimônio da humanidade e comunicar o saber, através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
V – interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho;
VI – integração e interação com os demais níveis e graus de ensino;
VII – garantia de condições para o acesso e permanência do aluno na universidade, assegurada a equidade de tratamento entre iguais e a justa e devida diferença entre os desiguais;
VIII – liberdade de aprender, ensinar, criar, pesquisar, empreender, inovar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura, o saber em geral, a ciência e a tecnologia;
IX – garantia da pluralidade e da livre expressão de orientações e opiniões;
X – busca do desenvolvimento da formação cultural e técnico-científica do ser humano;
XI – capacidade para o exercício de uma profissão, estimulando o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento analítico-reflexivo e empreendedor;
XII – preparo para participar da produção, sistematização e superação do saber acumulado;
XIII – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
XIV – adoção de padrões elevados de qualidade;
XV – gestão democrática e colegiada;
XVI – eficiência e eficácia na consecução dos objetivos institucionais;
XVII – racionalização no uso dos recursos da instituição;
XVIII – valorização profissional do seu corpo docente e técnico-funcional.

1.4. Áreas de atuação

Como mencionado, a Unicruz está organizada em dois centros, os quais abrigam os cursos de graduação e pós-graduação e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses dois centros estão estruturados da seguinte forma:

Quadro 1 – Centros e respectivos cursos da Unicruz:

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS	Centro de Ciências da Saúde e Agrárias - CCSA
Cursos de graduação	
- Administração; - Arquitetura e Urbanismo; - Ciência da Computação; - Ciências Contábeis; - Direito; - Engenharia Civil e	- Agronomia; - Biomedicina; - Educação Física – Bacharelado; - Enfermagem; - Estética e Cosmética; - Farmácia;

- Engenharia de Produção.	- Fisioterapia e - Medicina Veterinária.
Pós-graduação *stricto sensu*	
- Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (Mestrado e Doutorado);	- Atenção Integral à Saúde (Mestrado), associado com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI, campus Erechim) e - Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural.

Fonte: Dados institucionais.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* não estão incluídos no quadro 1, em função de sua dinâmica de organização e oferta, com características mais voláteis, porém se organizam a partir da estrutura dos centros e estão compreendidos nas atividades de educação continuada da instituição.

Além disso, a Unicruz projeta implementar, inicialmente, os seguintes cursos técnicos: Agricultura, Administração, Cuidados de Idosos, Desenvolvimento de Sistemas, Enfermagem, e Massoterapia. Sua estruturação tem o propósito de atender a demandas locais, no contexto do ensino profissionalizante, bem como, em sua operacionalização, contará com uma estrutura altamente qualificada. Os cursos técnicos propostos, conforme afinidade de área de atuação profissional, possuirão uma estreita relação com os cursos de graduação já existentes na IES: Agronomia, Administração, Ciência da Computação, Enfermagem, Fisioterapia e Tecnólogo em Estética e Cosmética. Desta forma, propiciar-se-á, para os estudantes do nível técnico, a continuidade dos seus estudos no nível superior, em consonância com a mesma área já cursada no ensino profissionalizante. A oferta dos cursos técnicos reforça, também, o papel da Unicruz de contribuir com o desenvolvimento local e regional, assim como seu papel social, por meio da oferta de mais um nível de ensino.

1.5. Análise contextual

A educação superior vem passando por um amplo e profundo processo de reestruturação, devido a diversos fatores. Em boa medida, esses fatores dizem respeito ao ambiente externo da instituição, nos âmbitos nacional, regional e local e, seguramente, exercem influência nas suas atividades acadêmicas e administrativas.

Dentre os principais fatores, destacam-se:

a) Mudanças estruturais de natureza demográfica: há uma tendência de diminuição persistente e gradual nas taxas de fecundidade[1], no Brasil e no Rio Grande do Sul (RS), nas últimas décadas, o que reforça o fenômeno do envelhecimento populacional. No primeiro caso, a taxa de fecundidade passou de 4,4 em 1980, 2,3 em 2000, para 1,72 em 2015. No RS, em 1998, a média era de 2,1 filhos por mulher e, conforme dados do Censo Demográfico de 2010, o número era de 1,8 filhos por mulher, passando para 1,68 em 2022, de acordo com os dados

[1] Estimativa do número de filhos que uma mulher tem ao longo da vida.

preliminares do Censo. Merece destaque o fato de que entre os mais escolarizados e com renda mais elevada (público potencial da Universidade) essas taxas são ainda menores.

A diminuição nas taxas de fecundidade impacta diretamente no crescimento populacional, levando à diminuição nas taxas de crescimento. Por conseguinte, as taxas geométricas de crescimento anual da população brasileira e gaúcha têm apresentado queda constante, principalmente a partir da década de 1960. O Brasil, na década 2000 a 2010, apresentou crescimento de 1,17% ao ano. No RS, considerando os dados dos últimos censos demográficos, a taxa de crescimento anual, no período de 1991 a 2000, foi de 1,21%, de 2000 a 2010 de 0,49%, e de 2010 a 2022 ficou em 0,42%, representando a menor taxa entre os estados brasileiros.

No caso da região de abrangência da Universidade de Cruz Alta, mais especificamente o Corede Alto Jacuí, observa-se a manutenção da tendência de baixo crescimento populacional. A região apresentou, no período 2000-2010, uma taxa de crescimento negativo de 0,31% ao ano e, no período 2010-2022, uma taxa de crescimento negativo de 0,33% ao ano, chegando a uma prévia da população atual de 152.954 habitantes no Corede Alto Jacuí. O caso do município de Cruz Alta (o mais populoso da região e principal foco de demanda da Unicruz) é ainda mais emblemático. A população do município vem diminuindo paulatinamente nas últimas décadas. No Censo de 2010, a população era de 62.821 habitantes e, no Censo de 2022, reduziu para 59.057 habitantes.

b) Diminuição gradativa nas matrículas no ensino médio: como corolário da queda relativa nas taxas de crescimento populacional, outro aspecto que chama a atenção é o comportamento das matrículas no âmbito do ensino médio, que vem apresentando uma diminuição gradual e persistente nesses últimos anos, ultrapassando, no caso do RS, a média nacional.

No período 2008 a 2018, o Brasil apresentou uma redução de 7,9% de matrículas no ensino médio. Já no RS, a redução foi três vezes maior, ou seja, as matrículas passaram de 429.630 (quatrocentos e vinte e nove mil, seiscentos e trinta) para 338.065 (trezentos e trinta e oito mil e sessenta e cinco), o que representa uma redução de 21%.

Embora não se tenha dados concretos sobre a região de abrangência da Universidade de Cruz Alta, não é difícil supor que a queda nas taxas de matrículas foi bastante acentuada nesta região. Aliás, nos últimos anos, tem-se observado a perda relativa da importância do vestibular como principal forma de ingresso, o que reforça a tese da diminuição da demanda originada dos terceiranistas. Os números institucionais evidenciam a redução do vestibular como forma de ingresso, nos últimos anos. Por exemplo: em 2015, no ingresso de verão, o vestibular representava aproximadamente 2/3 (dois terços) dos discentes ingressantes na instituição; em 2023, também no ingresso de verão, os acadêmicos que ingressaram via vestibular representaram cerca de 1/3 (um terço) do total de acadêmicos ingressantes. Além disso, é visível a mudança de perfil do acadêmico dos mais

jovens para os mais velhos.

c) Dinâmica econômica do país e da região: nas últimas décadas, a educação superior vem passando por profundas transformações devido a aspectos que podem ser observados, tanto no seu ambiente externo, quanto no interno. Além dos problemas supracitados, fatores de ordem conjuntural e estrutural têm afetado os vários setores da economia e, consequentemente, o próprio setor da educação superior. É importante ressaltar que a economia nacional e regional – ainda que pese a pujança do agronegócio na região de abrangência da Unicruz – não conseguiu estabelecer um ciclo virtuoso e duradouro de crescimento econômico, nessas últimas décadas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getúlio Vargas – FGV, a década 2011-2020 foi a pior década em termos de crescimento econômico dos últimos 120 (cento e vinte) anos, superando os anos 1980, conhecidos como "década perdida". No cenário anterior à crise do coronavírus, o crescimento médio dessa década seria de 0,8% ao ano. Entre 2011 e 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro total recuou 0,1% e o PIB *per capita* apresentou uma redução de 0,8%.

Certamente, isto afeta a dinâmica de emprego e renda e, por conseguinte, o próprio mercado de trabalho, considerando que a cada ano existe um incremento importante da População Economicamente Ativa (PEA), sobretudo por meio do ingresso de novos trabalhadores. Ou seja, o nível de crescimento econômico não é suficiente para absorver, satisfatoriamente, o incremento de novos profissionais no mercado de trabalho, levando, por conseguinte, a uma dinâmica de saturação para algumas áreas. Profissões que até pouco tempo eram promissoras demonstram claramente sinais de esgotamento.

d) Crescimento da oferta de cursos e vagas: por outro lado – e isto é particularmente paradoxal – a oferta de cursos superiores tem aumentado sistemática e gradativamente nestas últimas décadas, tanto nas instituições privadas, quanto nas públicas, inclusive com o crescimento do número de estabelecimentos de educação superior.

Em 2000, existiam 41 (quarenta e uma) instituições privadas de educação superior, no RS, passando a 111 (cento e onze) em 2018, ou seja, um crescimento acumulado de 270,73%. Quanto às instituições públicas, ocorreu um crescimento de 42,86%, nesse mesmo período, passando de 7 (sete) instituições em 2000 para 10 (dez) instituições em 2018. Observa-se também que, nesse período, foi fundada a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs (2001), a Universidade Federal do Pampa – Unipampa (2006), a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS (2009) e os Centros Federais Tecnológicos (Cefets), posteriormente convertidos em institutos federais.

No que tange à oferta de cursos de graduação, verifica-se que, embora o número de instituições públicas criadas sejam de apenas 3 (três) no período em destaque, o crescimento do número de cursos oferecidos chegou ao surpreendente

patamar de 260,44%, passando de 182 (cento e oitenta e dois) em 2000 para 656 (seiscentos e cinquenta e seis) em 2018. Este fenômeno se deve, em grande parte, à criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), no ano de 2008, o qual contribuiu sobremaneira para uma significativa expansão da educação superior pública, no Brasil.

Quanto ao setor privado, o crescimento não foi menos significativo. Em 2000, este setor ofertava 767 (setecentos e sessenta e sete) cursos de graduação, no RS, sendo que este número alcançou o total de 1800 (um mil e oitocentos) cursos em 2018. Ou seja, um crescimento acumulado de 134,68%. Considerados ambos os setores, público e privado, o crescimento acumulado da oferta de vagas durante o período atinge o importante patamar de cerca de 400%.

e) Crise do modelo das universidades comunitárias: o modelo da educação superior brasileira foi caracterizado pela dicotomia público x privado até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual reconheceu três modelos: a universidade pública estatal (federal, estadual ou municipal); a universidade comunitária ou pública não estatal; e a universidade particular (GUARESCHI, 2012), também conhecida como privada. No entanto, a ordem legal, representada pelo Código Civil, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela legislação infraconstitucional e pelos atos administrativos, em geral, continuou a reproduzir essa ultrapassada dicotomia, na ausência de um marco jurídico apropriado, o que relegou, em geral, as Ices à condição de organizações privadas (LAZZARI; KOEHNTOPP; SCHMIDT, 2009).

Após um longo período, nessa condição, somente em 2013 essa disfunção foi corrigida por meio da Lei Nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e, no ano seguinte, a Unicruz foi formalmente qualificada como Ices, conforme já mencionado. Apesar das características gerais das Ices, é notório que há diferenças entre elas, como a natureza (instituições confessionais e instituições laicas), a região de atuação, o porte/tamanho, dentre outras, as quais implicam em uma série de peculiaridades que permeiam as atividades acadêmicas e de gestão.

No contexto das evoluções setoriais, as Ices têm apresentado uma redução significativa no número de discentes vinculados à modalidade presencial. Por exemplo: no RS, no período 2014-2018, o conjunto das Ices do Comung sofreu uma redução de mais de 40 (quarenta) mil discentes, na modalidade presencial, representando uma diminuição de 22,36% do seu corpo discente.

f) Mudanças estruturais na demanda pelo ensino superior: mesmo durante o auge das políticas de financiamento estudantil (ano de 2015), não se contou com o incremento do número de discentes na modalidade presencial. Pelo contrário, evidenciou-se o número mais baixo de estudantes nesta modalidade, desde 2009. Ainda que a variação anual de 2009 a 2015 no ensino presencial não seja particularmente notável, observou-se que o acesso facilitado pelas políticas públicas à época não refletiu, necessariamente, no incremento de acadêmicos na modalidade presencial, ao menos no contexto do Comung. Isso permite inferir que os incentivos

econômicos não foram suficientes para justificar um aumento expressivo de acadêmicos no ensino presencial, no âmbito das universidades comunitárias; paralelamente, sobem de forma significativa as matrículas na modalidade ensino a distância (EAD) e nas instituições privadas com fins lucrativos ou seja, em uma modalidade de ensino de custo mais reduzido para o estudante e que faz uso maciço de tecnologias de informação e educação (TICs).

Esse movimento parece acompanhar o crescimento e popularização do uso da internet, mais notável na segunda metade dos anos 2000. O Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, passa a indicar os elementos necessários para credenciamento das instituições interessadas no uso dessa modalidade. O crescente uso da rede proporciona o incremento do *e-learning* e possibilita o uso de novas TICs no ensino, inclusive no presencial, como forma de ampliar os recursos pedagógicos em contextos de formação relacionados ao ensino superior. Isso passa a ser realizado em maior ou menor grau nas IES, conforme cada realidade institucional, assim como as respectivas ofertas de cursos na modalidade EAD, em meio a debates sobre a democratização do acesso e a eficiência do processo ensino-aprendizagem proporcionada pela modalidade (ALONSO, 2010; BORGES, 2015).

Em relação a este último aspecto, cabe ressaltar que a adesão à modalidade é dependente de alguns fatores para que seja sustentável. Entre eles, a disponibilidade de um excelente suporte tecnológico e de pessoal para a produção, veiculação e manutenção dos materiais didáticos, de professores e tutores capacitados e, sobretudo, um grande público. O investimento necessário nesta modalidade, para que seja sustentável, devido ao baixo custo para o estudante, requer, invariavelmente, um alto número de matrículas. Registra-se, aqui, o fato de que o número de matrículas também, por si só, não é um bom indicador do sucesso dessa modalidade, quando analisado isoladamente. Dados do Censo da Educação Superior (2019) mostram que a taxa de desistência acumulada no EAD, em âmbito nacional, é superior à modalidade presencial, em uma série histórica de 2010 a 2019.

Dado o exposto, infere-se que o direcionamento das atividades institucionais, no sentido de ampliar a oferta da modalidade EAD, não parece ser o melhor caminho, ao menos como estratégia principal, pelos seguintes fatores: os investimentos e adaptações estruturais necessários para produção de conteúdo qualificado; recursos humanos necessários, tanto em relação ao corpo técnico-funcional, quanto tutores e professores; taxa de desistência mais elevada; pouca e infrutífera experiência institucional na modalidade; e um grande número de matrículas necessárias para a sustentabilidade do modelo. Este último fator, sobremaneira, representa um grande desafio para as ICES em qualquer modalidade, especialmente na EAD. No contexto local e regional, tem-se, conforme demonstrado, uma redução do público-alvo, o qual já é, conforme citado, fragmentado entre as diferentes IES, públicas, privadas e comunitárias.

g) Pandemia do novo coronavírus: em dezembro de 2019, as autoridades mundiais de saúde notificaram a ocorrência de casos de pneumonia de etiologia desconhecida, com início na cidade de Wuhan, na China. Devido à possibilidade de

um novo surto de zoonose ou síndrome respiratória aguda grave (SARS), foram realizadas investigações que identificaram um novo coronavírus, o SARS-CoV-2 (anteriormente denominado 2019-nCoV) (LAKE, 2020).

A evolução do surto, até então concentrado em Wuhan, ocorreu rapidamente. Por isso, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (OPAS, Brasil)[2].

Desde então, boa parte das atividades da economia sofreu forte impacto. Diversos setores tiveram suas atividades prejudicadas, incluindo o setor da educação, com várias medidas adotadas pelas autoridades responsáveis, como: restrição de atendimentos, horários de funcionamento, toque de recolher, dentre outras. Especificamente no caso da educação superior, além do impacto direto no desenvolvimento das atividades acadêmicas, sobretudo pela suspensão da presencialidade, vários estudantes tiveram suas rendas afetadas (ou de suas famílias), o que consequentemente resultou no aumento da inadimplência, da evasão, na redução do número de créditos contratados e nas incertezas e inseguranças de toda ordem. Esses impactos afetaram a instituição, sobremaneira no triênio 2020-2022. Em geral, muitas famílias foram diretamente afetadas pela Covid-19, inclusive com a perda de inúmeras vidas.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

2.1. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

A Universidade de Cruz Alta, além da missão e dos valores, reforça seu comprometimento com o bem coletivo e o desenvolvimento da sociedade, enquanto Instituição Comunitária de Ensino Superior, através de suas atividades intrínsecas de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação tecnológica.

A fim de cumprir o seu papel enquanto instituição contributiva para a transformação da realidade local e regional, emprega, nas atividades acadêmicas, os princípios da ética, da aprendizagem interdisciplinar, da formação continuada, da flexibilização curricular e da permanente busca pela excelência, alicerçando um processo de ensino-aprendizagem calcado na ciência e produção do conhecimento, na realidade circundante e em constante evolução.

A busca da excelência compromete a comunidade acadêmica, envolvendo o acompanhamento dos processos de ensino-aprendizagem, a autoavaliação e o repensar contínuo de todas as ações institucionais, de forma coerente com sua missão, acompanhando as novas concepções e paradigmas educacionais.

[2] Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

2.1.1. Princípios filosóficos

Os princípios filosóficos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição, constituindo os principais elementos presentes em seus processos, são:

a) ética: traduzida como a observância à impessoalidade, à moralidade, à publicidade, ao respeito ao meio ambiente, à dignidade das pessoas e seus direitos fundamentais, frente aos seus pares e à natureza;

b) educação: entendida neste contexto como processo social, cultural, dinâmico, complexo, intencional e espontâneo, que possibilita a constituição de sujeitos humanizados, autônomos, contributivos com o desenvolvimento humano e social;

c) humanização e respeito à pluralidade: o ato de educar é um processo de humanização e socialização, portanto, deve ser pautado no reconhecimento e no respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e cultura, promovendo a interculturalidade;

d) ciência e produção do conhecimento: a Universidade de Cruz Alta é espaço de produção e disseminação de conhecimento científico, fortalecido pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos, pelo desenvolvimento da cultura da pesquisa na dinâmica da atuação docente e discente, bem como pela responsabilidade social inerente ao processo de produção. Para tanto, esse processo permeia o ensino, a pesquisa e a extensão, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, por meio da transversalidade do conhecimento, o que resulta na formação das competências e habilidades profissionais;

e) inovação e empreendedorismo: conjunto de práticas capazes de transformar ideias e conceitos em atitudes e propósitos de mudanças de forma criativa, inovadora e com otimização de recursos. A partir disso, contribui com oportunidades de mudança e com o estímulo ao desenvolvimento humano e social de forma sustentável.

2.1.2. Princípios teórico-metodológicos

Os princípios já apresentados determinam a adoção de concepções relativas aos principais elementos implicados na prática pedagógica, os quais materializam a linha básica da ação institucional, no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão, sendo:

a) currículo: um currículo que tenha como pressuposto o fazer humano, uma cultura e prática social que deve impregnar as situações de produção de conhecimento, com respeito ao "outro"; comprometido com as habilidades e competências necessárias ao exercício profissional dos egressos, pensado e atualizado, de acordo com as demandas de cada área. Um currículo integrado, contextualizado na história, na política e articulado de forma interdisciplinar com as necessidades elencadas pela sociedade;

b) interdisciplinaridade: a Universidade de Cruz Alta traça seu caminho, a partir da interdisciplinaridade como meio de superação de conhecimentos lineares e fragmentados, possibilitando ao sujeito uma postura crítica na compreensão da realidade, constitutiva do meio em que se encontra inserido. A interdisciplinaridade é concebida como um processo que permeia todos os princípios institucionais;

c) planejamento: concebido como mapas traçados previamente à prática pedagógica, embasados em um conhecimento preliminar do contexto, do grupo de estudantes e da ciência. Constitui-se em um pilar sobre o qual se assenta, não só a prática pedagógica, mas todos os processos decorrentes dela, planejados como trabalho coletivo que permite pensar a *práxis* que surge da realidade, e que à mesma retorna, em ações transformadas;

d) aula: espaço interativo de debates, questionamentos, argumentações e tomada de posições entre sujeitos que, fundamentados em princípios éticos e, através da linguagem enquanto meio, produzem conhecimento. Os sujeitos da aula são tanto os professores, com os conhecimentos construídos no âmbito da ciência que praticam, quanto os estudantes com os saberes e conhecimentos que trazem para a aula; seus aspectos metodológicos substituem a ênfase no ensino pela ênfase na aprendizagem. A aula é concebida como espaço e tempo de ensino-aprendizagem, reunindo características diversas, enquanto mobilidade acadêmica, tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão, o que possibilita a interação em diferentes âmbitos, tais como culturais e conhecimentos da humanidade;

e) pesquisa: na prática pedagógica, é fundamento norteado por uma perspectiva teórica, ética e socialmente responsável que organiza a relação dos sujeitos com os conhecimentos, em bases dialógicas. A atividade ensino coloca-se como nascedouro do questionamento que provoca a atividade pesquisa, o problema que gera a pergunta e encaminha a investigação como procedimento, mas também como espaço de socialização, reelaboração e apropriação de conhecimentos produzidos;

f) extensão: oportuniza a ampliação do conhecimento, articulando-se à pesquisa, favorecendo a consolidação do ensino acadêmico. Assim, ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as peculiaridades próprias de cada um, revestem-se de características que se complementam entre si, garantindo o êxito do processo educativo e da indissociabilidade na Universidade;

g) inovação tecnológica: concebida como desenvolvimento de processos e produtos, por meio da utilização de tecnologias, a fim de atender às demandas da sociedade;

h) empreendedorismo: capacidade de desenvolver competências e habilidades para identificar oportunidades e transformá-las em propósitos e atitudes de mudanças de forma criativa e inovadora. Dessa forma, busca por renovação com a garantia do desenvolvimento humano e social de forma sustentável;

i) avaliação: constitui-se na leitura permanente e prospectiva do contexto

institucional, dos processos, sejam eles de gestão ou pedagógicos, com o objetivo de verificar o que ainda é possível produzir em termos de melhoria da gestão e da produção do conhecimento;

j) avaliação da aprendizagem: acontece sempre que são envidados esforços pedagógicos, seja no espaço-tempo da aula, seja nas esferas pedagógicas informais, no âmbito da instituição. A avaliação é contextual, dinâmica e coerente com os objetivos dos projetos pedagógicos dos cursos;

k) acessibilidade: a ação institucional envolve o planejamento e a organização para a promoção da acessibilidade nas dependências, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. A Universidade oferece apoio a pessoas com deficiência, viabilizando sua permanência pela facilitação do acesso, sejam elas estudantes, professores, sejam colaboradores;

l) flexibilidade: é dinamizada pela construção dos saberes necessários para o exercício das profissões, alicerçada não somente nas atividades de sala de aula, mas, também, fortalecidas por outras vivências experimentadas pelos estudantes durante os anos de contato com a educação formal e que contemplam as demandas da sociedade, do processo de conhecimento e de uma formação crítica e cidadã dos profissionais. Também compreende distintas configurações espaciais nos ambientes de ensino-aprendizagem, proporcionando experiências distintas, nesse contexto;

m) metodologias ativas: de um modo geral, pode-se dizer que as metodologias ativas são práticas educacionais inovadoras, por meio das quais o foco passa ser o protagonismo do aluno, com o docente enquanto mediador do processo de aprendizagem. Permite-se, no emprego das metodologias ativas, que os processos de ensino e aprendizagem contemporâneos possam ser realizados em espaços-tempo diferenciados;

n) espaços-tempo em educação: com a incorporação das tecnologias do mundo virtual na educação, surgem novas possibilidades de ofertar os processos de ensino aprendizagem, seja de modo presencial, semipresencial (híbridos) ou totalmente a distância. Um grande aliado é o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, que propicia maior autonomia, tanto do professor na sua capacidade de criação de metodologias alternativas, quanto do aluno que também se torna protagonista no processo ensino-aprendizagem.

2.2. Organização didático-pedagógica da instituição

2.2.1. Seleção de conteúdos

A concepção de currículo traduz-se em políticas norteadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, possibilitando a formação do profissional com as habilidades e competências elencadas.

Na perspectiva de avançar qualitativamente, a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos é constante, tanto para atender às novas resoluções, quanto para mantê-los coerentes com as demandas do mundo do trabalho. Esse trabalho é realizado no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e conta com o acompanhamento do colegiado do curso, da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

A estrutura dos currículos contempla três núcleos: formação geral, formação básica, formação específica, além de um conjunto de disciplinas optativas e eletivas, e atividades complementares. O núcleo de formação geral compõe-se de saberes que possibilitam embasamento filosófico, sociológico, antropológico, cultural, do conhecimento da língua, da argumentação e da metodologia da pesquisa, constituindo-se como base instrumental para o aprendizado subsequente.

Na formação básica do curso, são assegurados os conhecimentos que caracterizam os saberes necessários à área do conhecimento ao qual o curso está atrelado. Na formação específica, são desenvolvidos os conhecimentos especializados que caracterizam a identidade profissional, que, aliados aos núcleos gerais e básicos, estruturam a formação do acadêmico.

Os componentes curriculares que orientam a formação acadêmica se apresentam em consonância com os objetivos de cada área, de modo a garantir qualitativamente a formação do egresso, pautada na(o):

I – flexibilidade curricular;
II – busca da interface entre ensino, pesquisa e extensão;
III – desenvolvimento dos aspectos relacionados à inovação tecnológica e empreendedorismo, respeitadas as individualidades e especificidades de cada área do conhecimento;
IV – garantia da interdisciplinaridade;
V – entrelaçamento entre a formação técnico-científica e humanística;
VI – pluralidade da produção e socialização dos conhecimentos;
VII – relação teoria-prática;
VIII – respeito aos conhecimentos prévios dos estudantes, advindos das experiências de vida, articulando-os aos novos conhecimentos produzidos no processo de formação;
IX – manutenção do equilíbrio entre os pressupostos da ciência e da tecnologia com as necessidades do ser humano e da sociedade;
X – comprometimento com os valores éticos, culturais, ambientais e humanísticos;
XI – atenção às demandas sociais, às questões étnicas e aos direitos humanos.

Para a efetivação dos componentes curriculares previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a organização do currículo é feita por disciplinas ou por eixos formadores.

2.2.2. Metodologias utilizadas nos processos de ensino e aprendizagem

Os princípios metodológicos que permeiam as ações acadêmicas são

traduzidos pelo movimento de ação-reflexão-ação, em que o foco deve estar voltado para o campo de atuação do futuro profissional, com cuidado efetivo à formação da cidadania.

Focada em sua missão, a Universidade de Cruz Alta busca incorporar, em todos os seus níveis de ensino, abordagens que conduzam à recíproca interação com a sociedade; prioriza ações metodológicas que insiram os estudantes nos cenários de práticas, com o objetivo de conhecer a realidade, contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, enquanto qualificam seu aprendizado com essas vivências e interações.

Os processos de ensino e aprendizagem contemporâneos têm como características serem inovadores, criativos, articulados com a realidade e, com isso, despertar no discente o engajamento que resulte em um protagonismo de sua própria formação. Nesse sentido, as metodologias que a Universidade de Cruz Alta emprega são aquelas que têm como características serem ativas e inventivas, aliadas àquelas mais tradicionais e já consolidadas nos diversos campos do saber. O discente é partícipe e protagonista do processo criando, refletindo, (re)significando conhecimentos, conteúdos, habilidades e competências, para projetar ideias e colocá-las em prática nos espaços virtuais e reais que a Universidade destina para isso, bem como por meio de atividades de inovação, pesquisa e extensão.

Propiciar a vivência prática da profissão na forma de experiências reais, as quais o estudante encontrará, quando se inserir no mundo do trabalho, é um paradigma que permeia a práxis pedagógica institucional, em constante atualização, e em consonância com a realidade contemporânea que a sociedade está a exigir. Possibilita-se o desenvolvimento de atividades pelos discentes na instituição com acompanhamento do professor, mas também fora da IES com a realização de atividades de forma autônoma pelos acadêmicos.

2.2.3. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação dos processos pedagógicos é uma ação contínua, sistemática e cotidiana. A avaliação é contextual, dinâmica e coerente com os objetivos dos projetos pedagógicos dos cursos. É parte integrante do ensino, da pesquisa e da extensão e deve apresentar relação com a área de conhecimento, com a verificação da capacidade de domínio do programa de estudos, de forma qualitativa e quantitativa.

Durante os semestres letivos, orienta-se a realização de, no mínimo, duas avaliações parciais. As avaliações parciais poderão ser compostas do número de instrumentos e formas de avaliações que forem julgadas necessárias e poderão ter pesos iguais ou diferenciados, a critério docente, desde que esteja discriminado, no plano de ensino, dos componentes curriculares previstos e dialogado com as turmas.

O estudante que alcançar nota mínima igual ou superior a 7 (sete), obtida na média aritmética das avaliações parciais e frequência mínima regimental 75%, estará aprovado na disciplina. Aquele que alcançar nota média inferior a 7 (sete)

deverá submeter-se à avaliação final - exame. É vedado o direito de prestar avaliação final ao estudante que não possuir frequência mínima exigida de 75%. A nota mínima para aprovação, na avaliação final, é 5 (cinco), obtida pela média aritmética das notas parciais e da avaliação final - exame.

2.2.4. Curricularização da extensão

A concepção de extensão adotada pela Unicruz coaduna com aquela expressa na resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, sendo definida como:

> [...] a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Em atendimento à referida normativa, a extensão encontra-se curricularizada, compondo um mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, articulando-se com o ensino e a pesquisa. O histórico da extensão na Unicruz é sólido, amplo e anterior ao lançamento da própria normativa, dada a natureza comunitária da instituição e a sua trajetória de ações extensionistas.

As atividades extensionistas materializam-se na forma de programas e projetos, desenvolvidos nos componentes curriculares ou acessados por meio de editais internos e externos, bem como aqueles desenvolvidos sem fomento; na forma de cursos, oficinas e palestras; como ações de inserção social e eventos; e pela prestação de serviços. Ocorrem de acordo com as características intrínsecas de cada curso, os quais interagem com o território e organizam suas ações de extensão em conformidade com aquelas que são desenvolvidas no âmbito de cada um. Essas atividades são caracterizadas no Projeto Político Pedagógico (PPC), que norteia o planejamento, a avaliação e a reavaliação das mesmas, o que ocorre semestralmente. São registradas por meio de um Sistema de Registro de Projetos (Sistema de Projetos para Curricularização da Extensão); nos planos de ensino dos componentes curriculares; e a partir de relatos, fotos, e outros registros gerados pelas ações.

A creditação da extensão ocorre de acordo com a carga horária prevista no PPC para cada disciplina, bem como por meio das certificações geradas pela participação dos estudantes nas atividades extensionistas, para além daquelas constantes na matriz curricular, como nos projetos desenvolvidos e nas ações de outros cursos, o que favorece a interdisciplinaridade e integração.

As atividades de extensão relacionadas a projetos são fomentadas por meio de editais com fontes de financiamento interno, previstas em orçamento anual, bem como com recursos externos, oriundos de convênios com empresas e o poder público. Aquelas desenvolvidas, no âmbito dos componentes curriculares, contam com custeio oriundo das próprias mensalidades. A captação de recursos também é incentivada.

Enquanto processo dinâmico e condizente com a realidade do território, a extensão está sob permanente avaliação e reavaliação. Neste sentido, é (re)avaliada no processo de autoavaliação institucional, bem como pelos colegiados dos cursos e instâncias normativas e deliberativas da instituição, que através dos indicadores, da reflexão e do diálogo, definem os rumos e atividades da extensão.

2.3. Políticas de ensino (graduação, pós-graduação e educação continuada)

2.3.1. Políticas de graduação

Em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e a missão institucional, o ensino de graduação reafirma, enquanto política, seu compromisso com a excelência em seus processos, ou seja, com uma educação de qualidade, a par dos paradigmas educacionais vigentes e sempre aberta à evolução. A pesquisa e a extensão; as vivências práticas que propiciam a troca, a reflexão e construção de saberes; o empreendedorismo e a inovação tecnológica compõem princípios educativos que perpassam os cursos e integram a política de ensino como pilares que fortalecem a cientificidade do conhecimento e o diálogo permanente com a sociedade. Essa interlocução com a comunidade, por meio das atividades acadêmicas, é processo primordial que constitui um ciclo virtuoso, qualificando a construção do conhecimento acadêmico, enquanto promove avanços e o bem-estar social, em consonância com o perfil comunitário institucional.

Para materializar a política de graduação, são propostas as seguintes diretrizes, focadas na missão da Universidade de Cruz Alta:

I – fortalecer continuamente um modelo de ensino a par dos paradigmas educacionais vigentes, e constantemente aberto à evolução;
II – promover a contínua capacitação docente, de forma propositiva, ativa e reflexiva;
III – estimular o uso de tecnologias de informação e comunicação como estratégia de ensino-aprendizagem e seu respectivo fortalecimento;
IV – fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão em sua indissociabilidade, na construção do conhecimento;
V – qualificar continuamente a curricularização da extensão;
VI – promover o empreendedorismo e a inovação tecnológica como pilares importantes na construção do conhecimento e do perfil profissional, articulados à realidade profissional, local e regional;
VII – qualificar os processos acadêmicos e de gestão dos cursos de graduação, a partir dos resultados da avaliação institucional, com base nas potencialidades e fragilidades apontadas;
VIII – ampliar e fortalecer a inserção dos cursos de graduação entre os diferentes atores da comunidade e outros níveis de ensino, por meio das atividades de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação tecnológica;
IX – aperfeiçoar o acompanhamento dos egressos, identificando sua atuação e mantendo comunicação permanente com a instituição e seus cursos de origem;

X – estimular a internacionalização como elemento de qualificação das atividades acadêmicas;
XI – qualificar continuamente os espaços e cenários de prática de ensino institucionais internos e externos.
XII – qualificar continuamente os espaços de circulação da comunidade acadêmica e externa;
XIII – consolidar o processo de autoavaliação como ferramenta de melhoria contínua e subsidiária de informações, para ações de gestão pedagógica.

2.3.2. Políticas de pós-graduação *stricto sensu*

Na sua trajetória, a instituição tem envidado esforços para a verticalização do ensino, questão que ainda representa uma política institucional, com o intuito de atender à Resolução CNE Nº 03, de 14 de outubro de 2010, e possibilitar a interiorização da formação em nível de pós-graduação *stricto sensu.*

Portanto, como política de pós-graduação *stricto sensu,* define-se a necessidade de consolidar os programas existentes, bem como ampliar a oferta, com vistas ao atendimento do marco regulatório do ensino superior, de maneira sustentável e alinhada às demandas regionais e à vocação da Universidade. Para efetivação desta política, definem-se as seguintes diretrizes:

I – propiciar uma formação de excelência por meio de experiências de aprendizagem qualificadas, atendendo às inovações do sistema nacional de pós-graduação e às demandas da sociedade;
II – ampliar a oferta de programas *stricto sensu* na forma associativa, em áreas de excelência da Universidade, e estratégicas para a região.
III – potencializar a articulação dos programas *stricto sensu* à graduação, pós-graduação *lato sensu* e educação básica;
IV – alinhar a pesquisa desenvolvida nos programas *stricto sensu* aos programas institucionais de pesquisa e extensão;
V – qualificar os processos acadêmicos e de gestão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a partir dos resultados da avaliação institucional, com base nas potencialidades e fragilidades apontadas;
VI – acompanhar e aprimorar os processos internos dos programas *stricto sensu* em consonância com os critérios preconizados pelos órgãos reguladores;
VII – estabelecer parcerias com a finalidade de aprimorar as atividades de pesquisa e de extensão, potencializando o reconhecimento e a socialização da produção científica;
VIII – qualificar a produção científica dos programas *stricto sensu*;
IX – aprimorar as estratégias de acompanhamento dos egressos para identificar sua atuação e empregabilidade, bem como manter comunicação permanente com a instituição;
X – buscar a sustentabilidade econômico-financeira dos programas *stricto sensu.*

2.3.3. Política de educação continuada

A educação continuada, no âmbito da Universidade de Cruz Alta, é ofertada

nas modalidades de ensino presencial ou a distância (EAD), por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e pelo Programa Qualifique-C, com realização de cursos de extensão, atualização e aperfeiçoamento.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são constituídos, a partir de demandas apresentadas à Universidade, por profissionais, lideranças regionais e egressos que manifestam seus interesses na educação continuada. Além disso, a proximidade da instituição com o Corede Alto Jacuí facilita o estabelecimento de uma relação recíproca em prol do desenvolvimento regional e do reconhecimento das demandas presentes no Planejamento Estratégico da Região, as quais também refletem na elaboração das propostas dos cursos de especialização.

Da mesma forma, os cursos ofertados pelo Qualifique-C têm por finalidade proporcionar uma formação especializada, de forma a atualizar, complementar ou ampliar conhecimentos e competências em áreas específicas, contribuindo para um melhor desempenho profissional, atendendo às exigências do mercado, porém sendo realizados em menor tempo, em comparação com as especializações. Incluem-se, na categoria de cursos de educação continuada, aqueles designados como extensão, atualização e aperfeiçoamento.

Portanto, estabelece-se como política de educação continuada a oferta de cursos relacionados às necessidades de qualificação ou reposicionamento profissional, no mercado do trabalho, e ao atendimento de demandas dos diferentes setores, com as seguintes diretrizes:

I – aprimorar acadêmicos e profissionais às necessidades contemporâneas do mercado de trabalho;
II – propor cursos em diferentes áreas, atentando para os aspectos acadêmicos, administrativos e de infraestrutura, de modo a garantir as condições de qualidade requeridas, bem como as de sustentabilidade econômico-financeira e atratividade ao público-alvo;
III – estabelecer parcerias com instituições acadêmicas e não profissionais, públicas e privadas, com a finalidade de ampliar a oferta dos cursos;
IV – estabelecer interação com grupos de interesse para oferta de cursos estratégicos e a partir de demandas induzidas;
V – acompanhar os processos acadêmicos e de gestão dos cursos com base nos regimentos institucionais pertinentes;
VI – qualificar os processos acadêmicos e de gestão dos cursos, a partir dos resultados da avaliação institucional, com base nas potencialidades e fragilidades apontadas;
VII – aprovar as propostas de novos cursos em instâncias colegiadas da Universidade, em consonância com as normativas vigentes.

2.4. Políticas de pesquisa e extensão

A pesquisa e a extensão, na Universidade de Cruz Alta, são orientadas pelos programas institucionais que englobam as diferentes áreas do conhecimento. Esses programas aproximam os docentes em linhas de pesquisa, que caracterizam a

vocação da Universidade, e em áreas que visam ao desenvolvimento local e regional. Além disso, ampliam e fortalecem as relações entre os cursos, através da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sustentam as atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e culminam em produções técnico-científicas das experiências discentes e docentes. Portanto, os programas estão assim organizados:

Programa 1 - Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida
Objetivo: Desenvolver ações de promoção, prevenção e reabilitação, transitando entre a pesquisa básica e aplicada, numa perspectiva inter, multi e transdisciplinar, em busca da atenção integral à saúde e qualidade de vida da população.

Programa 2 - Desenvolvimento Regional, Sustentável e Tecnológico
Objetivo: Desenvolver e aprimorar bens, processos e serviços voltados aos setores primário, secundário e terciário, numa perspectiva ética, empreendedora e sustentável, para o progresso da região.

Programa 3 - Sociedade, Educação e Comunicação
Objetivo: Compreender os processos e práticas socioculturais, a partir da reflexão sobre direitos, políticas públicas, trabalho e cidadania, propondo e/ou desenvolvendo ações para a formação de sujeitos empoderados do seu protagonismo transformador da sociedade.

Expandir e qualificar a pesquisa e a extensão são políticas institucionais e, para sua consecução, a Universidade de Cruz Alta elege as seguintes diretrizes que devem orientar as ações institucionais, no período de 2023 a 2027:

I – promover a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, com base em critérios de excelência acadêmica;
II – produzir e socializar conhecimento de forma articulada às demandas e potencialidades regionais e aos programas institucionais de pesquisa e extensão;
III – fortalecer as atividades de extensão enquanto práticas de interação acadêmica e de diálogo com a sociedade;
IV – acompanhar e qualificar a curricularização da extensão nos cursos de graduação;
V – qualificar o corpo docente e o corpo discente, no que tange aos aspectos técnico-científicos e metodológicos, como suporte ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão;
VI – qualificar os processos administrativos que dão suporte ao desenvolvimento e acompanhamento da pesquisa e da extensão, zelando pela sua sustentabilidade econômico-financeira;
VII – ampliar a cooperação e a realização de intercâmbios com organismos governamentais e não governamentais e outras instituições de ensino superior para o desenvolvimento de pesquisas e ações extensionistas em rede;
VIII – estabelecer parcerias e convênios, visando ao financiamento e à divulgação de pesquisas, atividades extensionistas e atividades de inovação junto à comunidade interna e externa;
IX – publicizar o conhecimento produzido a partir das práticas de ensino, atividades de pesquisa e nas ações de extensão, por meio de produções técnico-científicas e

artísticas e/ou culturais;
X – consolidar e ampliar o apoio e o incentivo à produção acadêmica técnico-científica e artística e/ou cultural;
XI – estimular a busca e a captação de recursos oriundos de agências de fomento públicas e privadas, para o fortalecimento das atividades de pesquisa e extensão.

A gestão das atividades de pesquisa e extensão é realizada pela Coordenação Institucional de Pesquisa e Extensão e a efetivação da política e diretrizes de pesquisa e extensão é acompanhada pela Comissão Institucional de Pesquisa e Extensão - Cinpex, que é um colegiado multi e transdisciplinar, de caráter consultivo e deliberativo.

2.5. Políticas de empreendedorismo e inovação

Promover o empreendedorismo e a inovação como eixo transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão é uma política institucional que busca articular o conhecimento produzido na Universidade, com as demandas oriundas de diferentes organizações e com as oportunidades do ecossistema de inovação.

No ensino da graduação e da pós-graduação, o empreendedorismo e a inovação constituem parte dos componentes curriculares, perpassando-os, articulados, em suas diferentes realidades, a projetos de pesquisa e extensão e outras ações junto à comunidade.

Na Universidade de Cruz Alta, a Agência de Empreendedorismo, Inovação e Transferência de Tecnologia – Start é o órgão responsável pelo gerenciamento e operacionalização das atividades de empreendedorismo, captação de recursos, inovação tecnológica, registro de propriedade intelectual/industrial, serviços sociais e tecnológicos, constituição de incubadoras e atividades do Polo de Inovação Tecnológica. A agência tem como objetivo promover a articulação entre o espaço acadêmico, as empresas e diversos setores da região com vistas ao aprimoramento de processos, produtos e serviços necessários. Adicionalmente, objetiva criar sinergias entre pesquisadores, extensionistas, profissionais da instituição e empreendedores, atuando enquanto agente facilitador e congregando esforços pró – desenvolvimento regional. Os seguintes núcleos compõem a Agência Start:

I – Escritório de Empreendedorismo;
II – Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (Nitt);
III – Assessoria Científica, Social e Tecnológica;
IV – Polo de Inovação Tecnológica do Alto Jacuí;
V – Incubadora Social – Inatecsocial;
VI – Incubadora Tecnológica – Conecta;
VII – Centro de Tecnologia e Inovação.

Para a consecução das políticas de empreendedorismo e inovação, definem-se as seguintes diretrizes:

I – difundir a cultura do empreendedorismo e da inovação na comunidade

acadêmica;
II – captar recursos, por meio de editais disponibilizados por agências de fomento ou parcerias estabelecidas com instituições públicas ou privadas, para fomento às atividades de inovação e empreendedorismo;
III – fortalecer a atuação dos núcleos da Agência Start, para auxiliar no desenvolvimento das demandas elencadas como prioritárias pelo Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional e alinhadas ao ecossistema empreendedor e de inovação na região de abrangência institucional;
IV – qualificar os processos administrativos que dão suporte às ações de empreendedorismo e inovação, zelando pela sua sustentabilidade econômico-financeira;
V – publicizar o conhecimento produzido a partir das atividades de empreendedorismo e inovação.

2.6. Políticas de internacionalização

As políticas de internacionalização têm por objetivo consolidar a cultura de internacionalização em suas diferentes formas, por meio de ações de cooperação e mobilidade internacional, com vistas à qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como da formação pessoal e cidadã, por meio de experiências interculturais.

As possibilidades de mobilidade acadêmica e de ações de cooperação são gerenciadas pela Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI), ligada à Reitoria, e incluem o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional para a Graduação (PMAIG). Este programa visa estabelecer atividades de mobilidade internacional de natureza acadêmica, científica, esportiva, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que objetivem a complementação e o aprimoramento da formação do estudante, sendo estas realizadas por intermédio da Universidade, mais especificamente da AAI, em universidades ou instituições estrangeiras conveniadas, ou previamente acordadas com a Unicruz.

As políticas de internacionalização, bem como as suas diretrizes, são acompanhadas pelo Conselho de Assuntos Internacionais (ConAI), órgão interdisciplinar, com representação docente e discente, que tem a finalidade de apoiar as ações da AAI para o desenvolvimento e consolidação do processo de internacionalização, aprimorando os procedimentos vigentes e sugerindo novos mecanismos de gestão e de tomadas de decisão. Neste contexto, para a efetivação das políticas de internacionalização, propõem-se as seguintes diretrizes:

I – consolidar a cultura de internacionalização entre toda a comunidade da Unicruz, com vistas à qualificação das atividades-fim acadêmicas;
II – viabilizar diferentes formas de internacionalização, seja por meio da mobilidade acadêmica e docente, nas modalidades *incoming* e *outgoing*, na realização de eventos e pesquisas conjuntas com pesquisadores de universidades estrangeiras, seja pela oferta de disciplinas na graduação e na pós-graduação, com a inserção de docentes estrangeiros;
III – ampliar as oportunidades de mobilidade para discentes e docentes de

graduação e pós-graduação nas modalidades *incoming* e *outgoing*;
IV – estabelecer parcerias com instituições estrangeiras para o desenvolvimento de ações de cooperação no âmbito da pesquisa e da extensão, bem como promover a mobilidade internacional;
V – participar em fóruns e redes institucionais e internacionais, com o intuito de aprimorar o desenvolvimento estratégico da internacionalização, na Unicruz;
VI – buscar e participar de editais de fomento à internacionalização, a fim de viabilizar e fortalecer as atividades acadêmicas de mobilidade e as ações de cooperação;
VII – incentivar e apoiar a participação da comunidade universitária em atividades acadêmicas e culturais internacionais realizadas dentro e fora da instituição.

2.7. Políticas de educação inclusiva e acessibilidade

A Universidade de Cruz Alta, para melhor atender a comunidade acadêmica em toda a sua diversidade e complexidade, segue como política de educação inclusiva e acessibilidade, a adoção, bem como a constante qualificação, de ações de acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e informacional, atitudinal e pedagógica.

Ainda, objetiva-se que essas ações propiciem não apenas o acolhimento, mas também a permanência e o sucesso acadêmico, perpassando os currículos, nos diferentes níveis de ensino. Desta forma, pretende-se superar barreiras no processo ensino-aprendizagem, de forma ampla.

Buscando a concretude das políticas, são estabelecidas as seguintes diretrizes:

I – promover a acessibilidade em seu sentido pleno, envolvendo e incluindo a comunidade acadêmica e externa que frequenta a instituição;
II – identificar fragilidades e potencialidades em relação à educação inclusiva e acessibilidade;
III – elaborar e organizar recursos e ações para superação das fragilidades, promovendo uma cultura de educação inclusiva e acessibilidade plena, que superem ou atenuem barreiras para a plena participação dos indivíduos, perpassando ambientes, setores e currículos, de forma transversal e intersetorial;
IV – contemplar ações de acessibilidade, para superação das fragilidades, nos seus aspectos físico, arquitetônico, comunicacional, informacional, atitudinal e pedagógico, de forma transversal;
V – efetivar ações intersetoriais de educação inclusiva, através de núcleos de apoio, setores e estruturas dos diferentes níveis de ensino, buscando a inclusão, permanência e sucesso acadêmico, através de orientações e acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, contemplando não apenas pessoas com deficiência, mas também transtorno do espectro autista e altas habilidades;
VI – fortalecer e difundir as potencialidades na educação inclusiva e acessibilidade, consolidando-as enquanto cultura institucional.

2.8. Políticas de responsabilidade social, ambiental e cultural

A política de responsabilidade social traduz-se no comprometimento em difundir e reforçar valores que conduzam ao reconhecimento, ao respeito e à convivência harmônica e democrática, das diversidades sociais e da pluralidade cultural. A responsabilidade ambiental envolve o compromisso com o desenvolvimento, práticas e uso sustentável de recursos naturais e materiais, buscando-a em todas as atividades acadêmicas e perpassando, também, os currículos dos diferentes níveis de ensino. A política de responsabilidade cultural entrelaça-se com a social, englobando o respeito às diferentes expressões, como também proporcionando experiências culturais diversas para a comunidade acadêmica e externa, contribuindo com a sua difusão cultural, seu reconhecimento e valorização, tanto de indivíduos, quanto de coletividades.

As diretrizes traçadas para as responsabilidades social, ambiental e cultural são:

I – contribuir para o desenvolvimento social e cultural, pelo respeito ao ser humano, independente de suas opiniões e crenças, pela valorização da diversidade e pela defesa irrestrita da liberdade de pensamento e expressão;
II – implementação de ações e projetos que visem ao desenvolvimento educacional, científico, cultural, esportivo e comunitário;
III – proporcionar atividades artístico-culturais e de estímulo à responsabilidade social e ambiental;
IV – buscar a implementação de práticas sociais e ambientais responsáveis, no que diz respeito à coleta, destinação de resíduos e utilização consciente dos recursos materiais e da natureza;
V – perpassar a responsabilidade social, ambiental e cultural nos currículos dos diferentes níveis de ensino, por meio de componentes curriculares transversais, e intersetorialmente, nas ações e processos institucionais;
VI – conduzir as atividades acadêmico-administrativas com transparência, respeito às decisões colegiadas e à ética, como atributos fundamentais, de modo a atender ao interesse coletivo;
VII – zelar pela responsabilidade social e ambiental nas parcerias com empresas, órgãos governamentais e/ou organizações não governamentais.

2.9. Comunicação com a comunidade interna, externa, instituições e empresas

A divulgação interna e externa das ações da Unicruz ocorre de várias formas e busca interagir, com transparência e de maneira efetiva, com os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, apresentando as principais iniciativas e notícias que envolvem a instituição e seus impactos, na cidade e região.

Neste sentido, o site da Unicruz é atualizado em tempo real, para atender às demandas de divulgação das notícias. As informações publicadas permitem a socialização de atividades e ações promovidas pela Universidade com a comunidade

interna e externa. O objetivo é informar os diferentes públicos e mantê-los atualizados sobre os fatos e acontecimentos que envolvem a Instituição e seu fazer em ensino, pesquisa e extensão, bem como a publicação das notícias oficiais.

Na construção da comunicação assertiva da instituição, as mídias sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, YouTube e Twitter) são utilizadas como ferramentas de grande e rápida propagação de informações para o público interno e externo, por meio das postagens.

De forma geral, a estrutura e a forma de sistematização da comunicação institucional estão centralizadas na Assessoria de Comunicação (Ascom). Dentre as ações institucionais de divulgação da Ascom, destacam-se:

a) Unicruz Play: canal universitário on-line com foco na produção interna de conteúdos, por meio de produções jornalísticas e especiais, como: noticiários, reportagens, documentários e materiais de outros formatos, produzidos na instituição. Os materiais produzidos no canal são disseminados nas redes sociais institucionais;

b) Universitário por um dia: ação que visa proporcionar/receber a visita de escolas de Cruz Alta e região, permitindo que alunos, professores e comunidade em geral, interessados em conhecer a Universidade, possam ter acesso/visitar os cursos, suas estruturas, diferenciais, trocar experiências com acadêmicos e professores dos cursos de graduação e pós-graduação da instituição;

c) Unicruz Pra Ti: evento promovido pela instituição com o objetivo de proporcionar uma interação com a comunidade externa. Trata-se de um momento em que as pessoas podem circular pelo Campus da Universidade, para participar de atividades recreativas e culturais, assim como passeios organizados pela IES, além de desfrutar das belas paisagens do local;

d) Feiras locais e regionais: como forma de divulgar os seus cursos e suas atividades, a Unicruz participa de feiras em municípios de sua abrangência. Essas divulgações constituem-se em oportunidades para divulgar os cursos, projetos e socializar conhecimentos, bem como informar a população sobre as diversas formas de acesso ao ensino superior;

e) Visitas às escolas, prefeituras e empresas: de forma contínua, a Universidade realiza visitas às escolas, prefeituras e empresas da região, como forma de divulgar os cursos e as atividades realizadas em seus cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, informando sobre as formas de acesso, convênios, financiamentos e bolsas;

f) Entrevistas: semanalmente, docentes da instituição participam de entrevistas em programas de rádios da cidade que possuem abrangência regional. O espaço é destinado à socialização de projetos, pesquisas, estruturas dos cursos, parcerias realizadas com entidades e empresas, bem como serviços, entre outros;

g) Compartilhamento de notícias: diariamente, a Ascom encaminha, via grupo de WhatsApp, notícias da Universidade para um grupo de comunicadores e imprensa local e regional, a fim de divulgar os fazeres institucionais nos veículos de comunicação de massa;

h) Campanhas de publicidade: são desenvolvidas campanhas de divulgação e captação de alunos, com destaque para o universo de conhecimentos e possibilidades na Universidade, assim como a produção de artes e edição de materiais gráficos para fins publicitários e envio para os diferentes veículos de comunicação, abrangendo todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além dessas ações, a Unicruz mantém, assim como os telefones oficiais para contato, o atendimento on-line, que busca estabelecer um canal de comunicação direta com a comunidade, oferecendo informações qualificadas, especialmente no que se refere aos cursos de graduação e pós-graduação e às formas de ingresso – vestibular e demais formas – na instituição. Adicionalmente, destacam-se as seguintes formas de comunicação:

a) ouvidoria: sua função é estabelecer ligação entre a comunidade acadêmica, comunidade externa e as instâncias administrativas da Fundação e da Unicruz, visando agilizar a administração e aperfeiçoar o processo democrático de gestão. Destaca-se que a ouvidoria não atende a solicitações anônimas, garantindo, no entanto, o sigilo do demandante ao realizar os encaminhamentos institucionais;

b) Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA): conta com um informativo e reuniões devolutivas em que são apresentados os processos e resultados das avaliações internas, realizadas semestralmente;

c) Central de Atendimento ao Acadêmico: setor específico de atendimento que possibilita o relacionamento com a comunidade interna, especialmente com os acadêmicos;

d) Relatório Social: editado todos os anos, este é um canal de comunicação de responsabilidade social da instituição com todos os seus públicos, pois sintetiza o seu compromisso com o desenvolvimento regional, com destaque para as principais ações sociais e ambientais atreladas às atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão;

e) reuniões dos conselhos superiores e reuniões gerais: mensalmente, a instituição realiza reuniões dos seus conselhos superiores, ou seja, do Conselho Universitário (Consun), no caso da mantida, e do Conselho Curador, no âmbito da mantenedora. Semestralmente, reuniões gerais são realizadas direcionadas para o corpo docente e para o corpo técnico-funcional.

Igualmente, a Unicruz mantém em vigência acordos de cooperação, contratos e convênios celebrados com empresas e instituições públicas e privadas, que se destinam à realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, de promoção de intercâmbio de alunos e professores, realização de simpósios, eventos

e similares, além do desenvolvimento de ações socioeconômicas, culturais e educativas, não só na localidade sede, mas com destacada atuação na região.

3. OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

A partir do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), foram definidos os objetivos, estratégias e metas, conforme os cinco eixos estruturantes que balizam o planejamento institucional.

Eixo 1: Planejamento Institucional

Objetivo 1.1.

Fortalecer o processo de avaliação interna na instituição e os resultados das avaliações externa e interna, como ferramentas para a tomada de decisões pedagógicas e administrativas.

Estratégias:

1.1.1. Realizar, semestralmente, o processo de autoavaliação institucional.
Meta 1. Disponibilização, semestral, por meio dos sistemas da instituição, para a comunidade acadêmica e externa, de formulários para autoavaliação institucional.
1.1.2. Evidenciar a relação entre os relatórios da autoavaliação institucional e os impactos do processo de avaliação interna, na gestão institucional.
Meta 2. Organização de relatório anual, dos resultados da autoavaliação institucional, por meio de estatística e da descrição das ações acadêmico-administrativas realizadas, em função das demandas apontadas, para disponibilização à comunidade acadêmica e externa.
Meta 3. Organização de relatório trienal, comparando a evolução anual do processo de avaliação interna, descrevendo-se as ações acadêmico-administrativas realizadas em função das demandas apontadas, disponibilizando-o para a comunidade acadêmica e externa, por meio de ferramentas institucionais.
1.1.3. Demonstrar a implementação de ações administrativas e pedagógicas pelos diferentes níveis de gestão da instituição, com base nos resultados das avaliações externas e internas.
Meta 4. Confecção de plano de metas de gestão, anual, por segmento, para atendimento às demandas administrativas e pedagógicas, oriundas dos processos de avaliação interna e externa, objetivando incrementos de 10% de atendimento às demandas em relação ao período anterior.
Meta 5. Produção de relatório anual de gestão, por segmento, discriminando as ações administrativas e pedagógicas realizadas para atendimento às demandas oriundas dos processos de avaliação interna e externa, evidenciando, de forma analítica, o incremento de atendimento às demandas em 10% em relação ao período anterior de avaliação.
Meta 6. Disponibilização dos relatórios anuais de gestão, que contemplem os avanços obtidos a partir das avaliações interna e externas, com a comunidade acadêmica e externa, por meio das ferramentas institucionais.
1.1.4. Revisar, periodicamente, os formulários de autoavaliação institucional, no

intuito de verificar sua adequação à realidade e utilidade, como ferramenta de apoio às decisões administrativas e pedagógicas.
Meta 7. Revisão anual dos instrumentos de autoavaliação institucional pela CPA, com registro da contribuição dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e externa, para o aperfeiçoamento das ferramentas.

Objetivo 1.2.

Aumentar a sensibilização e a participação da comunidade acadêmica, comunidade externa e egressos, no processo de autoavaliação institucional.

Estratégias:

1.2.1. Divulgar amplamente o processo de autoavaliação institucional, com engajamento de todos os segmentos da comunidade acadêmica e comunidade externa.
Meta 1. Divulgação semestral do processo de autoavaliação institucional e seus resultados, de forma ampla e contínua, por todos os canais institucionais (AVA Moodle, e-mail, canais de comunicação da mídia institucional, entre outros) e mídia externa.
Meta 2. Envolvimento semestral das lideranças dos diferentes segmentos acadêmicos e da comunidade externa, na divulgação e sensibilização para participação no processo de autoavaliação institucional, por meio da atuação da CPA.
1.2.2. Ampliar a sensibilização e participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional.
Meta 3. Ampliação semestral, em 2%, de forma global, da participação da comunidade acadêmica, no processo de autoavaliação institucional.
Meta 4. Nos segmentos da comunidade acadêmica que não atingem 100% de participação no processo de autoavaliação, ampliar a participação semestral em pelo menos 5%.
Meta 5. Divulgação, semestral, dos avanços obtidos nos processos de autoavaliação institucional anteriores, por meio dos segmentos da comunidade acadêmica envolvidos.
1.2.3. Ampliar a sensibilização e a participação da comunidade externa no processo de autoavaliação institucional.
Meta 6. Ampliação, anual, de duas universidades participantes em programas, projetos e ações institucionais, no processo de autoavaliação institucional.
Meta 7. Divulgação, semestral, dos avanços obtidos por meio dos processos de autoavaliação institucional anteriores, para a comunidade externa.

Objetivo 1.3.

Organizar e divulgar, de forma ampla, os resultados da avaliação interna, de forma que seja apropriada pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, comunidade externa e egressos.

Estratégias:

1.3.1. Compilar os resultados da autoavaliação institucional, para apreciação da comunidade acadêmica e externa.
Meta 1. Organização semestral, dos resultados da autoavaliação institucional, por meio de análise estatística descritiva, na forma de relatório, para disponibilização à comunidade acadêmica e externa.
Meta 2. Compilação semestral dos resultados descritivos da autoavaliação institucional, na forma de relatório, com apoio de ferramentas de mineração de dados e inteligência artificial, para análise dos textos e disponibilização à comunidade acadêmica e externa.
1.3.2. Divulgar os resultados da autoavaliação institucional à comunidade acadêmica e comunidade externa.
Meta 3. Disponibilização semestral, por meio das ferramentas institucionais, dos relatórios da autoavaliação institucional, para a comunidade acadêmica.
Meta 4. Criação e disponibilização de meio digital, para a comunidade externa acessar, semestralmente, os resultados da autoavaliação institucional.
Meta 5. Divulgação semestral, através das mídias da instituição, dos relatórios da autoavaliação institucional, para a comunidade acadêmica e externa.
1.3.3. Buscar, por meio da divulgação, que as comunidades acadêmica e externa se apropriem dos resultados do processo de autoavaliação institucional.
Meta 6. Realização semestral, de reuniões entre o corpo discente de cada semestre de cada curso de graduação, para debate dos resultados da autoavaliação institucional, com registro de devolutiva para a CPA.
Meta 7. Realização semestral, de reuniões do colegiado de cada curso de graduação, para debate dos resultados da autoavaliação institucional, com registro de devolutiva para a CPA.
Meta 8. Realização semestral, de reuniões entre os colaboradores de cada setor da IES, para debate dos resultados da autoavaliação institucional, com registro de devolutiva para a CPA.
Meta 9. Realização semestral, de reuniões entre a comunidade acadêmica e representações da comunidade externa, para debate dos resultados da autoavaliação institucional, com registro de devolutiva para a CPA.
Meta 10. Socialização semestral dos resultados das devolutivas à comunidade acadêmica e externa.
Meta 11. Realização de encontro anual entre líderes de turmas com a gestão da IES, para debater os resultados da autoavaliação institucional, com incremento da participação da comunidade acadêmica em 5% ao ano e geração de relatório de demandas para a gestão.

Eixo 2: Desenvolvimento institucional

Objetivo 2.1.

Ampliar e fortalecer o projeto institucional de universidade filantrópica, comunitária regional, com personalidade jurídica de direito privado não estatal, articulando-se com o foco na produção do conhecimento e a sua difusão na sociedade, bem como no fomento às atividades que visem ao ensino de excelência.

Estratégias:

2.1.1. Promover a formação contínua e permanente de pessoas e profissionais qualificados, solidários e comprometidos com a visão institucional, para atuarem na sociedade.
Meta 1. Ampliação em 20% da oferta de cursos de especialização, extensão, atualização e aperfeiçoamento.
2.1.2. Incentivar a produção do conhecimento, através da pesquisa, perpassando o ensino, na perspectiva de estendê-lo à sociedade.
Meta 2. Divulgação, de forma sistemática e contínua, por meio dos mecanismos de comunicação institucionais à comunidade interna e externa, das atividades desenvolvidas nas dimensões da graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, inovação e gestão.
Meta 3. Implementação do endomarketing.
Meta 4. Ampliação de mecanismos de interação com a comunidade, fortalecendo a participação dos municípios nas ações da Unicruz.
Meta 5. Manutenção dos programas de iniciação científica, iniciação à extensão e iniciação à inovação tecnológica.
Meta 6. Fortalecimento do Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica (PIPPCT).
Meta 7. Ampliação dos métodos de incentivo aos discentes para participação em eventos técnico-científicos.
Meta 8. Aprimoramento dos canais de comunicação dos cursos com a sociedade, para divulgação das ações da graduação e pós-graduação, intensificando o uso de mídias digitais.
2.1.3. Fortalecer as parcerias com os integrantes do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) e do Sindicato das Mantenedoras (Sindiman).
Meta 9. Oferta de, pelo menos, dois cursos de pós-graduação em âmbito de mestrado e/ou doutorado em associação com as demais universidades comunitárias.
2.1.4. Participação de todos os segmentos da comunidade interna e externa, na consolidação, acompanhamento e avaliação do Planejamento Estratégico da Unicruz (PDI e PPI).
Meta 10. Representação equitativa do corpo docente, discente, técnico-funcional e da comunidade externa em comitês, conselhos e setores institucionais, quando previstos em regimento.

Objetivo 2.2.

Consolidar uma cultura empreendedora e inovadora na Universidade de Cruz Alta, a fim de transformar a realidade e evidenciar a contribuição da Unicruz, visando ao desenvolvimento social, econômico, cultural e de inovação científica e tecnológica.

Estratégias:
2.2.1. Ampliar e fortalecer mecanismos para o envolvimento dos acadêmicos em experiências de aprendizagem, propiciadoras da cultura do empreendedorismo e inovação.
Meta 1. Oferta anual de eventos técnico-científicos, como, por exemplo: Educação Empreendedora e o Ciclo de Debates sobre Empreendedorismo e Inovação (Edutec), fortalecendo a vivência de práticas empreendedoras.

Meta 2. Inclusão da temática empreendedorismo e inovação, na grade curricular de todos os cursos de graduação, por meio de disciplinas e/ou ações acadêmicas que propiciem experiências inovadoras e conectadas com a realidade de mercado.
Meta 3. Garantia de que, pelo menos 30% da comunidade acadêmica, esteja envolvida em ações de empreendedorismo e inovação, para consolidação do conceito de educação empreendedora, na instituição.
2.2.2. Incrementar a relação da Unicruz em parcerias para o desenvolvimento de projetos de inovação com o setor público, empresas e organizações do terceiro setor, local e regional.
Meta 4. Ampliação em 20% da participação de empresas dos diversos setores da região, no espaço acadêmico, sendo esta articulação mediada pela Agência Start.
Meta 5. Incubação de, no mínimo, 3 (três) empresas na Incubadora Social (Inatec Social) e na Incubadora Tecnológica (Conecta).
Meta 6. Incremento de 15% na execução de projetos no Polo de Inovação Tecnológica do Alto Jacuí.
Meta 7. Efetivação de, no mínimo, 5 (cinco) parcerias ativas anuais com o setor público e/ou empresas locais e regionais, para o desenvolvimento de pesquisa e inovação.
Meta 8. Incremento de 20% da participação da Unicruz em editais públicos e privados para financiamento de atividades de empreendedorismo e inovação.
2.2.3. Criar condições para que o corpo docente e técnico-funcional da instituição preste serviços a terceiros, por meio dos laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual disponíveis.
Meta 9. Ampliação de 10% do uso da capacidade instalada dos laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual, para a prestação de serviços a terceiros.

Objetivo 2.3.

Ampliar a política de responsabilidade social sustentável nas suas diferentes áreas de atuação, com vistas à promoção e ao desenvolvimento humano e social, por meio de um conjunto de iniciativas inovadoras vinculadas à educação e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030/ONU.

Estratégia:
2.3.1. Fomentar ações, nos cursos de graduação que contribuam para o desenvolvimento sustentável, baseadas em práticas de responsabilidade social e vinculadas aos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
Meta 1. Envolvimento de, pelo menos, 30% da comunidade acadêmica em projetos de cunho social, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento humano e social, por meio de um conjunto de iniciativas inovadoras vinculadas aos processos educativos e, conjuntamente, propiciar a compreensão e o engajamento na obtenção dos ODSs.
Meta 2. Realização de, pelo menos, uma atividade de integração acadêmica por ano, para fomentar a interação, a geração de ideias e a integração entre disciplinas sobre os ODSs.
Meta 3. Realização ou apoio a um evento institucional por ano, que tematize os ODSs.

Meta 4. Desenvolvimento de, pelo menos, uma ação anual de divulgação científica sobre os ODSs e o engajamento da Universidade de Cruz Alta em sua obtenção.

Eixo 3: Políticas acadêmicas

Objetivo 3.1.

Promover a atualização curricular sistemática, nas modalidades presencial e a distância, fortalecer programas de monitoria, nivelamento, mobilidade acadêmica e de permanência.

Estratégias

3.1.1. Oferecer cursos de graduação em consonância com as demandas regionais.
Meta 1. Implementação de, pelo menos, um novo curso de graduação, presencial e/ou EAD, no período de 2023-2027.
3.1.2. Revisar a estrutura curricular dos cursos de graduação, de forma permanente.
Meta 2. Revisão bianual da estrutura curricular dos cursos e dos respectivos PPCs, por meio do Núcleo Docente Estruturante (NDE), a fim de promover atualizações, se necessário.
Meta 3. Avaliação bianual das possibilidades de ampliação de componentes curriculares nucleados, integrados e transversais entre diferentes cursos de graduação, por meio dos seus respectivos NDEs.
Meta 4. Avaliação e reavaliação bianual da oferta de componentes curriculares na modalidade EAD, por meio dos NDEs.
Meta 5. Avaliação e reavaliação anual dos cenários de práticas dos estágios e das atividades complementares, enquanto mecanismos de práticas profissionais transformadoras e inovadoras, por meio dos NDEs.
3.1.3. Promover, no âmbito institucional, processos de capacitação docente de forma contínua e permanente, voltados às necessidades de cada curso e em consonância com paradigmas educacionais contemporâneos.
Meta 6. Realização anual de, pelo menos, dois encontros de formação continuada docente em âmbito institucional e, ao menos, uma capacitação docente específica para cada curso de graduação e/ou por áreas afins.
Meta 7. Inclusão, nos encontros de formação pedagógica docente, de temáticas voltadas à curricularização da pesquisa e extensão.
Meta 8. Aperfeiçoamento do registro de curricularização da extensão no sistema institucional, através de capacitações semestrais para submissão dos projetos.
Meta 9. Promoção de encontros anuais para socialização de experiências pedagógicas inovadoras no âmbito dos cursos de graduação.
Meta 10. Oferta, até 2025, de forma articulada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, de um curso *lato sensu* voltado à gestão pedagógica, de forma individual ou em associação com outra instituição.
3.1.4. Fortalecer a pesquisa e a extensão como estratégias de ensino.
Meta 11. Reavaliação semestral da curricularização da pesquisa e da extensão, no âmbito do NDE, por meio dos dados registrados no sistema institucional de projetos, na categoria de "projetos vinculados às disciplinas".
Meta 12. Promoção de encontros de formação continuada docente e eventos

institucionais, pelo menos uma vez ao ano, para socialização da pesquisa e extensão como elementos de ensino, por meio das próprias atividades de ensino.

3.1.5. Fortalecer o empreendedorismo e a inovação tecnológica como estratégias de ensino.

Meta 13. Ampliação semestral da relação universidade-empresa-governo, por meio da articulação da Agência Start com os cursos de graduação, no intuito de aproximá-los das demandas locais e regionais do mundo do trabalho.

Meta 14. Realização de, pelo menos, um encontro ou evento anual no âmbito institucional, voltado ao público docente e discente, com temática de empreendedorismo e inovação tecnológica.

3.1.6. Fortalecer o trabalho interdisciplinar entre os diferentes componentes curriculares.

Meta 15. Reavaliação anual de atividades de ensino e avaliações interdisciplinares, no âmbito de todos os cursos de graduação.

3.1.7. Ampliar os cenários externos de prática dos cursos de graduação, articulando as necessidades de ensino com as demandas locais e regionais do mundo do trabalho.

Meta 16. Ampliação anual do quantitativo de convênios, para realização de atividades de ensino, com órgãos públicos e privados, por curso de graduação.

3.1.8. Melhoria da infraestrutura de salas de aula, laboratórios, demais cenários de prática e biblioteca, por meio da captação de recursos externos e investimentos institucionais.

Meta 17. Busca permanente de recursos, por meio das atividades de ensino de, pelo menos, um componente curricular de cada curso de graduação e/ou por meio da oferta de cursos do Programa Qualifique-C.

Meta 18. Socialização anual, com os cursos de graduação, de experiências de sucesso na captação de recursos para melhoria da infraestrutura, por meio de atividades de ensino.

Meta 19. Estabelecimento, execução e acompanhamento de cronograma anual de melhoria da infraestrutura de salas de aula e laboratórios, articulando cursos de graduação, programas de pós-graduação, centros de ensino e pró-reitorias.

Meta 20. Estabelecimento, execução e acompanhamento de cronograma anual para melhoria da infraestrutura da biblioteca, articulando centros de ensino e pró-reitorias.

3.1.9. Manter o acervo bibliográfico atualizado e compatível com as necessidades dos cursos.

Meta 21. Revisão anual do acervo bibliográfico dos cursos, por disciplina, por meio dos colegiados, elencando títulos em desuso e necessidades de aquisição.

Meta 22. Solicitação e acompanhamento anual, por meio das coordenações de curso, da remoção dos títulos em desuso e aquisição de novos materiais bibliográficos, de forma articulada aos setores competentes.

3.1.10. Estimular o uso do acervo bibliográfico.

Meta 23. Acompanhamento mensal dos dados de utilização dos acervos bibliográficos físicos e digitais, por meio de relatórios emitidos pela biblioteca, pelo Nead e Ctec.

Meta 24. Incentivo aos NDEs dos cursos e colegiados dos programas de pós-graduação, para adotarem ações de promoção do uso do acervo, com base nos relatórios gerados.

Meta 25. Adoção, semestral, de ações de divulgação e capacitação para o uso do acervo bibliográfico, por meio de treinamentos realizados pela biblioteca e pelo Nead.
Meta 26. Implantação, no âmbito institucional, do acesso remoto à rede Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Capes.
3.1.11. Revisar, qualificar e monitorar o desempenho nos componentes curriculares EAD.
Meta 27. Reavaliar, anualmente, a oferta de componentes curriculares na modalidade EAD, adequando sua oferta às propostas previstas em cada PPC e readequando, quando pertinente, a grade curricular do curso.
Meta 28. Disponibilizar, como recurso permanente, capacitação docente para utilização de tecnologias de informação e comunicação, por meio de plataforma institucional e momentos presenciais de formação.
Meta 29. Manter e atualizar, de forma contínua, o Ambiente Virtual de Aprendizagem institucional, para disponibilização dos componentes curriculares a distância.
Meta 30. Acompanhar, por meio da geração de relatórios bimestrais do Nead, o acesso e desempenho acadêmico dos estudantes nos componentes curriculares EAD.
3.1.12. Proporcionar oportunidades complementares de formação, por meio de programa de monitorias.
Meta 31. Disponibilização de possibilidades de monitoria nos diferentes componentes curriculares dos cursos de graduação, em fluxo contínuo.
Meta 32. Promoção semestral de curso de formação tecnológica em atividades de monitoria para discentes.
3.1.13. Proporcionar oportunidades complementares de formação, por meio da realização de nivelamento.
Meta 33. Oferta semestral, com base nas demandas dos centros de ensino e autoavaliação institucional, de nivelamento em componentes curriculares, ou pré-requisitos, de forma presencial e/ou a distância.
Meta 34. Oferta semestral de nivelamento mediada por meio de acadêmicos com altas habilidades.
3.1.14. Proporcionar oportunidades complementares de formação, por meio de mobilidade acadêmica.
Meta 35. Ampliação anual do quantitativo de convênios com instituições nacionais e internacionais.
Meta 36. Realização anual de encontros de socialização de experiências de mobilidade acadêmica, no âmbito institucional.
3.1.15. Desenvolver ações de acessibilidade, inclusão e permanência.
Meta 37. Realização de, pelo menos, um encontro semestral do Naep e Central de Atendimento ao Acadêmico com os centros de ensino, para definição de estratégias de trabalho, socialização e discussão de casos e (re)avaliação de estratégias, voltadas a permanência e inclusão.
Meta 38. Definição, implantação e acompanhamento anual, pelos NDEs dos cursos, de plano de ações de educação inclusiva e permanência, articulado à Central de Atendimento ao Acadêmico e Naep, nos casos pertinentes.
Meta 39. Estabelecimento, execução e acompanhamento de cronograma anual de melhoria da infraestrutura, entre pró-reitorias, Naep, Nead e Ctec, para promoção da acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e informacional, atitudinal e

pedagógica.

Objetivo 3.2.

Ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* articulados às demandas da região e em consonância com a capacidade acadêmica e de infraestrutura institucional.

Estratégias:
3.2.1. Oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* (reedição ou nova oferta) vinculados aos cursos de graduação e em consonância com as demandas regionais do mundo do trabalho.
Meta 1. Oferta de 03 (três) cursos de pós-graduação *lato sensu* por ano, e pelo menos um implementado anualmente, no período de 2023 a 2027.
3.2.2. Oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, a partir das necessidades de aprimoramento dos concluintes dos cursos de graduação.
Meta 2. Realização, anual, de pesquisa com acadêmicos concluintes da graduação, bem como com egressos, visando identificar demandas para cursos *lato sensu.*
3.2.3. Estabelecer parcerias com outras instituições de ensino superior do Comung, para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, na forma associativa.
Meta 3. Um curso de especialização associado com, pelo menos, mais uma universidade, implementado até 2027.
3.2.4. Oferecer cursos de residência na área de saúde humana e animal, bem como na área de agronomia, alinhados às políticas governamentais, demandas regionais e aos cursos de graduação.
Meta 4. Um curso de Residência Multiprofissional em Saúde; um curso de Residência em Medicina Veterinária e um curso de Residência em Agronomia, implementados até 2027.
3.2.5. Dinamizar a forma de oferta da pós-graduação *lato sensu*.
Meta 5. Organização modular de, pelo menos, 02 (dois) cursos de pós-graduação *lato sensu* até 2027, com a oferta de módulos específicos, como cursos de educação continuada pelo Programa Qualifique-C.
3.2.6. Utilizar os resultados da avaliação institucional como um instrumento de gestão e qualificação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.
Meta 6. Participação de, pelo menos, 70% dos docentes e discentes de todos os cursos de pós-graduação *lato sensu*, na avaliação institucional, durante a vigência do PDI.

Objetivo 3.3.

Ampliar e fortalecer a verticalização do ensino na Unicruz, de maneira sustentável, e em consonância com os programas institucionais de pesquisa e extensão.

Estratégias:
3.3.1. Ampliar o número de mestrados e doutorados, para atender à Resolução CNE Nº 03 de 14/10/2010.
Meta 1. Oferta de 02 (dois) doutorados e 04 (quatro) mestrados até 2027,

totalizando 150 (cento e cinquenta) discentes matriculados até 2027.
3.3.2. Ampliar a oferta da pós-graduação *stricto sensu*, na forma associativa, em parceria com instituições do Comung e em áreas de excelência institucional.
Meta 2. Oferta de 01 (um) programa de pós-graduação *stricto sensu*, associado com, pelo menos, mais uma universidade, no Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural ou especificamente na área de Agronomia, implementado até 2027.
Meta 3. Oferta de 01 (um) programa de pós-graduação *stricto sensu* associado com, pelo menos, mais uma universidade, na área de Direito, implementado até 2027.
Meta 4. Inserção de, pelo menos, mais uma instituição associada ao Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde, já ofertado em associação com a Unijuí e Uri, campus Erechim.
3.3.3. Verticalizar o Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde - PPGAIS.
Meta 5. Implantação do doutorado no PPGAIS durante a vigência deste PDI.
3.3.4. Prospectar instituições receptoras para efetivação de projetos de cooperação entre instituições, para qualificação de profissionais de nível superior no Programa de Capacitação Institucional (PCI).
Meta 6. Implantação de dois PCI durante a vigência deste PDI.
3.3.5. Consolidar e qualificar os programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes.
Meta 7. Manutenção e/ou aumento do conceito de cada programa, com base na avaliação do último quadriênio.
3.3.6. Qualificar o quadro docente dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.
Meta 8. Incentivo à capacitação docente e apoio à liberação de, pelo menos, um docente por programa, para estágio pós-doutoral, durante a vigência deste PDI.
3.3.7. Ampliar a produção científica qualificada dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.
Meta 9. Aumento em, pelo menos, 30% da produção científica de cada PPG em estratos superiores do *Qualis* Capes, durante a vigência deste PDI.
Meta 10. Apoio financeiro ou premiação anual, para, pelo menos, um docente e um discente da pós-graduação *stricto sensu,* no PIPPCT.
3.3.8. Captar recurso para os programas de pós-graduação *stricto sensu*, seja por meio de agências financiadoras, ou pela interação entre a Universidade de Cruz Alta e instituições parceiras.
Meta 11. Incentivo e orientação aos docentes para participação em editais de fomento externo à pesquisa, com envio de, pelo menos, uma proposta anual entre os docentes permanentes dos programas.
Meta 12. Incentivo e auxílio aos coordenadores de curso na submissão de propostas em editais específicos para fomento aos programas, com envio, de pelo menos, uma proposta anual, em havendo editais disponíveis.
Meta 13. Celebração de termo de cooperação com, pelo menos, uma instituição parceira, para fomento de bolsas de estudo e/ou pesquisa, voltadas aos discentes e/ou docentes dos programas, durante a vigência deste PDI.
3.3.9. Fortalecer a inserção social dos programas de pós-graduação *stricto sensu.*
Meta 14. Participação de, pelo menos, dois docentes de cada programa, em diferentes conselhos (municipais, estaduais) e ONG (Organizações Não

Governamentais) ou OSCs (Organizações da Sociedade Civil).

Meta 15. Desenvolvimento de, pelo menos, um projeto de extensão, em cada programa, devidamente registrado na PRPGPE.

3.3.10. Ampliar a articulação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* à educação básica.

Meta 16. Desenvolvimento e registro na PRPGPE de, pelo menos, um projeto anual no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), por PPG, com vinculação de bolsista júnior.

Meta 17. Desenvolvimento e registro na PRPGPE de, pelo menos, uma atividade anual (pesquisa, extensão, inserção social), por programa, que contribua com a educação básica.

3.3.11. Ampliar a articulação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* à graduação.

Meta 18. Oferta anual da disciplina de Docência no Ensino Superior com a realização de estágio docente.

Meta 19. Participação anual de, pelo menos, 50% dos discentes de cada programa em bancas de trabalhos de conclusão de curso de graduação, durante a vigência deste PDI.

Meta 20. Participação anual de, pelo menos, 50% dos discentes de cada programa em projetos de iniciação científica, extensão, e/ou inovação tecnológica, com o devido registro junto à PRPGPE.

Meta 21. Participação anual de, pelo menos, 25% dos discentes e 25% dos docentes de cada programa como ministrantes de oficinas, palestras e/ou atividades afins, no ciclo de capacitação para pesquisa e extensão ou eventos dos cursos de graduação.

3.3.12. Revisar a estrutura curricular dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para propiciar disciplinas comuns, aperfeiçoando e otimizando as demandas afins de formação.

Meta 22. Nucleação de, pelo menos, uma disciplina entre todos os programas de pós-graduação *stricto sensu,* durante a vigência deste PDI.

3.3.13. Ampliar as ações de internacionalização nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Meta 23. Pelo menos 25% dos discentes e 50% dos docentes, de todos os programas da Universidade de Cruz Alta, com uma atividade internacional durante a vigência deste PDI.

Meta 24. Oferta de, pelo menos, uma disciplina em cada PPG, com inserção de docentes estrangeiros.

Meta 25. Participação de, pelo menos, um docente estrangeiro em uma banca anual (de qualificação ou defesa) de todos os programas, durante a vigência deste PDI.

Meta 26. Inserção de, pelo menos, um pesquisador estrangeiro como palestrante em um evento de cada programa, durante a vigência deste PDI.

3.3.14. Utilizar os resultados da avaliação institucional como um instrumento de gestão e qualificação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Meta 27. Participação de, pelo menos, 70% dos docentes e discentes de todos os programas de pós-graduação *stricto sensu,* na avaliação institucional, durante a vigência deste PDI.

3.3.15. Aprimorar os processos de acompanhamento ao egresso.

Meta 28. Desenvolvimento de uma plataforma digital e/ou aplicativo, para facilitar e ampliar a comunicação com os egressos.

Objetivo 3.4.

Estimular e propiciar o desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão, inovação tecnológica e artístico-culturais, de maneira sustentável, e em consonância com os programas institucionais de pesquisa e extensão.

Estratégias:

3.4.1. Estimular os discentes da graduação e da pós-graduação a participarem de projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Meta 1. Estimativa de 30% dos estudantes com uma atividade de pesquisa, extensão e/ou inovação tecnológica durante a realização do curso, cadastrados como bolsista ou voluntário.

3.4.2. Aprimorar os programas de iniciação científica (Pibic), extensão (Pibex), inovação tecnológica (Pibiti) e de apoio à produção científica e tecnológica (PAPCT), a partir das demandas locais e regionais e alinhadas aos programas institucionais de pesquisa e extensão.

Meta 2. Manutenção da oferta anual dos editais de pesquisa, extensão e inovação tecnológica, com ampliação em 50 (cinquenta) bolsas das instituições parceiras que fornecem apoio financeiro.

3.4.3. Estimular a participação dos docentes em editais de fomento à pesquisa e/ou extensão e captação externa de recursos.

Meta 3. Aumento de 50% na participação dos professores em editais de fomentos externos, durante a vigência deste PDI.

3.4.4. Estabelecer parcerias e captar recursos junto a agências de públicas e privadas, empresas e organizações cooperativas, para o fomento de projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

Meta 4. Realização, anual, de pelo menos um encontro de capacitação dos docentes, para elaboração e qualificação de propostas, visando à captação de recursos para fomento aos projetos.

Meta 5. Aumento de 50% de termos de convênio celebrados para fomento à pesquisa e/ou inovação tecnológica, durante a vigência deste PDI.

3.4.5. Estimular a participação dos grupos de pesquisa institucionais em redes de pesquisa nacional e internacional.

Meta 6. Formalização de, pelo menos, uma parceria em rede nacional de pesquisa e/ou extensão, durante a vigência deste PDI.

Meta 7. Formalização de, pelo menos, uma parceria em rede internacional de pesquisa e/ou extensão, durante a vigência deste PDI.

3.4.6. Instrumentalizar discentes e docentes acerca de aspectos técnicos e metodológicos necessários ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica, ações de extensão e produção de trabalhos científicos, tecnológicos e extensionistas.

Meta 8. Realização, anual, do Ciclo de Capacitação para Pesquisa e Extensão, com levantamento de temáticas a serem abordadas, junto aos grupos de pesquisa.

Meta 9. Realização, anual, de encontros formativos para docentes sobre o papel da extensão e o uso da extensão como metodologia de ensino.

Meta 10. Realização semestral de, pelo menos, um encontro do evento institucional denominado "Café Extensão".
3.4.7. Difundir conhecimento acerca de questões éticas pertinentes ao desenvolvimento de pesquisas, produção e publicação de trabalhos científicos.
Meta 11. Realização, anual de, pelo menos, um encontro ministrado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e um encontro ministrado pelo Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua), para orientações à comunidade acadêmica sobre as normativas éticas que envolvem pesquisas com seres humanos e animais.
Meta 12. Divulgação, semestral, nas mídias sociais da Universidade de Cruz Alta, de materiais informativos e instrucionais acerca das normativas éticas que envolvem pesquisas com seres humanos e animais, bem como, sobre o processo de submissão de projetos aos comitês e sobre os aspectos éticos na condução e publicação dos resultados gerados.
3.4.8. Qualificar a estrutura laboratorial e otimizar a sua utilização pelos docentes e discentes pesquisadores.
Meta 13. Estruturação, até 2024, de um laboratório multiusuário com equipamentos que possam atender a demandas de ensino, pesquisa e inovação tecnológica, estabelecendo um fluxo de usuários para todos os cursos de graduação e pós-graduação.
3.4.9. Aprimorar os processos de registro, acompanhamento e avaliação da pesquisa e extensão institucional.
Meta 14. Capacitação e qualificação periódica do corpo técnico-funcional dos laboratórios para uso adequado dos equipamentos, melhorando e maximizando a estrutura laboratorial disponível aos docentes e discentes, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisas.
Meta 15. Manutenção da Comissão Institucional de Pesquisa e Extensão (Cinpex) como órgão colegiado, responsável pelo acompanhamento dos projetos de pesquisa e extensão e corresponsável pela implementação das políticas institucionais de pesquisa.
Meta 16. Capacitação periódica dos membros da Cinpex acerca dos processos de registro, acompanhamento e avaliação da pesquisa e da extensão institucional.
Meta 17. Capacitação periódica dos colaboradores da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PRPGPE) acerca dos processos de registro, acompanhamento e avaliação da pesquisa e da extensão institucional.
Meta 18. Manutenção da representatividade equitativa dos centros de ensino na composição docente da Cinpex.
Meta 19. Realização anual de, pelo menos, dois seminários de avaliação pelo Programa de Acompanhamento de Projetos Institucionais (PAP).
Meta 20. Revisão dos indicadores utilizados na avaliação dos projetos de pesquisa e inovação tecnológica e das ações de extensão, para identificar os impactos produzidos na realidade social e acadêmica e qualificar os projetos.
Meta 21. Atualização permanente da comissão *ad hoc* externa para apreciação de propostas submetidas aos editais de pesquisa, inovação tecnológica e extensão, com renovação anual de, pelo menos, 20% dos avaliadores.
Meta 22. Implementação, até 2024, de um sistema para o cadastro digital dos bolsistas, voluntários, docentes colaboradores e colaboradores externos.
3.4.10. Fortalecer a integração dos grupos de pesquisa à educação básica.
Meta 23. Manutenção da oferta do Pibic-EM com seleção de bolsistas junto às

escolas do município de Cruz Alta.
Meta 24. Ampliação de 50% no número de escolas participantes do Pibic-EM, durante a vigência deste PDI.
3.4.11. Acompanhar, qualificar e divulgar a curricularização da extensão desenvolvida nos cursos de graduação e pós-graduação.
Meta 25. Manutenção da assessoria semestral aos professores e coordenadores dos cursos, a fim de orientar e qualificar as propostas de curricularização da extensão estabelecidas nos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), de cada curso de graduação e propostas pedagógicas dos cursos de pós-graduação.
Meta 26. Divulgação permanente, nas mídias sociais e em matérias jornalísticas na Unicruz Play, entrevistas e boletins nas rádios e jornais contratados e/ou parceiras da Universidade, das ações e resultados dos projetos de curricularização da extensão.
Meta 27. Divulgação, semestral, das ações e resultados dos projetos de curricularização da extensão, na forma de um informativo próprio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PRPGPE).
Meta 28. Realização anual de, pelo menos, um encontro de formação pedagógica visando à qualificação da curricularização da extensão.
Meta 29. Divulgação de uma chamada especial anual, na Revista Cataventos, sobre a curricularização da extensão, para socialização das experiências de curricularização da Universidade de Cruz Alta e de outras instituições.
Meta 30. Publicação de um livro sobre a curricularização da extensão, para socialização da experiência de implementação da curricularização da extensão, na Universidade de Cruz Alta.
Meta 31. Inserção, na Mostra de Extensão, realizada anualmente durante o Seminário Interinstitucional, de uma categoria específica para socialização de experiências e resultados das ações de curricularização da extensão.
3.4.12. Realizar ações institucionais, visando a participação e (co)responsabilização na solução dos problemas comunitários e em nível nacional, por meio do Projeto Rondon.
Meta 32. Submissão, anual, de propostas para participação institucional nas operações nacionais do Projeto Rondon, em havendo editais disponíveis.
Meta 33. Desenvolvimento de, pelo menos, uma ação semestral na comunidade, com a participação dos discentes e docentes vinculados ao Núcleo do Rondon
Meta 34. Promoção, semestral, de momentos para manifestações e desenvolvimento de atividades culturais e artísticas, envolvendo a comunidade interna e/ou externa.
Meta 35. Inserção, na abertura de eventos institucionais, de apresentações artísticas e/ou culturais.
Meta 36. Realização anual de, pelo menos, uma exposição artística e/ou cultural na Universidade de Cruz Alta.

Objetivo 3.5.

Estimular e promover a produção, a socialização e a publicização do conhecimento técnico-científico, tecnológico, didático-pedagógico e artístico-cultural produzido na Universidade de Cruz Alta.

Estratégias:
3.5.1. Socializar os resultados dos projetos de pesquisa e de inovação tecnológica, na comunidade interna e externa à Universidade de Cruz Alta.
Meta 1. Divulgação periódica nas mídias sociais e em matérias jornalísticas na Unicruz Play, entrevistas e boletins nas rádios e jornais contratados e/ou parceiras da Universidade, das ações e resultados dos projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica.
Meta 2. Divulgação, trimestral, das ações e dos resultados dos projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica de todos os grupos de pesquisa, na forma de um informativo próprio da PRPGPE.
3.5.2. Manter e aprimorar o Programa de Incentivo à Publicação da Produção Científica e Tecnológica (PIPPCT).
Meta 3. Publicação, anual, do edital do PIPPCT, com concessão de apoio financeiro e/ou premiação à publicação técnico-científica ou apoio à participação de docentes e discentes da graduação e da pós-graduação em eventos de âmbito local, nacional e/ou internacional.
Meta 4. Ampliação de 10% no número de docentes e discentes participantes no edital do PIPPCT, em cada ano de vigência deste PDI.
Meta 5. Captação de recursos externos para fomentar a concessão de apoio financeiro e/ou premiação pelo PIPPCT.
3.5.3. Manter e aprimorar as revistas institucionais, como ferramenta de difusão da produção científica.
Meta 6. Capacitação periódica dos colaboradores da PRPGPE acerca dos processos editoriais das revistas institucionais.
Meta 7. Manutenção e/ou ampliação do estrato das revistas institucionais no *Qualis* Capes.
Meta 8. Atribuição de, pelo menos, mais dois indexadores – nacional e/ou internacional, em cada uma das revistas institucionais.
Meta 9. Publicação de, pelo menos, uma edição especial, em cada uma das revistas institucionais, alinhadas a temáticas emergentes das áreas do conhecimento.
Meta 10. Registro de *International Standard Serial Number* (ISSN) e *Digital Object Identifier* (DOI) às revistas institucionais e suas publicações.
Meta 11. Participação em editais de fomento à qualificação de periódicos, em havendo publicação pelos órgãos de fomento.
3.5.4. Manter e aprimorar a publicação de circulares técnicas.
Meta 12. Capacitação periódica dos colaboradores da PRPGPE acerca dos processos editoriais de publicação de circulares técnicas.
Meta 13. Publicação anual de uma circular técnica, por centro de ensino, incluindo os cursos de graduação e pós-graduação, com a primeira edição publicada em 2024.
Meta 14. Registro de ISSN em todas as circulares técnicas publicadas.
Meta 15. Socialização, na comunidade externa, das circulares técnicas publicadas pela instituição.
3.5.5. Divulgar ações extensionistas e seus resultados, por meio da revista Cataventos.
Meta 16. Publicação de, no mínimo, um artigo na Revista Cataventos, por projeto de extensão desenvolvido no PIBEX, no período de vigência deste PDI.
Meta 17. Ampliação de 50% na representação de outras instituições, entre os autores dos artigos publicados na revista.

Meta 18. Manutenção e/ou ampliação do *Qualis* da revista, na próxima avaliação da Capes.
3.5.6. Divulgar os resultados de projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica por meio do Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Meta 19. Realização anual, do Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, com participação de todos os cursos na organização das atividades.
Meta 20. Ampliação de 2% no número de participantes e de trabalhos publicados nos anais, em cada ano do evento, durante a vigência deste PDI, tendo como linha base o número de participantes do Seminário de 2022.
3.5.7. Valorizar os trabalhos de conclusão destaques dos cursos e estimular a sua publicação técnico-científica.
Meta 21. Publicação anual, nas revistas institucionais ou nas circulares técnicas, de um artigo oriundo do trabalho de conclusão destaque em cada um dos cursos de graduação.
3.5.8. Estimular a realização de eventos acadêmicos específicos de cada curso e eventos institucionais interdisciplinares.
Meta 22. Realização de, pelo menos, um evento anual, com organização de cada curso de graduação.
3.5.9. Estimular e apoiar a realização da Mostra de Arquitetura de Interiores, promovida pelo curso de Arquitetura e Urbanismo.
Meta 23. Realização anual da Mostra de Arquitetura de Interiores.
Meta 24. Ampliação da Mostra de Arquitetura de Interiores, a partir de demandas da comunidade externa.
3.5.10. Apoiar a realização de eventos artístico-culturais institucionais, locais e regionais.
Meta 25. Realização anual da Formatura Crioula, na instituição.
Meta 26. Apoio anual a eventos tradicionais realizados em Cruz Alta e região, como a Coxilha Nativista, Senatro, Feira do Livro, entre outros, por meio da disponibilização de estrutura física, recursos humanos e apoio logístico.
3.5.11. Apoiar a realização de eventos técnicos.
Meta 29. Apoio anual a eventos tradicionais realizados em Cruz Alta e região, como Fenatrigo e Expodireto, por meio da disponibilização de estrutura física, recursos humanos para organização e realização de atividades técnico-científicas e apoio logístico.

Objetivo 3.6.

Implementar e aprimorar mecanismos de acompanhamento de egressos.

Estratégias:
3.6.1. Desenvolver uma plataforma digital e/ou aplicativo para facilitar e ampliar a comunicação com os egressos.
Meta 1. Plataforma digital e/ou aplicativo implementado até o final dos 2 (dois) primeiros anos de vigência deste PDI.
3.6.2. Efetivar, no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação, a participação de egressos como palestrantes em eventos, bancas de trabalhos de conclusão e demais atividades relativas a cada curso.
Meta 2. Participação anual de, pelo menos, um egresso de cada curso, em

atividades dos cursos de graduação e pós-graduação.
Meta 3. Criação de um sistema de registro, no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação, sobre a participação de egressos em atividades dos cursos.

Objetivo 3.7.

Promover a internacionalização das atividades acadêmicas na graduação e na pós-graduação.

Estratégias:
3.7.1. Estimular a cultura de internacionalização na comunidade acadêmica.
Meta 1. Organização de, pelo menos, um evento anual na forma de debates, fóruns, seminários, palestras e similares, com temas relacionados à internacionalização.
Meta 2. Organização de encontros, para que todos os acadêmicos, docentes e/ou técnicos, com experiência internacional socializem, à comunidade acadêmica, as suas experiências no exterior.
Meta 3. Divulgação, permanente, nas mídias sociais e em matérias jornalísticas no Unicruz Play, entrevistas e boletins nas rádios e jornais contratados e/ou parceiras da Universidade, das ações de internacionalização.
3.7.2. Estimular e apoiar a participação do corpo docente e discente em eventos internacionais.
Meta 4. Divulgação permanente de eventos internacionais à comunidade acadêmica.
Meta 5. Participação de docentes e discentes em, pelo menos, um evento internacional por ano, durante a vigência deste PDI.
Meta 6. Concessão de apoio financeiro para participação de docentes e/ou discentes em, pelo menos, dois eventos internacionais, durante a vigência deste PDI.
3.7.3. Promover e ampliar as oportunidades de mobilidade, *incoming* e *outgoing*, na graduação e na pós-graduação.
Meta 7. Ampliação do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional para a Graduação (Pmaig), a fim de contemplar a pós-graduação.
Meta 8. Ampliação em 10% do número de convênios ativos com instituições estrangeiras, durante a vigência deste PDI.
Meta 9. Divulgação contínua de editais e programas de mobilidade com auxílio de agências de fomento.
Meta 10. Manutenção de convênios com escolas de línguas para concessão de descontos aos discentes, docentes e colaboradores da Universidade de Cruz Alta.
Meta 11. Aplicação anual de exames de proficiência em língua estrangeira e do *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL).
3.7.4. Promover e ampliar a internacionalização nas atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão na graduação.
Meta 12. Levantamento de instituições com *expertise* nas áreas de cada curso e intermediação da AAI para contato com as mesmas.
Meta 13. Oferta de, pelo menos, uma disciplina em cada centro de ensino, com inserção de docente(s) estrangeiro(s), durante a vigência deste PDI.
Meta 14. Participação de, pelo menos, um docente estrangeiro em uma banca de

trabalho de conclusão de curso, por centro de ensino, durante a vigência deste PDI.
Meta 15. Inserção de, pelo menos, um pesquisador estrangeiro como palestrante em um evento de cada centro de ensino, durante a vigência deste PDI.
Meta 16. Inserção de, pelo menos, um pesquisador estrangeiro em grupo de pesquisa institucional.
Meta 17. Inserção de, pelo menos, um pesquisador estrangeiro como revisor *ad hoc,* das revistas institucionais.
Meta 18. Publicação de, pelo menos, um edital de seleção para discentes estrangeiros da graduação, com divulgação entre as instituições conveniadas e redes de ensino superior, durante a vigência deste PDI.
Meta 19. Oferta de 50% das disciplinas abordando produção técnico-científica internacional, de acordo com a área de conhecimento.
3.7.5. Promover e ampliar a internacionalização nas atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão na pós-graduação *stricto sensu*.
Meta 20. Levantamento de instituições com *expertise* nas áreas de cada programa e intermediação da AAI para contato com as mesmas.
Meta 21. Pelo menos, 25% dos discentes e 50% dos docentes, de todos os programas da Universidade, com uma atividade internacional durante a vigência deste PDI.
Meta 22. Oferta de, pelo menos, uma disciplina em cada PPG, com inserção de docentes estrangeiros.
Meta 23. Participação de, pelo menos, um docente estrangeiro em uma banca anual (de qualificação ou defesa) de todos os programas, durante a vigência deste PDI.
Meta 24. Inserção de, pelo menos, um pesquisador estrangeiro como palestrante em um evento de cada programa, durante a vigência deste PDI.
Meta 25. Inserção de, pelo menos, um pesquisador estrangeiro em grupo de pesquisa institucional.
Meta 26. Inserção de, pelo menos, um pesquisador estrangeiro como revisor *ad hoc* das revistas institucionais.
Meta 27. Participação de, pelo menos, 50% dos docentes dos programas, como revisores *ad hoc* em revistas e/ou eventos internacionais.
Meta 28. Publicação de, pelo menos, um artigo com a participação e autoria de pesquisador estrangeiro, por programa, durante a vigência deste PDI.
Meta 29. Publicação de, pelo menos, um edital de seleção para discentes estrangeiros da pós-graduação, com divulgação entre as instituições conveniadas e redes de ensino superior, durante a vigência deste PDI.
Meta 30. Cem por cento das disciplinas abordando produção técnico-científica internacional, de acordo com a área de conhecimento.

Objetivo 3.8.

Promover e ampliar a comunicação da Universidade de Cruz Alta com a comunidade externa e interna.

Estratégias:
3.8.1. Promover e ampliar a divulgação de notícias e informações socialmente relevantes, por meio de mídias digitais institucionais, como *site*, Instagram e

Facebook.
Meta 1. Ampliação em 50% da participação dos cursos de graduação e pós-graduação na geração de conteúdo de interesse social para divulgação nas mídias sociais e institucionais.
Meta 2. Socialização de 100% dos projetos de pesquisa, extensão e inovação tecnológica, *briefing* e resultados, por meio das mídias sociais institucionais, com organização de cronograma semestral para a divulgação.
Meta 3. Manutenção da publicação de 100% dos editais institucionais, por meio das mídias sociais.
3.8.2. Promover e ampliar o Unicruz Play, canal universitário com foco na produção interna de conteúdos por meio de produções jornalísticas e especiais, por meio de noticiários, reportagens, documentários e materiais de outros formatos produzidos na Universidade de Cruz Alta.
Meta 4. Ampliação de, pelo menos, 10% da produção interna de conteúdo pelo Unicruz Play.
Meta 5. Ampliação do número de visualizações das produções jornalísticas publicadas nas mídias sociais da Universidade de Cruz Alta, conforme recursos financeiros aplicados nas mídias sociais.
3.8.3. Promover o Programa Universitário por um dia, anualmente, com a finalidade de divulgar a instituição e seus cursos de graduação e pós-graduação.
Meta 6. Manutenção da participação de escolas e discentes terceiranistas da região da Universidade de Cruz Alta.
3.8.4. Fortalecer a atuação da ouvidoria institucional.
Meta 7. Manutenção dos processos de encaminhamentos e respostas a todas as demandas internas e externas oriundas da ouvidoria.
3.8.5. Organização anual de um relatório social como forma de divulgar, para a comunidade interna e externa, as ações sociais e ambientais atreladas às atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão da Universidade de Cruz Alta.
Meta 8. Manutenção da editoração de um relatório social anual.
Meta 9. Divulgação do relatório social anual para a comunidade interna e entidades da comunidade externa.
3.8.6. Estabelecer estratégias contínuas de divulgação dos resultados da Avaliação Institucional para a comunidade interna e externa.
Meta 10. Socialização de 100% das demandas oriundas da AI com a comunidade interna, bem como as melhorias institucionais obtidas a partir delas.
Meta 11. Socialização de 100% das melhorias institucionais oriundas da AI com a comunidade interna e externa.

Objetivo 3.9.

Aperfeiçoar as políticas de atendimento aos discentes, por meio de programas de acolhimento e permanência, de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, bem como fornecer apoio psicopedagógico ao discente, promovendo outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.

Estratégias:
3.9.1. Oportunizar aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, apoio

pedagógico e psicopedagógico em seu processo de ensino e aprendizagem, por meio do Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor (Naep).
Meta 1. Realização de atendimentos individualizados aos acadêmicos dos diferentes cursos da instituição.
Meta 2. Assessoria aos professores dos acadêmicos em atendimento, para melhor acompanhar e avaliar a sua aprendizagem.
Meta 3. Criação de espaços de discussões, diálogos e esclarecimentos com os professores e coordenadores de cursos sobre processos pedagógicos, especialmente relacionados a metodologias e avaliação do processo ensino e aprendizagem.
Meta 4. Aprimoramento da política de atendimento psicopedagógico, a partir do acolhimento dos acadêmicos, por meio da identificação do seu perfil, no sentido de identificar suas fragilidades e potencialidades.
Meta 5. Aperfeiçoamento do Programa de Nivelamento Acadêmico, oportunizando ao discente a construção de conhecimentos básicos e fundamentais para o curso no qual ingressou na Universidade de Cruz Alta, para a construção de habilidades e competências mínimas necessárias à sua formação.
3.9.2. Fornecer um espaço destinado ao apoio às pessoas com deficiência (PcD), por meio do Naep.
Meta 6. Planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade nas dependências, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.
Meta 7. Criação de projetos para dialogar com professores e acadêmicos, por meio de programas e práticas de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica em geral.
3.9.3. Consolidar o conhecimento, que contribui para o alcance dos objetivos acadêmicos – institucionais, por meio do Programa de Monitoria da Universidade de Cruz Alta.
Meta 8. Capacitação bimestral aos discentes, a partir da formação tecnológica em atividades de monitorias, conforme demanda apresentada pelo professor da disciplina.
Meta 9. Consolidação do Programa de Monitoria pelos cursos de graduação da Universidade de Cruz Alta, por meio de ofertas de vagas semestralmente.
3.9.4. Aprimorar mecanismos para controle de evasão dos acadêmicos, por meio do Núcleo de Educação à distância (Nead).
Meta 10. Construção de modelos de predição de evasão, a fim de identificar acadêmicos com risco de evadir, ainda no primeiro bimestre.
Meta 11. Acompanhamento docente e discente, por meio de relatórios mensais de atividades, acesso a materiais e interações no ambiente de aprendizagem virtual da Universidade de Cruz Alta.
3.9.5. Divulgar as ações desenvolvidas pela Universidade de Cruz Alta para os públicos interno e externo, por meio da Assessoria de Comunicação (Ascom), com responsabilidade estratégica de trabalhar a imagem institucional, bem como ações que envolvam a captação de novos acadêmicos.
Meta 12. Desenvolvimento de ações para a captação de novos acadêmicos, de forma contínua e permanente.
Meta 13. Garantia de um fluxo contínuo de informações, a fim de dar visibilidade às

ações da Universidade de Cruz Alta.
Meta 14. Promoção de eventos e atividades desenvolvidas que envolvam o ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, que integram acadêmicos, professores e membros do corpo técnico-funcional.
3.9.6. Supervisionar os discentes nas práticas de estágios não obrigatórios remunerados ou voluntários, a fim de proporcionar a aquisição de competências próprias da atividade profissional.
Meta 15. Orientação do estágio supervisionado não obrigatório, por meio da supervisão de um professor orientador de estágio, juntamente com a Pró-Reitoria de Graduação.

Objetivo 3.10.

Estimular e apoiar a produção e a publicação acadêmica.

Estratégias:
3.10.1. Apoiar e/ou premiar financeiramente a publicação técnico-científica e a participação de docentes e discentes em viagens de estudo e/ou eventos.
Meta 1. Concessão anual, por meio do PIPPCT, de apoio financeiro para pagamento de taxas de submissão, publicação, editoração, ou tradução, e/ou premiação à produção técnico-científica já publicada; ou à participação de docentes e discentes da graduação e da pós-graduação para apresentação de trabalhos técnico-científicos em eventos de âmbito local, nacional e/ou internacional.
Meta 2. Concessão de apoio financeiro para a realização de viagens de estudo, incluindo visitas técnicas e atividades culturais, a partir de demandas dos cursos e conforme requisitos estabelecidos nas normas institucionais.
3.10.2. Apoiar a organização de eventos, por meio do setor de Assessoria de Eventos.
Meta 3. Manutenção da assessoria permanente aos professores e acadêmicos que constituem as comissões organizadoras dos eventos promovidos pelos cursos, orientando-os e auxiliando-os, desde o registro dos projetos, sua execução e posterior prestação de contas para emissão dos certificados.
Meta 4. Disponibilização e realização de melhorias na infraestrutura institucional para a realização de eventos pelos cursos.
3.10.3. Estimular a participação dos discentes e docentes no Ciclo de Capacitação para Pesquisa e Extensão.
Meta 5. Realização anual do Ciclo de Capacitação para Pesquisa e Extensão, com inscrições gratuitas para docentes e discentes da graduação e pós-graduação.
3.10.4. Premiar e apoiar financeiramente produções acadêmicas apresentadas no Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Meta 6. Concessão anual, de prêmios e apoio financeiro aos trabalhos científicos (apresentados oralmente ou na forma de pôster), aos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, selecionados como destaques no Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão.
3.10.5. Estimular a publicação de artigos nas revistas institucionais.
Meta 7. Manutenção do processo editorial e de publicação das revistas institucionais, sem cobrança de taxas aos autores.

Eixo 4: Políticas de Gestão

Objetivo 4.1.

Qualificar, de forma continuada, os recursos humanos docentes e técnico-funcionais.

Estratégias:
4.1.1. Ofertar, anualmente, o Edital PICD, a fim de possibilitar aos docentes da instituição sua formação continuada nos níveis de doutorado e pós-doutorado.
Meta 1. Manutenção da composição do corpo docente institucional em, pelo menos, 80% de mestres e doutores.
4.1.2. Ofertar, nos processos seletivos do Probin, o edital do Programa de Bolsas Institucionais, com bolsas de 50% para o corpo docente e técnico-funcional da instituição.
Meta 2. Implementação de, pelo menos, uma bolsa Probin para docente e uma bolsa Probin para técnico-funcional, durante a vigência do PDI.
4.1.3. Qualificar o corpo docente institucional, por meio da continuidade e consolidação do Programa Pedagogia Universitária.
Meta 3. Participação de, pelo menos, 50% dos professores, nas atividades do Programa Pedagogia Universitária, anualmente.
4.1.4. Qualificar o corpo docente, tutores e monitores para propiciar fluência digital, no conjunto das atividades acadêmicas da educação a distância.
Meta 4. Participação anual de, pelo menos, 50% dos professores, tutores e monitores nas atividades de formação específica sobre tecnologias digitais de informação e comunicação.
4.1.5. Estimular a participação do corpo docente e técnico-funcional em eventos científicos, cursos de qualificação ou educação continuada, internos e externos à instituição.
Meta 5. Participação de, pelo menos, 50% dos professores e 25% do corpo técnico-funcional em eventos científicos, cursos de qualificação ou educação continuada, durante a vigência do PDI.
4.1.6. Ofertar editais de premiação de trabalhos científicos ao corpo docente que atua em pesquisa.
Meta 6 - Premiação de 2 (dois) trabalhos científicos de docentes por centro de ensino, anualmente.
4.1.7. Estimular a participação de professores e técnico-funcionais em eventos de fomento à cultura.
Meta 7. Participação de, pelo menos, 10% dos professores e técnico-funcionais, em eventos de fomento à cultura, anualmente.

Objetivo 4.2.

Assegurar a autonomia e representatividade dos órgãos gestores e colegiados, bem como a divulgação das decisões para a comunidade interna.

Estratégias:
4.2.1. Fortalecer o papel estratégico dos órgãos gestores e colegiados da

instituição.
Meta 1. Participação efetiva dos órgãos gestores e colegiados nas decisões pertinentes às suas atribuições.
4.2.2. Fortalecer a atuação dos gestores acadêmicos como agentes responsáveis pela condução executiva dos cursos de graduação ou dos programas de pós-graduação, de modo convergente e articulado com o PDI, o PPI, o PPC, normativas do MEC e Capes e o orçamento institucional.
Meta 2. Participação efetiva dos gestores acadêmicos na condução executiva e pedagógica do curso ou do programa coordenado.
4.2.3. Fortalecer a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação efetiva de docentes, técnico-funcionais, discentes e da sociedade civil organizada.
Meta 3. Participação de docentes, técnico-funcionais, discentes e da sociedade civil organizada nos órgãos e comissões institucionais, de acordo com seus regulamentos.
4.2.4. Fortalecer e fomentar a divulgação das decisões colegiadas e apropriação pela comunidade interna.
Meta 4. Divulgação de todas as decisões colegiadas da Universidade de Cruz Alta nos meios de comunicação institucionais internos e externos, de acordo com a pertinência.

Objetivo 4.3.

Planejar o orçamento institucional, de acordo com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando a ampliação e o fortalecimento de fontes captadoras de recursos e as análises do relatório de avaliação interna.

Estratégias:
4.3.1. Aperfeiçoar a utilização do PDI como instrumento articulador do planejamento, orçamento e avaliação.
Meta 1. Utilização do PDI como base para elaboração do orçamento institucional anual.
4.3.2. Assegurar investimento, de acordo com as demandas elencadas na avaliação institucional.
Meta 2. Incremento de 5% em relação ao ano anterior, nas demandas atendidas em função dos resultados da avaliação institucional.
4.3.3. Qualificar as pessoas e o sistema de informações, possibilitando acessibilidade, transparência dos dados institucionais, eficácia, eficiência e celeridade do processo de gestão.
]**Meta 3.** Cem por cento do pessoal que atua nos processos de gestão deverão receber formação específica até o final da vigência do PDI.
4.3.4. Avaliar novos projetos e programas a terem investimento institucional e/ou externo, considerando a demanda potencial, as condições de cada área de conhecimento e as expectativas da sociedade.
Meta 4. Manutenção dos editais de pesquisa em áreas/temáticas prioritárias, com ampliação em 50% das instituições parceiras que fornecem apoio financeiro.
4.3.5. Diversificar as fontes de recursos, buscando novas estratégias das políticas de sustentabilidade financeira.

Meta 5. Ampliação da captação de recursos externos e estabelecimento de parcerias públicas e privadas, para qualificar e ampliar as estruturas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.
4.3.6. Manutenção e consolidação dos programas de financiamento estudantil existentes, a fim de facilitar o acesso à Unicruz.
Meta 6. Aumento de, pelo menos, 10% no número de acadêmicos da Universidade de Cruz Alta durante a vigência do PDI.

Eixo 5: Infraestrutura

Objetivo 5.1.

Otimizar e qualificar os espaços físicos, atendendo às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.

Estratégias:
5.1.1. Revisar anualmente as salas de aula da graduação e pós-graduação quanto à estrutura, acessibilidade e recursos tecnológicos.
Meta 1. Adequação de, pelo menos, 30% das barreiras arquitetônicas, a fim de facilitar o acesso dos estudantes com deficiências em todos os espaços, vivenciando a acessibilidade plena.
Meta 2. Ampliação da instalação de projetores fixos, equipando, pelo menos, 50% das salas de aula até o final da vigência do PDI.
Meta 3. Implementação de 2 (duas) salas de multimídia, uma em cada centro de ensino.
5.1.2. Melhorar a infraestrutura de laboratórios e demais cenários de práticas.
Meta 4. Captação de recursos externos, pelo menos uma vez ao ano, por meio das atividades dos componentes curriculares dos cursos de graduação, no setor público e privado, para investimento em laboratórios.
Meta 5. Socialização anual, com os cursos de graduação, de experiências de sucesso na captação de recursos para melhoria da infraestrutura, por meio das atividades de ensino.
Meta 6. Organização e execução de cronograma anual para melhoria da infraestrutura dos laboratórios, articulando centros de ensino e pró-reitorias.
5.1.3. Melhorar a infraestrutura institucional, no que se refere a auditórios, salas de professores, salas de atendimento a discentes, espaços de convivência e instalações sanitárias.
Meta 7. Reestruturação do miniauditório até o final da vigência do PDI, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica.
Meta 8. Manutenção periódica dos espaços de descompressão e descanso para professores e acadêmicos.
Meta 9. Manutenção periódica de salas de professores.
5.1.4. Garantir a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por

semana.
Meta 10. Adequação da estrutura de armazenamento de energia elétrica, por meio da aquisição de um gerador, a partir de captação de recursos por fomento externo, garantindo, assim, a integridade dos sistemas operacionais e preservando o registro dos dados institucionais.

Objetivo 5.2.

Fomentar a utilização do acervo e das bibliotecas física e digital, articulados à dinâmica, às características e às necessidades da Universidade de Cruz Alta.

Estratégias:
5.2.1. Modernização e ampliação do acervo bibliográfico.
Meta 1. Aquisição de, pelo menos, uma plataforma digital, bem como implementação de duas parcerias com editoras para viabilização de periódicos científicos.
Meta 2. Organização e execução de um cronograma para aquisição anual de bibliografias, considerando as demandas dos centros institucionais e as áreas temáticas com menor número de exemplares físicos.
5.2.2. Ampliação das condições de acesso dos acadêmicos ao acervo bibliográfico.
Meta 3. Oferta anual, aos discentes e docentes, de encontros de capacitação sobre formas de acesso e utilização do acervo bibliográfico digital.

4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

Neste capítulo, a instituição apresenta os cursos ofertados, bem como a previsão de ofertas de novos cursos de graduação e pós-graduação.

É necessário destacar, também, a nova dinâmica da educação superior, exigindo um reposicionamento das instituições comunitárias em relação à programação de oferta de cursos, que pode ser alterado em razão de demandas de nossa comunidade e de necessidades das diferentes profissões.

4.1. Cursos de graduação

Quadro 2 - Cursos de graduação e vagas autorizadas para a modalidade presencial.

Cursos	Situação legal	Ato autorizativo vigente	Número de vagas autorizadas/turno
Administração	Reconhecido	Port. Nº 210 25/06/2020	145 N
Agronomia	Reconhecido	Port. Nº 110 04/02/2021	80 INT 70 N
Arquitetura e Urbanismo	Reconhecido	Port. Nº 949 30/08/2021	140 N
Biomedicina	Reconhecido	Port. Nº 110 04/02/2021	80 N

Ciência da Computação	Reconhecido	Port. Nº 919 27/12/2018	80 N
Ciências Contábeis	Reconhecido	Port. Nº 948 30/08/2021	80 N
Direito	Reconhecido	Port. Nº 210 25/06/2020	190 N
Educação Física – Bacharelado	Reconhecido	Port. Nº 110 04/02/2021	40 N
Enfermagem	Reconhecido	Port. Nº 948 30/08/2021	80 N
Engenharia Civil	Autorizado	Port. Nº 338 26/07/2016	80 N
Farmácia	Reconhecido	Port. Nº 110 04/02/2021	80 N
Fisioterapia	Reconhecido	Port. Nº 948 30/08/2021	80 N
Medicina Veterinária	Reconhecido	Port. Nº 136 01/03/2018	80 INT 100 N
Tecnólogo em Cosmética e Estética	Reconhecido	Port. Nº 110 04/02/2021	50 N

Quadro 3 - Cursos de graduação descontinuados:[1]

Cursos	**Situação legal**	**Ato autorizativo vigente**	**Número de vagas autorizadas/turno**
Ciências Aeronáuticas	Autorizado	Port. Nº 889 29/12/2016	30 N
Educação Física – Licenciatura	Reconhecido	Port. Nº 919 27/12/2018	40 N
Engenharia Ambiental e Sanitária	Reconhecido	Port. Nº 154 06/01/2022	40 N
Engenharia de Produção	Reconhecido	Port. Nº 155 06/01/2022	40 N
Jornalismo	Reconhecido	Port. Nº 210 25/06/2020	40 N
Pedagogia	Reconhecido	Port. Nº 1096 24/12/2015	60 N

[1]Segue a Resolução Consun Nº 34/2009, de 16/09/2009, que aprovou a regra para descontinuidade dos cursos de graduação a partir do Vestibular 01/2010. O referido critério ficou suspenso apenas durante o ano de 2020 por conta da pandemia, conforme disposto no artigo 2º da Resolução Consun Nº 22/2020, de 29/07/2020, visando a recuperação dos cursos que eventualmente estavam completando o triênio naquele período.

Quadro 4 - Cursos de graduação a serem implantados.

Cursos	Vagas/turno	C/H	Ano de implantação
Medicina	De acordo com os leitos SUS da 9ª CRS	mínimo de 7.200h	Até 2027

4.2. Cursos de pós-graduação *lato sensu*

Quadro 5 - Cursos de pós-graduação *lato sensu* implementados.

Curso de especialização	Resolução Consun	Modalidade	Carga horária	Nº de vagas	Período de oferta
Curso de Especialização Multidisciplinar no Cuidado ao Paciente em Situações Críticas de Vida	37/2017, de 29/11/2017	Presencial	360 horas	20	abril/2018 a setembro/2019
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estética Integral – 1ª edição	03/2020, de 29/04/2020	Presencial	360 horas, mais 60 horas de módulos opcionais	20	outubro/2020 a novembro/2021
Curso de Especialização *Lato Sensu* em Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais – 4ª edição	33/2020, de 04/11/2020	Presencial	365 horas, mais 40 horas de módulos opcionais	20	abril/2021 a julho/2022
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Estética Integral – 2ª edição	03/2020, de 29/04/2020	Presencial	360 horas, mais 40 horas de módulo opcional	20	abril/2022 a novembro/2022

Quadro 6 - Cursos de pós-graduação *lato sensu* a serem ofertados no período de 2023 a 2027.

Curso ou área temática	Período previsto para realização				
	2023	2024	2025	2026	2027
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar	X	X			
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação 4.0	X				
Questões Ambientais no Âmbito Jurídico			X		
Paisagismo		X			
Questões Jurídicas no Âmbito do Desenvolvimento Rural				X	

Tecnologias Voltadas ao Ambiente Construído		X			
Estética Integral	X	X	X	X	X
Clínica de Pequenos Animais	X	X	X	X	X
Defesa Fitossanitária			X		
Avaliação e Prescrição de Exercício				X	
Reabilitação Musculoesquelética			X		
Saúde Pública			X		
Reabilitação Cardiopulmonar				X	

4.3. Programas de pós-graduação *stricto sensu*

Quadro 7 - Cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados.

Curso	**Modalidade de oferta**	**Ato de reconhecimento**	**Carga horária**	**Número de vagas[1]**
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural	Presencial	Portaria nº 656, de 22 de maio de 2017	360	20
Mestrado em Atenção Integral à Saúde[2]	Presencial	Portaria nº 794, de 11 de setembro de 2014 Renovação de reconhecimento Portaria nº 609, de 14 de março de 2019	450	33
Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social	Presencial	Portaria nº 652, de 22 de maio de 2017	360	22
Doutorado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social	Presencial	Portaria nº 977, de 23 de novembro de 2020	540	11

[1] O número de vagas dos cursos de pós-Graduação pode sofrer alterações, dependendo da demanda, da capacidade de orientação e/ou critérios da CAPES.
[2] Mestrado ofertado em associação com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Erechim, sendo a Unicruz a instituição coordenadora.

Quadro 8 - Cursos de pós-graduação *stricto sensu* a serem implantados.

Curso ou área	**Modalidade e forma de oferta**	**Situação**
Doutorado em Atenção Integral à Saúde[1]	Presencial Associado	Proposta submetida: APCN 1808/2022
Mestrado ou Mestrado e Doutorado em Direito	Presencial	Até 2027

	Associado	
Oferta associada do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural ou Mestrado em Agronomia	Presencial Associado	Até 2027

[1] Proposta apresentada em associação com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Erechim, sendo a Unicruz a instituição coordenadora.

5. COMUNIDADE ACADÊMICA

5.1. Corpo discente

5.1.1. Perfil do ingressante

Os acadêmicos dos cursos de graduação da Universidade de Cruz Alta são, em sua grande maioria, oriundos da região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí – Corede Alto Jacuí, que é composto por 14 (catorze) municípios (FEE, 2020). Apesar desta particularidade, pela especificidade de alguns cursos como Agronomia, Medicina Veterinária e Direito e devido ao Prouni, a Universidade de Cruz Alta conta com discentes de todo o estado do Rio Grande do Sul e também de outros estados.

Nesta perspectiva, observa-se que, do total dos acadêmicos ingressantes matriculados nos cursos de graduação, no primeiro semestre de 2023, 99,77% são procedentes de municípios do estado do RS, onde 36,85% destes são oriundos do município de Cruz Alta. Do total de discentes, evidencia-se que 60% são dos cursos do Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA) e 40% estão nos cursos do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS).

Com relação às condições de acesso e permanência, os acadêmicos ingressantes da Universidade de Cruz Alta são, na maioria, trabalhadores/estudantes do ensino superior noturno, sendo que inúmeros, em sua jornada dupla de trabalho e estudos, deslocam-se de seus municípios de origem para estar na Universidade de Cruz Alta. Neste sentido, a organização curricular dos cursos de graduação da Unicruz considera propostas metodológicas que permitam o prosseguimento dos estudos desses discentes, com vistas à conclusão do curso como instrumento que possibilita mudanças na qualidade de vida de seus futuros egressos.

Relativamente ao gênero, constata-se que a maioria dos ingressantes são mulheres, constituindo 58,8% das matrículas. Na proporção por centros de ensino, as mulheres ocupam 65,70% das vagas no CCSA, onde o curso de Medicina Veterinária possui 72,30% das vagas ocupadas por mulheres. Nos cursos do CCHS, o gênero feminino é representado por 48,57%, sendo que, no Curso de Direito, a representatividade feminina é de 56,92%.

Em referência ao perfil dos acadêmicos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), evidencia-se que há a preponderância do sexo feminino, equivalendo a

79,55% dos acadêmicos. A distribuição destes discentes é estabelecida na faixa de 26,14% em cursos *lato sensu* e 73,86% em cursos *stricto sensu.* Destes, 46,59% estão no mestrado e 27,27% no doutorado.

5.1.2. Formas de acesso

O processo seletivo para os cursos superiores de graduação e de tecnologia prevê a realização semestral de vestibular, através de prova de redação ou memorial descritivo. Embora o processo seletivo (vestibular) seja o principal mecanismo de ingresso nos cursos de graduação, outras formas de acesso estão previstas, tais como:

I – transferência interna;
II – transferência externa;
III – transferência externa com Prouni;
IV – acima de 35 (trinta e cinco) anos;
V – especial sem vestibular, para cursar número limitado de créditos;
VI – Prouni – Programa Universidade para Todos;
VII – Proies – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior;
VIII – ingresso por ensino superior completo;
IX – aluno especial (oriundo de outra IES, para cursar disciplinas isoladas).

O acesso aos cursos de pós-graduação obedece a um calendário anual, de acordo com a oferta de cursos. Os estudantes são registrados em sistema gerenciado pelo Centro Tecnológico (Ctec) e pela Central de Atendimento ao Acadêmico, que inclui, além do registro de ingressos, dados de avaliação e o acompanhamento histórico do estudante, na Universidade de Cruz Alta.

5.1.3. Apoio pedagógico, financeiro e estímulo à permanência

5.1.3.1. Apoio pedagógico e estímulo à permanência

O apoio ao acadêmico, durante o seu tempo de permanência na Universidade de Cruz Alta, é um dos principais objetivos da gestão universitária, através de um programa de nivelamento e de atendimento psicopedagógico ao estudante. A Universidade de Cruz Alta conta, ainda, com o setor de gestão de permanência, o qual atua conjuntamente com a Central de Atendimento ao Acadêmico, com o Núcleo de Apoio ao Estudante e ao Professor (Naep) e o Núcleo de Acessibilidade Institucional da Unicruz (Naiu). O setor de gestão de permanência busca resgatar os acadêmicos evadidos, bem como fortalecer o vínculo e a permanência dos estudantes na graduação.

O Naep atua com ações voltadas à superação de necessidades específicas dos estudantes e parte do diagnóstico de fatores que interferem no desempenho acadêmico, constituindo-se em uma ferramenta de apoio, para que eventuais dificuldades sejam superadas, possibilitando um melhor desempenho do acadêmico.

O Naep oferece atendimento individualizado ou em pequenos grupos, aos acadêmicos dos diferentes cursos da instituição, além de assessoria aos professores dos estudantes em atendimento, para melhor acompanhar e avaliar a sua aprendizagem. O núcleo também promove espaços de discussões, diálogos e esclarecimentos com os professores e coordenadores de cursos sobre processos pedagógicos, especialmente relacionados a metodologias e avaliação do processo ensino e aprendizagem.

5.1.3.2. Apoio financeiro

A Universidade de Cruz Alta busca ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de auxílio ao estudante, de modo a criar condições para a possibilidade de ingresso e permanência na vida acadêmica, por meio dos seguintes programas:

a) Programa Universidade para Todos (Prouni). Em convênio com o MEC, a Universidade de Cruz Alta disponibiliza bolsas integrais de 100%. Podem concorrer a este benefício os estudantes de escolas da rede pública e privada que obedeçam aos limites de renda *per capita* impostos pelo Prouni, ou seja, renda *per capita* familiar máxima de 1,5 (um e meio) do salário mínimo nacional para bolsas integrais. O Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerando o mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos;

b) Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). O programa, garantido por meio da Lei Nº 12.688, de 18 de julho de 2012, concede bolsas de estudo integrais em cursos de graduação em ensino superior, nas instituições comunitárias. As bolsas Proies são disponibilizadas como bolsas adicionais no Sistema Prouni, destinadas exclusivamente aos ingressantes, os quais tenham cursado ensino médio na rede pública ou particular, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 1,5 (um e meio) salários-mínimos e que atendam aos demais critérios de elegibilidade às bolsas do Prouni (conforme a Portaria Normativa MEC Nº 9, de 17/05/2013, publicada no DOU de 20/05/2013). Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM;

c) Programa de Bolsas Institucionais – Probin. O Programa de Bolsas Institucionais – PROBIN é destinado a estudantes em cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, por meio de editais específicos divididos em 10 (dez) modalidades com percentual de desconto entre 10% e 50% sobre o valor das mensalidades. O programa é constituído de 02 (duas) modalidades:
1. Público externo: constituído pelo corpo discente da Universidade Cruz Alta e oferecido em 05 (cinco) modalidades:
1.1. Experiência I: para discentes entre 50 (cinquenta) anos até 59 (cinquenta e nove) anos - desconto de 40% no valor da mensalidade;
1.2. Experiência II: para discentes com 60 (sessenta) anos ou mais - desconto de 50% no valor da mensalidade;
1.3. Grupo familiar: desconto de 10% do valor da mensalidade para o segundo integrante do grupo familiar e 15%, a partir do terceiro integrante do grupo familiar;

segundo curso de graduação - desconto de 30% no valor da mensalidade;
1.4. Segundo curso de graduação simultâneo: desconto de 40% no valor da mensalidade do segundo curso de graduação simultâneo.
2. Público interno: constituído pelos corpos docente e técnico-funcional da Universidade Cruz Alta e oferecido em 03 (três) modalidades:
2.1. Segundo curso de graduação: desconto de 50% do valor da mensalidade;
2.2. Pós-graduação *lato sensu*: desconto de 50% do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, limitado a 04 (quatro) bolsas por programa;
2.3. Pós-graduação *stricto sensu*: desconto de 50% do valor da mensalidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, limitado a 01 (uma) bolsa por programa/ano;

d) Programa de Bolsas Institucionais (Probin+). O Probin+ é destinado a ingressantes e veteranos que, preferencialmente, tenham bom desempenho acadêmico, nos seus respectivos cursos de graduação e não incluídos nas demais modalidades de concessão de bolsas e/ou programas de custeio do ensino superior. São bolsas de 50% (cinquenta por cento) para acadêmicos com renda *per capita d*o grupo familiar até 03 (três) salários mínimos e bolsas de 25% para acadêmicos com renda *per capita* do grupo familiar até 05 (cinco) salários mínimos. Para manter a bolsa em vigência, os discentes precisam ter rendimento acadêmico acima de 75%, no semestre;

e) Bolsa de Iniciação Científica e de Extensão (Pibic). O Pibic é um programa de pesquisa, cujo objetivo é apoiar a iniciação científica dos acadêmicos de graduação da Universidade de Cruz Alta. O encaminhamento do projeto é feito por um professor da IES, com titulação de mestre ou doutor; se aprovado, a pesquisa será coordenada pelo referido docente. O edital Pibic/Unicruz prevê a concessão de bolsa para o acadêmico executar a pesquisa, sob a orientação do professor coordenador da pesquisa pelo período de doze meses. Acadêmicos voluntários também podem participar dos projetos, desde que devidamente cadastrados na Coordenação de Pesquisa;

f) Financiamentos. Também são possíveis financiamentos aos estudantes nas seguintes modalidades:
1) Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Financiamento instituído pelo MEC, por meio do FNDE, em substituição ao antigo crédito educativo. A Unicruz está habilitada a oferecer vagas em todos os cursos, as quais são estabelecidas de acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em edital próprio, onde é determinado o número de vagas para cada Instituição de Ensino Superior;
2) Pravaler. Programa de financiamento estudantil, no qual o estudante pode optar por pagar o equivalente à metade da mensalidade, no dobro de tempo de duração do curso. O número de parcelas depende também da parceria do programa com a instituição de ensino. O número de vagas é determinado pela instituição, mediante edital publicado semestralmente;
3) Crédito Educativo Fundacred (CredIes). Por meio do Fundacred, os acadêmicos ingressantes financiam 50% da mensalidade. As vagas são predeterminadas pela instituição, de acordo com edital lançado no semestre. O pagamento do saldo das mensalidades ocorrerá após a conclusão do curso;

4) Crédito Universitário (CrediUni). É um programa de financiamento estudantil para acadêmicos da graduação e pós-graduação, estabelecido entre a Cooperativa de Crédito Sicoob e a Universidade de Cruz Alta, que permite aos acadêmicos adquirirem financiamentos de até 100% das mensalidades, tendo até o dobro da duração do curso para quitar o investimento.

5.1.4. Organização estudantil

De acordo com o disposto no artigo 55 do Estatuto da Universidade de Cruz Alta, são órgãos de representação estudantil:

I – Diretório Central dos Estudantes (DCE);
II – diretórios acadêmicos (DAs) das unidades (cursos).

Nessa organização, os presidentes de turma são representativos na articulação e encaminhamento das questões pertinentes ao interesse acadêmico. Os estudantes participam, por meio de suas representações, dos conselhos superiores – Conselho Universitário e Conselho Curador – e dos conselhos de centro e dos colegiados de curso. A Universidade disponibiliza infraestrutura física para o Diretório Central dos Estudantes - DCE e aos diretórios acadêmicos (DAs), localizada no prédio do Centro de Convivência Universitária (CCU).

5.1.5. Perfil do egresso

A Universidade de Cruz Alta proporciona formação acadêmica contextualizada**,** de modo a permitir condições aos egressos de exercerem suas profissões**,** de forma independente, autônoma e criativa, identificando os problemas, avaliando-os e conduzindo-os às possíveis soluções, a partir de sólidos saberes técnicos, científicos e humanísticos.

5.1.6. Acompanhamento do egresso

O Programa de Acompanhamento dos Egressos da Unicruz representa um processo institucional de organização de informações sobre as condições pessoais, acadêmicas e profissionais dos discentes formandos e egressos. A criação de mecanismos de acompanhamento de formados dá-se a partir de instrumentos de coleta de opinião dos egressos sobre a formação recebida e pelo contato com agências empregadoras, para obtenção de informações a respeito do desempenho do egresso no mercado de trabalho.

Na *webpage* da Universidade de Cruz Alta e em redes sociais, como o Facebook institucional, há um espaço específico para as manifestações dos egressos. No conjunto, as informações obtidas destinam-se à melhoria dos programas acadêmicos e ofertas de educação continuada em programas *lato sensu* e *stricto sensu*, cursos e demais atividades de extensão, que promovam o aperfeiçoamento e a qualificação profissional.

Outro modo de acompanhamento de egressos é o Observatório Profissional, que possibilita a realização de oficinas, palestras e encontros sobre o mundo do trabalho, que é ofertado para os acadêmicos dos últimos semestres dos cursos de graduação e que procura trazer como palestrantes egressos da Universidade de Cruz Alta. Além disso, durante o Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, promovido pela Universidade de Cruz Alta, são realizadas palestras e oficinas, nas quais são prioritariamente convidados egressos, bolsistas de pesquisa e extensão, que se tornaram pesquisadores e/ou professores, para realizarem tais atividades.

Adicionalmente, no âmbito dos cursos de graduação, há diversas ações sendo realizadas para acompanhamento dos seus egressos, como convites para participação em pesquisas específicas realizadas pelos cursos sobre os seus egressos, realização de encontros festivos de egressos e participação dos egressos como painelistas em semanas acadêmicas.

5.2. Perfil do corpo docente, tutores e técnicos-funcionais

5.2.1. Perfil do corpo docente

O quadro atual da Universidade de Cruz Alta (2023) é constituído por 111 (cento e onze) professores, apresentando a seguinte composição: 51 (cinquenta e um) doutores e 60 (sessenta) mestres. A projeção para os próximos 04 (quatro) anos (2023-2027) em relação à titulação e regime de trabalho, é a manutenção do percentual exigido pela legislação, devendo ser adaptado, caso necessário, conforme as políticas e demandas institucionais.

5.2.2. Critérios de seleção e contratação do corpo docente

As relações trabalhistas do corpo docente da Universidade de Cruz Alta são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela convenção coletiva de trabalho e plano de carreira da categoria e pelas normas internas institucionais. De acordo com o artigo 59 do Estatuto da Fundação Universidade de Cruz Alta, as contratações são realizadas por processo seletivo ou de acordo com o Regimento Geral de Contratação de Pessoal, aprovado pela Resolução do Conselho Curador. Dentro da gestão compartilhada entre mantida e mantenedora, o processo seletivo é autorizado e acompanhado pela Pró-Reitoria de Graduação e Presidência da Fundação Universidade de Cruz Alta, e a organização do processo seletivo é realizada pelo setor de Recursos Humanos. Os critérios para seleção docente são compostos por avaliação teórica, didática e avaliação de currículo, sendo que, para as avaliações teórica e didática, são sorteados pontos previamente divulgados em adendo do edital, os quais devem ser abordados pelos candidatos. A avaliação teórica objetiva mensurar conhecimentos específicos, a desenvoltura e a congruência na descrição do conteúdo abordado. A avaliação didática tem como objetivo avaliar as competências pedagógicas e o domínio dos conhecimentos específicos, na qual o candidato é avaliado por banca, composta por 03 (três) docentes, sendo um membro externo. A avaliação de currículo centra-se nas publicações, experiência acadêmica e profissional do candidato.

5.2.3. Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O professor contratado é enquadrado no Plano de Carreira do Pessoal Docente (PCPD), aprovado mediante acordo coletivo de trabalho da categoria e regularmente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O docente, ao iniciar sua carreira, é contratado conforme a titulação, nos seguintes termos:

a) portador do título de especialista é admitido na classe de auxiliar nível I;
b) portador do título de mestre é admitido na classe de assistente nível I;
c) portador do título de doutor, admitido na classe de assistente nível III.

A progressão na carreira ocorre por meio de publicação de edital de seleção, segundo o qual os docentes participantes são avaliados conforme critérios e pontuação preestabelecida no PCPD.

A avaliação da manutenção e/ou alteração do regime de trabalho do corpo docente é regida pelo Regulamento Geral para Avaliação da Manutenção e/ou Alteração do Regime de Trabalho do Corpo Docente da Universidade de Cruz Alta, aprovado pelo Conselho Universitário, por meio da Resolução Nº 27/2019, de 12 de junho de 2019.

5.2.4. Programa de Formação de Capacitação Docente

As políticas de qualificação estão definidas no Plano de Carreira do Pessoal Docente (PCPD) e no Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), da Universidade de Cruz Alta, aprovado pela Resolução do Conselho Universitário Nº 11/2009, de 29 de abril 2009, atualizado pela Resolução do mesmo Conselho, sob Nº 05/2015, 25 de março de 2015.

São consideradas modalidades formativas, no PICD, a atualização pedagógica; os eventos técnico-científicos, mestrado e doutorado e estágio pós-doutoral. Os afastamentos para cursos de pós-graduação podem ser no regime integral ou parcial.

5.3. Atividades de tutoria

5.3.1. Perfil, composição e Plano de Implantação e Expansão do Corpo de Tutores

A oferta de cursos e disciplinas, nas modalidades a distância e presencial, prevê a inclusão de métodos e práticas de ensino-aprendizagem com a integração de recursos e ferramentas das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a realização das atividades didático-pedagógicas, bem como prevê encontros presenciais e atividades de tutoria.

O tutor é o responsável pela mediação das ações realizadas pelos estudantes no processo de conteúdos curriculares, os quais envolvem recursos e atividades

planejadas pelos professores, conforme o plano de ensino da disciplina em consonância com os objetivos do curso.

A projeção para os próximos 04 (quatro) anos (2023-2027) em relação à quantidade, titulação e regime de trabalho dos tutores é a manutenção de um quantitativo conforme a legislação, devendo ser adaptado, caso necessário, de acordo com as políticas e demandas institucionais.

A tutoria poderá ser exercida por professores integrantes do corpo docente da Universidade de Cruz Alta, técnicos-científicos integrantes do corpo técnico-funcional da Fundação Universidade de Cruz Alta, discentes regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Cruz Alta e tutor externo com graduação na área específica da tutoria.

A contratação de tutores externos será autorizada somente nos casos em que não houver profissional da instituição capacitado para o exercício da atividade e ocorrerá por meio de edital de seleção externa, publicado pela Pró-Reitoria de Graduação, de acordo com a demanda dos cursos. A seleção de tutores internos será realizada a partir de publicação interna.

5.3.2. Capacitação de tutores presencial e a distância

A capacitação dos tutores será realizada por meio do Curso de Capacitação para Tutores para a Educação a Distância oferecido, semestralmente, pelo Núcleo de Educação a Distância (Nead) da Universidade, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas, por meio do ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. O curso tem como objetivo capacitar os profissionais para atuarem como tutores na modalidade de educação a distância e presencial. Os tutores, para o exercício da função de tutoria, deverão aderir às políticas institucionais de formação e capacitação continuada.

Aos tutores do corpo docente e do corpo técnico-funcional, a Universidade de Cruz Alta disponibilizará, respectivamente, o Programa de Incentivo à Capacitação Docente (PICD) e o Plano de Incentivo à Capacitação do Corpo Técnico-Funcional (PICCTF).

Para os demais tutores, ou que não se enquadrem nos programas citados, a Universidade de Cruz Alta oferecerá a formação através do Núcleo de Educação a Distância (NEAD).

5.4. Perfil do corpo técnico-funcional

O quadro atual da instituição (2023) é constituído por 136 (cento e trinta e seis) colaboradores, apresentando a seguinte composição e respectivo grau de escolaridade: 06 (seis) com ensino fundamental incompleto; 11 (onze) com ensino fundamental completo; 06 (seis) com ensino médio incompleto; 25 (vinte e cinco) com ensino médio completo; 19 (dezenove) com ensino superior incompleto; 37 (trinta e sete) com ensino superior completo; 21 (vinte e um) com pós-graduação *lato sensu* completa; 03 (três) com mestrado em andamento; 06 (seis) com

mestrado completo, dos quais 02 (dois) em processo de doutoramento e 02 (dois) com doutorado completo.

A projeção para os próximos 04 (quatro) anos (2023-2027) é a ampliação em relação à titulação, de forma a tornar o quadro de colaboradores cada vez mais qualificado e atender as políticas e demandas institucionais.

5.4.1. Critérios de seleção do corpo técnico-funcional

De acordo com o disposto no artigo 3º do Plano de Desenvolvimento, Carreira Cargos e Salários do Corpo Técnico-Funcional da Fundação Universidade de Cruz Alta, as contratações são realizadas em duas categorias: emergenciais e efetivos. Os critérios gerais e as normas para contratação de pessoal efetivo, na instituição, são definidos pelo Regimento Geral de Seleção e Admissão de Pessoal, aprovado pela mantenedora.

Sob a coordenação do setor de Recursos Humanos, os processos seletivos para contratação de pessoal são norteados pela descrição de cargos, parte integrante do Plano de Carreira e pelas competências básicas, técnicas e comportamentais relevantes para o desenvolvimento das atividades previstas, pois se constituem em fontes padronizadas de referência sobre todas as atividades do corpo técnico-funcional. Existe ainda a modalidade de processos seletivos por edital para remanejamentos internos (recrutamento interno), como forma de valorização do capital humano, oferecendo oportunidade de ascensão profissional na instituição. Nesses casos, critérios como formação acadêmica, trajetória, tempo na IES, bem como perfis profissionais são definidores.

5.4.2. Plano de Carreira e Gestão do Corpo Técnico-Funcional

As relações trabalhistas do corpo técnico funcional da Universidade de Cruz Alta são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela convenção coletiva da categoria e pelas normas internas institucionais. De acordo com o artigo 59 do Estatuto da Fundação Universidade de Cruz Alta, as admissões são realizadas por processo seletivo gerenciado pelo setor de Recursos Humanos, e os colaboradores que ingressam na instituição são inseridos e registrados, conforme o Plano de Carreira da categoria, o qual está devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O regime de trabalho do corpo técnico-funcional é de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme estabelece o referido plano de carreira.

5.4.3. Programa de Formação e Capacitação do Corpo Técnico-Funcional

A Universidade de Cruz Alta vem realizando um trabalho contínuo quando se trata de incentivar o aperfeiçoamento individual dos colaboradores e, consequentemente, a profissionalização das atividades do corpo técnico-funcional. Assim, por meio de diversos incentivos como as Bolsas do Probin, o desconto para a graduação e o PICCTF, busca-se facilitar o acesso à graduação e à pós-graduação

lato sensu e *stricto sensu*, buscando elevar a cada ano o nível de escolaridade dos colaboradores.

Ainda, através das políticas do setor de Recursos Humanos, se busca a capacitação dos colaboradores através de cursos que possam proporcionar a atualização e aperfeiçoamento e ainda, é incentivado o autodesenvolvimento, possibilitando que o colaborador esteja buscando o desenvolvimento pessoal e profissional conforme as demandas do mercado de trabalho.

6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Originariamente, conforme disposto no Decreto Nº 97.000, de 21 de outubro de 1988, a Universidade de Cruz Alta foi instituída sob a forma de fundação com personalidade jurídica de direito privado, sendo regida pelos seus estatutos, regimentos e legislação em vigor, com a finalidade de ministrar o ensino superior de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes. Posteriormente, foi qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior, nos termos da Portaria SERES/MEC Nº 784, de 19 de dezembro de 2014, ratificando a sua vocação formadora de cidadãos qualificados e aptos para o mercado de trabalho e prestadora de assistência educacional, de caráter público não estatal e sem fins lucrativos.

Nesse sentido, a Universidade de Cruz Alta, atenta aos avanços sociais e tecnológicos, está em constante busca de novos rumos e novas parcerias, a fim de qualificar a sua estrutura, o seu corpo docente e, principalmente, preparar os seus discentes para a vivência profissional, empreendedorismo, inovação e formação continuada, ratificando seu compromisso social de instituição comunitária voltada à discussão e solução dos anseios da sua comunidade.

6.1. Políticas de gestão

De acordo com o seu ato constitutivo e na forma dos seus estatutos, compete à Fundação Universidade de Cruz Alta manter a Universidade de Cruz Alta, por meio da gestão econômico-financeira e administrativa da instituição, baseada nos princípios da administração pública e na gestão compartilhada entre mantenedora e mantida.

A instituição promove, continuadamente, políticas e ações que têm como escopo principal atender plenamente às atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que ajusta e redimensiona a sua estrutura à sua realidade e às demandas da comunidade e do mercado de trabalho.

Além do exercício das suas atividades principais, a Universidade de Cruz Alta, qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior, busca a captação de recursos públicos, privados e órgãos de fomento visando à qualificação institucional e ao desenvolvimento econômico e social da sua área de abrangência.

6.2. Estrutura organizacional

A Fundação Universidade de Cruz Alta e a Universidade de Cruz Alta são fiscalizadas e administradas por colegiados e órgãos responsáveis pela gestão das entidades mantenedoras e mantidas, observados os limites das suas responsabilidades, obrigações e competências estabelecidas nos seus respectivos estatutos e regimentos.

De acordo com o artigo 8º do Decreto Nº 97.000, de 21 de outubro de 1988, a administração superior da Fundação era exercida pelo reitor e, no âmbito de suas respectivas competências, pelo Conselho Universitário da mantida e dos Conselhos Curador e Diretor da mantenedora.

Nesse cenário, o reitor da Universidade de Cruz Alta também exercia as funções de presidente da Fundação, presidente do Conselho Diretor e presidente do Conselho Universitário, condição que gerava clara confusão na gerência administrativa e pedagógica da instituição, situação que persistiu até novembro de 2005. A fim de tornar a gestão mais segura e transparente, a reforma estatutária, aprovada em 18 de setembro de 2007, implementou um dispositivo que veda o exercício simultâneo de cargos nos órgãos de administração da Fundação, bem como o acúmulo de funções de Reitoria da Universidade de Cruz Alta com o cargo de presidente da Fundação Universidade de Cruz Alta.

Separadas administrativamente, porém unidas no compartilhamento das suas ações institucionais, as gestões das entidades mantenedora e mantida atuam no limite estatutário das suas atribuições visando à ampla e total transparência e legalidade dos seus atos administrativos.

As atividades de apoio estão discriminadas nos organogramas da mantenedora e da mantida, onde cada setor administrativo ou pedagógico atua vinculado hierarquicamente às instâncias superiores, exercendo atividades de suporte à gestão, para que a instituição funcione de forma harmoniosa e uníssona.

6.2.1. Fundação Universidade de Cruz Alta

Na forma do artigo 14 do seu Estatuto, a Fundação Universidade de Cruz Alta é administrada por órgãos da administração superior: Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Diretor, e intermediária: Controladoria e Diretoria Executiva.

O Conselho Curador é a instância máxima da mantenedora, a quem compete estabelecer as diretrizes e metas da instituição, assim como fiscalizar a sua execução, sendo composto, de forma paritária, por representantes da comunidade interna: corpo docente, corpo discente e corpo técnico-funcional, e por representantes da comunidade externa: Poder Executivo, Poder Legislativo, entidades de classe e sindicatos patronais e de trabalhadores.

O Conselho Diretor é o órgão de natureza representativa e executiva da Fundação Universidade de Cruz Alta, composto de 03 (três) membros eleitos pelo Conselho Curador. Já o Conselho Fiscal é o órgão da administração contábil-

financeira composto de 03 (três) membros titulares indicados pelo Conselho Curador.

A Controladoria é o órgão autônomo e vinculado ao Conselho Curador, de apoio administrativo, contábil e financeiro da Fundação Universidade de Cruz Alta. E a Diretoria Executiva exerce atividades específicas de funcionamento, composta pelo gerente administrativo, que tem como função principal gerir as atividades financeiras da Fundação Universidade de Cruz Alta, e pelo secretário-geral, a quem compete zelar pela observância das normas estatutárias e regimentais da instituição.

6.2.2. Universidade de Cruz Alta

Nos termos do artigo 6º do seu Estatuto, a estrutura administrativa e acadêmica da Universidade de Cruz Alta é constituída por órgãos de natureza normativa, deliberativa e consultiva: Assembleia Geral, Conselho Universitário, conselhos de centro e coordenações de curso, e por órgãos de natureza deliberativa e executiva: Reitoria, centros, cursos e órgãos complementares.

A Assembleia Geral é a instância máxima da entidade mantida, composta pelos membros do Conselho Universitário da Universidade de Cruz Alta e pelo Conselho Curador da Fundação Universidade de Cruz Alta, e se reúne para deliberar sobre a reforma do seu Estatuto e do Regimento Geral, para a destituição do reitor ou de outros membros da Reitoria, e para assuntos encaminhados pelo Conselho Universitário.

O Conselho Universitário é o órgão colegiado superior integrado por representantes do corpo docente, corpo discente, corpo técnico-funcional e da mantenedora, a quem compete estabelecer a política geral da Universidade de Cruz Alta. O Conselho Universitário é composto de câmaras de natureza consultiva, assim constituídas: Câmara de Graduação e Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, Pesquisa, Extensão e Assuntos Comunitários).

Os conselhos de centro são órgãos normativos, consultivos e deliberativos constituídos de membros do corpo docente, discente e técnico-funcional para tratar de assuntos encaminhados pelos seus respectivos cursos e sobre as suas normas de funcionamento.

As coordenações de curso são atividades exercidas por docentes eleitos pelos seus pares, ou indicados pelo reitor, que coordenam, orientam e supervisionam as atividades acadêmicas no âmbito dos seus respectivos cursos.

A Reitoria é o órgão executivo superior da Universidade de Cruz Alta, composta pelo(a) reitor(a), pelo(a) pró-reitor(a) de graduação, pelo(a) pró-reitor(a) de pós-graduação, pesquisa e extensão e pelo(a) pró-reitor(a) de administração, a quem compete, de acordo com as suas respectivas competências, planejar, executar, fiscalizar, superintender e dirigir as atividades da mantida. A Reitoria é

eleita em chapa pelo Colégio Eleitoral constituído pelo corpo docente, corpo discente, corpo técnico-funcional e pelo Conselho Curador da mantenedora.

Os centros de ensino são órgãos executivos e deliberativos setoriais que se constituem a partir do agrupamento de cursos para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, sendo compostos pelo Centro de Ciências Humanas e Sociais e pelo Centro de Ciências da Saúde e Agrárias.

Os cursos integram a administração básica da Universidade de Cruz Alta e são constituídos pela graduação, pela educação continuada, extensão e assuntos comunitários e pela pós-graduação, desenvolvidos nas modalidades presencial e a distância, e são administrados pelos seus coordenadores e pelos seus colegiados, que são órgãos normativos, consultivos e deliberativos para assuntos que tratam do ensino, pesquisa e extensão na sua abrangência.

Os órgãos complementares e de apoio administrativo são destinados ao atendimento do corpo docente, discente, técnico-funcional e da comunidade local e regional em assuntos de natureza técnica, cultural e recreativa, dentre outros que existam ou venham a ser criados.

6.3. Autonomia da mantida em relação à mantenedora

A divisão organizacional, além da segurança jurídica, deflagrou o processo de reestruturação pedagógica, administrativa e financeira da Universidade. A autonomia da Universidade de Cruz Alta, garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constitui-se na criação e execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão, empreendedorismo e inovação tecnológica, bem como na execução independente do seu orçamento, cabendo à Fundação Universidade de Cruz Alta prover os meios para a regularidade e mantença da instituição, reiterando que as deliberações acerca das políticas de pessoal e de infraestrutura são tomadas de modo compartilhado entre mantida e mantenedora.

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Universidade de Cruz Alta está em constante adequação quanto às necessidades acadêmicas relativas à sua infraestrutura, visando realizar manutenções e atualizações nos principais aspectos impactantes na rotina acadêmica e administrativa da instituição, em consonância com a gestão da sustentabilidade financeira.

Assim, são demonstradas, a seguir, as principais infraestruturas utilizadas diretamente pelo ensino, pesquisa e extensão, em consonância com a missão de produzir e socializar o conhecimento qualificado.

7.1. Salas de aula

A Universidade de Cruz Alta disponibiliza para as atividades pedagógicas, em sua maioria teóricas, 93 (noventa e três) salas de aula com acessibilidade, distribuídas entre os prédios do Campus Universitário, incluindo as dependências do Hospital Veterinário. Estes espaços podem ser utilizados pelos cursos de graduação e pós-graduação, tendo a sua disposição classe e cadeira para o docente e conjuntos de classes e cadeiras para os discentes, em quantidade relativa ao espaço físico disponível em cada sala. Todos os equipamentos e mobiliário das salas de aula possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial. Além disso, as salas são equipadas com quadro negro ou lousa, algumas delas contam com aparelho de *datashow* fixo para projeção em lousa, e todas com climatização de capacidade compatível para atender à área física de cada sala. Todas as salas de aula possuem manutenção diária de limpeza e conservação, com avaliação periódica de equipamentos, iluminação e manutenção; a responsabilidade é da gerência administrativa do Campus Universitário.

7.2. Salas de professores

As salas de professores são organizadas por Centros de Ensino. Como na IES há dois centros de ensino – o CCSA (Centro de Ciências da Saúde e Agrárias) e o CCHS (Centro de Ciências Humanas e Sociais), há uma sala de professores em cada centro. São salas amplas, com mesa coletiva e cadeiras, armários para os professores, computadores de mesa disponíveis para uso dos professores, sofás e poltronas para descanso, espaço para café e/ou chá. Nesse espaço, há, à disposição dos professores, tomadas para conexão dos aparelhos de celular e *laptops*, acesso à internet *wifi* e rede*.* Ambas as salas possuem acessibilidade, iluminação adequada, manutenção, limpeza diária e climatização. Todos os equipamentos e mobiliários das salas de professores possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

7.3. Salas de professores tempo integral e parcial

Em cada centro de ensino (CCSA e CCHS) também estão localizadas as salas exclusivas para os professores com regime de tempo integral e parcial, cada uma delas possui um espaço específico com mesa, cadeira, tomada e acesso à internet *wifi,* e é chamado de gabinete de TI*.* Os professores trazem seus *laptops* para uso individual e também têm espaço para deixar seus livros e materiais didáticos e dispõem de acesso à rede interna (com uso de senha); por meio dela, os docentes podem fazer a impressão de materiais com o uso coletivo da impressora, localizada na secretaria de cada centro. Ambas as salas possuem acessibilidade, iluminação adequada, manutenção, limpeza diária e climatização. Todos os equipamentos e mobiliários dos gabinetes de TI, pertencentes à Universidade de Cruz Alta, possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

7.4. Salas de direção de centro e coordenação de curso

Nos centros de ensino há sala específica para os(as) diretores(as) de centro e para as secretarias pedagógicas, com mesa e cadeira para cada diretor de centro e secretária pedagógica, computador de mesa a disposição e mesa de reuniões. As salas são iluminadas, com manutenção e limpeza diária. São climatizadas, com

acesso a linha telefônica, à internet *wifi* e rede. Sob a coordenação do diretor de centro também fica a secretaria do centro, com colaboradores a disposição para atendimento aos docentes, discentes, coordenadores de curso e público externo. A secretaria do centro também tem à sua disposição mesas, cadeiras, equipamentos de informática, reprografia para uso interno e impressora. Todos os equipamentos e mobiliários da sala de direção de centro pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

Cada coordenador de curso possui à sua disposição um gabinete de trabalho com mesa, cadeiras, armário e computador com acesso à internet *wifi* e rede, bem como climatização. Para as reuniões de NDE, os coordenadores de curso têm à disposição os espaços coletivos, que são agendados previamente nas secretarias dos centros ou no setor de Eventos; também têm a sua disposição equipamentos, como projetor multimídia. São nesses gabinetes que os coordenadores de curso fazem os atendimentos individuais aos acadêmicos, quando necessário. Todos os equipamentos e mobiliários das salas de coordenadores de curso pertencentes à IES possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

7.5. Espaços para atendimento aos discentes

7.5.1. Central de Atendimento ao Acadêmico

A Central de Atendimento ao Acadêmico é o local onde os discentes e a comunidade, em geral, têm a possibilidade de buscar informações e acompanhar, formalmente, a sua situação acadêmico-pedagógica. É nesse espaço que o acadêmico de graduação e pós-graduação estabelece o vínculo formal com a Unicruz, ao fazer sua matrícula, ou havendo algum evento extraordinário com relação à rematrícula e ao andamento do seu percurso formativo. O setor possui arquivos próprios, onde efetiva os registros acadêmicos e a documentação dos acadêmicos dos diferentes cursos.

7.5.2. Centros de ensino

Os centros de ensino congregam a coordenação dos cursos da Universidade de Cruz Alta e disponibilizam secretários para informações e atendimento aos acadêmicos e professores, e secretária pedagógica para oferecer apoio pedagógico aos coordenadores de curso. Cada centro de ensino é coordenado por um diretor de centro, que também está à disposição do corpo docente e discente, para o apoio pedagógico e administrativo. É no centro de ensino que estão alocadas as salas das coordenações de cursos, salas de professores, os espaços dos professores de tempo integral e a sala de atendimento aos acadêmicos.

7.5.3. Sala de atendimento aos discentes

A Universidade de Cruz Alta disponibiliza uma sala em cada centro de ensino para o atendimento aos discentes.

7.5.4. Espaços de convivência

Especificamente, há um amplo espaço de convivência, com lanchonetes, restaurantes, sanitários, serviços de reprografia, Diretório Central de Estudantes (DCE), mesas e cadeiras, para o descanso dos acadêmicos, professores, tutores e colaboradores. Além disso, é um espaço de convivência e encontro dos discentes dos diferentes cursos, professores, tutores, colaboradores da IES e comunidade externa visitante.

Na Universidade de Cruz Alta, ainda há amplos espaços externos, com áreas verdes, iluminação e assentos para recepcionar a comunidade acadêmica.

Na biblioteca, há salas de estudo, mas também espaços destinados à convivência da comunidade acadêmica, com um local destinado ao Memorial da Universidade de Cruz Alta, o qual também recebe visitas externas.

7.6. Auditórios

Há à disposição da comunidade acadêmica um auditório localizado no prédio 5 (cinco) com 197,38m², 190 (cento e noventa) assentos e capacidade para 198 (cento e noventa e oito) pessoas. Conta também com assentos destinados a pessoas com prioridades (necessidades especiais, idosos, gestantes, mobilidade reduzida), com acessibilidade, conforto térmico e acústica adequada, acesso à internet *wifi* e conexão de internet em rede, equipamento para videoconferência e projetor multimídia, *notebook*, sonorização, microfone e iluminação adequada. Todos os equipamentos e mobiliários do auditório central possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

No prédio 13 (treze), há outro auditório com 156,75m², 120 (cento e vinte) assentos e também assentos destinados a pessoas com prioridades (necessidades especiais, idosos, gestantes, mobilidade reduzida), com acessibilidade, conforto térmico e acústica adequada, acesso à internet *wifi* e conexão de internet em rede, projetor multimídia, *notebook*, sonorização, microfone e iluminação adequada. Todos os equipamentos e mobiliários do auditório do prédio 13 (treze) possuem registro, gerenciamento e manutenção patrimonial.

7.7. Biblioteca

A Biblioteca Visconde de Mauá (BVM), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, localiza-se no prédio 14 (catorze) do Campus Universitário e ocupa uma área de 2.604,01m², com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 14 às 17h30min e das 19 às 22h30min e, aos sábados, das 9h30min às 13h.

No seu quadro funcional, conta com uma bibliotecária, responsável pela gestão das atividades técnicas e administrativas, assistentes de biblioteca e estagiário para auxiliar nas atividades especializadas e administrativas, no atendimento ao usuário, no controle e na conservação de documentos e equipamentos, na manutenção e conservação preventiva do acervo, entre outros.

Quanto às suas instalações de infraestrutura, dispõe de espaço físico com dezessete salas de estudo individual e/ou em grupo, uma sala espaço Braille (contendo acervo especial, para usuários com deficiência visual), armários guarda-volumes, sanitários adaptados, mesa tátil, elevador, recepção e balcão de atendimento, sala do servidor, sala de processamento técnico e físico de documentos, sala administrativa, wireless (internet livre em todos os ambientes), terminais de computadores para uso da comunidade acadêmica, ambiente de pesquisa e estudo, *lounge* (espaço de socialização com sofás, poltronas e computadores), espaço para exposição de periódicos e acervo bibliográfico, bem como áreas de circulação interna e externa.

Para a organização do processamento técnico do acervo, adota-se o Sistema de Classificação Universal (CDU) e para a catalogação, o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), no qual são processados todos os documentos que compõem o acervo físico e digital da biblioteca.

Para a gestão do acervo, utiliza-se o Sistema RM Totvs, gestão bibliotecária, que abrange os processos de aquisição, catalogação, consulta, empréstimo, renovação, reserva, relatórios, inventário, etc. Por meio do RM Totvs, a Biblioteca Visconde de Mauá oferece, aos usuários, a possibilidade de fazer via remoto reservas e renovações; agrega, ainda, aos serviços, um e-mail de alerta, comunicando aos usuários, um dia antes, o vencimento do prazo para a devolução e/ou renovação dos livros, assim como o aviso de livros em atraso.

O acervo físico da biblioteca contém 81.896 (oitenta e um mil, oitocentos e noventa e seis) exemplares de livros e 7.055 (sete mil e cinquenta e cinco) exemplares de periódicos, os quais são fontes que avalizam a qualidade do ensino, pesquisa e extensão. A biblioteca disponibiliza aos usuários meios de recuperação da informação desejada com rapidez e eficiência.

O acervo físico da biblioteca está disponível no catálogo on-line no endereço https://home.unicruz.edu.br/biblioteca/

A Biblioteca Visconde de Mauá disponibiliza, ainda, à comunidade acadêmica serviços de consulta e orientação à pesquisa, empréstimos de livros do acervo bibliográfico, capacitações para o acesso à pesquisa nas bases de dados, visita orientada, confecção de ficha catalográfica, etc. Seu espaço físico e acervo também são de acesso à pesquisa e ao estudo, por parte da comunidade externa.

Primando pela qualidade e atualização informacional aos acadêmicos, conta com acervo de bases de dados, como o Portal de Periódicos Capes e a Biblioteca Digital "Minha Biblioteca". O Portal de Periódicos Capes, além do acervo de acesso gratuito, conta também com o acervo das coleções na linha de pesquisa dos cursos de pós-graduação da instituição, contribuindo, assim, para a qualidade da pesquisa dos pesquisadores e acadêmicos. A Biblioteca Digital "Minha Biblioteca" é uma plataforma digital, que oferece mais de 11.000 (onze mil) títulos de *e-books* que abrangem todas as áreas do conhecimento, formada pelas principais editoras do país. É uma plataforma prática e inovadora que permite o acesso ao seu conteúdo

informacional pelos usuários via computadores, *tablets* e *smartphones*. A biblioteca também disponibiliza pesquisa a outras bases de dados de acesso livre, como Scielo, Google Acadêmico, entre outros.

A biblioteca dispõe de espaços culturais, como o Memorial da Universidade, localizado num mezanino, no ambiente interno da biblioteca, o qual contém documentos, equipamentos eletrônicos e objetos acadêmicos, que estão expostos para contar uma pequena parte das memórias da instituição.

Nas paredes internas e externas da biblioteca, pode-se visualizar grandes pinturas coloridas que retratam passagens das obras do escritor cruz-altense Érico Veríssimo. Essas pinturas foram realizadas pelos participantes do Núcleo de Conexões Artístico-Culturais (Nucart), em um contexto social dominado por imagens, chamado de "Era Imagética". Além das pinturas, pode-se observar, também, atrás das portas das salas de estudos, algumas frases para o incentivo à leitura de trechos das obras do autor cruz-altense. Por meio destas obras, a expectativa é promover o desenvolvimento da cultura e leitura, na Universidade de Cruz Alta.

Quanto ao processo de expansão e atualização do acervo, a Universidade de Cruz Alta possui uma política de ampliação e atualização contínua, descrita no Plano de Manutenção e Atualização do Acervo da Biblioteca Visconde de Mauá, que tem como objetivo principal desenvolver e planejar o crescimento, a atualização e a renovação dos exemplares das obras do acervo da biblioteca física e virtual, visando atender às necessidades da comunidade acadêmica, dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de Cruz Alta, bem como os resultados das avaliações institucionais.

Este documento será um instrumento de planejamento e execução dos processos de manutenção do acervo e resulta dos processos de avaliação institucional (autoavaliação, avaliação *in loco* e Enade). Os responsáveis pela elaboração das referências bibliográficas e solicitação das aquisições dos exemplares das obras do acervo são os professores, coordenadores e diretores dos centros. A composição do acervo da biblioteca é estruturada para atender à demanda bibliográfica dos cursos, estando vinculada a aquisição aos recursos orçamentários, destinados aos cursos de graduação e pós-graduação.

Os espaços da biblioteca propiciam à comunidade acadêmica serviços de auxílio à pesquisa, consulta e empréstimo de seu acervo bibliográfico físico, colocando à disposição dos acadêmicos, professores e colaboradores diversas bases de dados digitais de cunho científico e literário.

7.8. Laboratórios

7.8.1. Laboratórios de Informática

A Universidade de Cruz Alta conta com 5 (cinco) laboratórios de informática equipados com 69 (sessenta e nove) computadores destinados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Esses laboratórios estão distribuídos entre o Centro de

Ciências Humanas e Sociais e o Centro de Ciências da Saúde e Agrárias. Ressalva-se, ainda, que o Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ também está equipado com 21 (vinte e um) computadores, distribuídos em 03 (três) unidades (Cruz Alta, Panambi e Ibirubá) e que não estão arrolados na tabela mencionada, pois se trata de laboratório pedagógico específico do curso de Direito, o qual possui outras atividades, além daquelas dependentes dos recursos computacionais.

Em função da desatualização e da rápida obsolescência dos computadores, a Unicruz opta por adotar uma política de renovação por meio de compras sistemáticas, tanto para os de uso acadêmico, quanto para aqueles de uso administrativo. Anualmente, são investidos recursos na execução dessa política, o que resultou na atualização de boa parte dos computadores da IES, sendo um dos objetivos da gestão institucional a continuidade dessa política, como forma de acompanhar a rápida dinâmica da área de Tecnologia de Informação – TI.

De maneira geral, os atuais computadores dos laboratórios de informática atendem, quantitativa e qualitativamente, as atividades acadêmicas desenvolvidas na instituição. E para que seja mantida a qualidade do ensino, por meio do uso das tecnologias, bem como acompanhar as inovações, em se tratando de *hardware*, mantém-se análise contínua das demandas institucionais, relacionadas às atividades acadêmicas e administrativas e também levando em consideração os avanços dessa área, no momento da aquisição de tais equipamentos.

7.8.2. Laboratórios para atividades práticas

A Universidade de Cruz Alta conta com 62 (sessenta e dois) laboratórios divididos entre os cursos do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA) e Área Experimental. Pertencente aos cursos do CCHS, a IES possui os seguintes laboratórios, no prédio da Arquitetura e Urbanismo e da Engenharia Civil: Maquetaria, Topográfico, Elétrico/Hidro, Conforto Ambiental/Físico, Geoprocessamento, Solos, Atelier I e II e GParq.

Pertencente aos cursos do CCHS e CCSA, a IES conta com os ginásios I e II dos cursos de Educação Física – Bacharelado e Licenciatura, a sala do Laboratório de Educação Física (LAEF) voltada a atividades de pesquisa e extensão, e sala de Cineantropometria.

Pertencentes aos cursos do CCSA, são os seguintes os laboratórios: Anatomia Animal I e II; Anatomia Humana; Osteologia Animal; Histologia I e II; Multi Diagnóstico; Química Geral; Entomologia; Hidráulica; Biologia Molecular e Genética; Análises Clínicas; Alimentos; Farmacotécnica I e II; Citopatologia; Microbiologia; Química Orgânica; Bioquímica; LAEPS; Forragem e Cultura; Plantas Medicinais; Cultura In Vitro I e II; Botânica; Solos; Sementes; Fitopatologia; e Enfermagem.

Na área experimental, a Universidade de Cruz Alta conta com um espaço de, aproximadamente, 100 (cem) hectares, destinados às áreas experimentais acadêmicas, didáticas, comerciais, possuindo estrutura mecânica com 3 (três) tratores de pequeno, médio e grande porte, assim como 01 (um) quadriciclo

e implementos em geral, para semeaduras e pulverizações. Juntamente, encontra-se a Multiplicação Vegetal, uma sala para preparo da área experimental, área de produção vegetal, onde ficam armazenados insumos de aplicação agrícola.

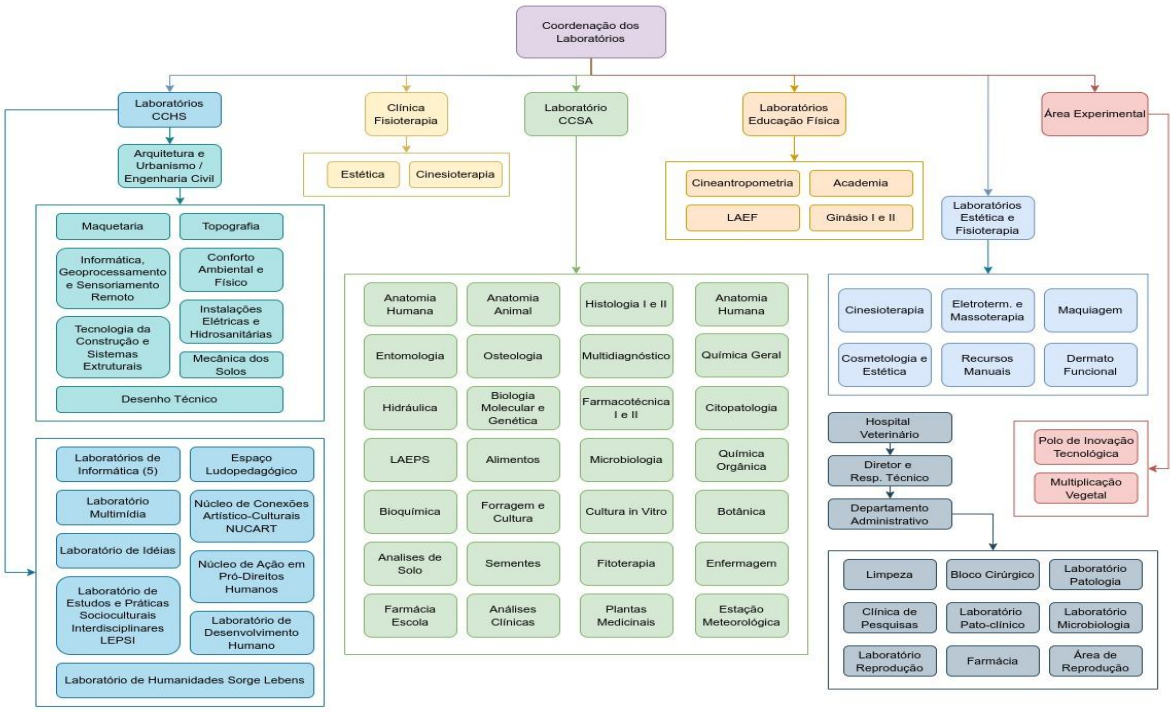
Localizado no prédio 10 (dez), encontram-se os laboratórios de Fisioterapia e Estética e Cosmética, que possuem infraestrutura adequada às competências profissionais do Tecnólogo em Cosmetologia e Estética, abrangendo as áreas de Estética Facial e Corporal, Terapias Complementares, Anexos Cutâneos, Cabelos, Maquiagem e Gestão. São os seguintes os laboratórios: Recursos Manuais; Dermato Funcional; Cinesioterapia; Eletrotermofototerapia e Massoterapia; Cosmetologia e Estética; e Maquiagem.

Considerando a preocupação constante com procedimentos de biossegurança que envolvem os serviços de beleza e estética, o Laboratório de Estética e Cosmética conta com uma sala de esterilização de utensílios com autoclave. Todos os procedimentos realizados são fundamentados nos POP's (Procedimento Operacional Padrão) registrados no Manual de Biossegurança do Laboratório de Estética e Cosmética.

No centro de Cruz Alta, na rua General Portinho, número 1350, funciona a Clínica de Fisioterapia que disponibiliza, em convênio com a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, atendimentos em fisioterapia traumato-ortopedia e neurofuncional adulto e infantil, cujos laboratórios são de Cinesioterapia e Estética.

Em resumo, apresenta-se um fluxograma (Figura 1) com a distribuição dos laboratórios em seus respectivos centros e distribuições quanto à localização.

Figura 1 - Fluxograma de distribuição dos laboratórios institucionais.



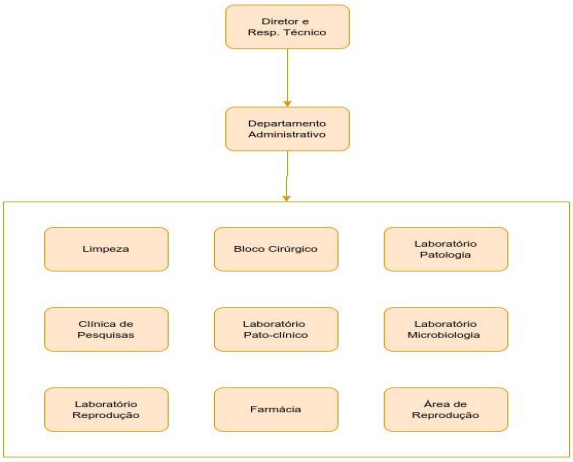
7.9. Hospital Veterinário

O Hospital Veterinário da Universidade de Cruz Alta conta com uma ampla estrutura para atendimentos veterinários de pequenos animais, sendo dois ambulatórios para consultas; uma sala para exames de imagem, raio-x e ultrassom; 04 (quatro) laboratórios: Patologia Clínica, Parasitologia, Microbiologia e Reprodução animal; 02 (dois) blocos cirúrgicos: sendo um equipado para cirurgias de pequenos Animais e outro para animais de grande porte; 02 (duas) salas de internações: uma para cães, outra para gatos; 01 (uma) sala de isolamento para animais com doenças infectocontagiosas e farmácia.

Conta, também, com uma fazenda escola para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária, tendo bovino de corte e ovelhas.

Além disso, o hospital dispõe de salas especializadas para aulas do Curso de Microscopia e bloco cirúrgico para atividades práticas. Na Figura 2, apresenta-se o fluxograma com a distribuição dos espaços do Hospital Veterinário.

Figura 2 - Organização dos setores do Hospital Veterinário.



7.10. Expansão universitária

A Universidade de Cruz Alta busca alinhar sua missão com a realidade econômico-financeira da instituição, para que a evolução aconteça de forma a atender às demandas oriundas das atividades acadêmicas, mas sem comprometer sua estabilidade. Portanto, a política institucional é a de contínua manutenção de toda a estrutura física, bem como atualização e expansão, tanto das instalações, quanto dos recursos tecnológicos, considerando a previsão orçamentária, a criação de novos cursos, a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), os resultados da avaliação institucional e os encontros com líderes de turmas e segmentos da comunidade.

8. PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1. Planejamento Institucional

O Planejamento Institucional efetiva-se, a partir dos objetivos institucionais previstos para o período 2023-2027, e são definidos por meio do Planejamento Estratégico.

A partir dos objetivos institucionais, o presidente da Fundação Universidade e a Reitoria da Universidade de Cruz Alta reúnem-se com os coordenadores da gestão intermediária, para verificar o alcance dos indicadores e projetar novos indicadores.

Outro processo balizador do Planejamento Institucional é o resultado dos processos de avaliação, ou seja, os relatórios resultantes dos processos de avaliação e autoavaliação institucional, os quais constituem importante instrumento de gestão, a partir dos eixos e dimensões que avalia. Portanto, há uma articulação constante entre os gestores e o Programa de Avaliação Institucional (PAI), o qual é responsável, especialmente, pela oferta de subsídios para que a atualização e a (re)construção do Planejamento Institucional, dos planos estratégicos dos centros e dos projetos pedagógicos dos cursos seja norteado pela avaliação institucional.

8.2. Autoavaliação Institucional

O processo de avaliação institucional possibilita à Universidade de Cruz Alta verificar, se o resultado do seu trabalho está de acordo com o vivenciado e o projetado, e com o que dela se espera como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de um exercício permanente de reflexão, diagnóstico e proposição de ações, que deve reunir pontos de vista de toda a comunidade acadêmica e também do público externo, evidenciando, sobretudo, o que se projeta em sua missão.

Com a perspectiva de tornar a avaliação mais democrática, um dos desafios da Universidade de Cruz Alta é o fortalecimento da avaliação institucional que tem como propósito auxiliar na qualificação das práticas institucionais, nas mais variadas dimensões e atender às demandas e necessidades que comportam a vida e a comunidade acadêmica.

Sendo assim, no ano de 2014, a Universidade de Cruz Alta implantou o Programa de Avaliação Institucional (PAI), com o propósito de congregar todas as ações e os vários setores que respondem pela avaliação institucional externa e interna. Este programa tem como objetivos:

I – Desenvolver a avaliação institucional como um processo contínuo, participativo e inclusivo de representantes da comunidade acadêmica;
II – Oferecer subsídios para que a atualização e a (re)construção do Planejamento Institucional, dos planos estratégicos dos centros e dos projetos pedagógicos dos

cursos sejam norteados pela avaliação institucional;
III – Possibilitar a discussão e a análise dos resultados da avaliação institucional que tenham como objetivos qualificar os processos de gestão, ensino, pesquisa e extensão.
IV – Efetivar os processos de articulação da avaliação institucional da Unicruz, a partir das normativas do Sinaes, entre a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Reitoria da Universidade de Cruz Alta e o presidente da Fundação Universidade de Cruz Alta.

A sistematização dos resultados tanto externos quanto internos, seja avaliação *in loco*, Enade, infraestrutura institucional, qualificação dos docentes e colaboradores, acontece num processo contínuo, geral, integrado e crítico-reflexivo. É uma atividade intrínseca ao planejamento e um instrumento de gestão que possibilita a discussão e análise, tendo em vista a qualificação do ensino, da pesquisa, da extensão e da própria gestão. Dessa forma, o acompanhamento avaliativo é compreendido como possibilidade para o alcance da excelência institucional.

8.3. Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é composta por representantes docentes, discentes, colaboradores e comunidade externa, distribuídos paritariamente e tem como objetivo conduzir os processos de avaliação interna da instituição. Dentre suas principais funções destacam-se:

I – sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
II – constituir subcomissões de avaliação;
III – conhecer, elaborar e analisar documentos, relatórios e pareceres e encaminhar às instâncias competentes;
IV – desenvolver estudos e análises, visando ao fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
V – propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional;
VI – primar pelo sigilo das informações, mantendo postura ética em relação aos resultados da avaliação.

A partir dos desafios a serem enfrentados pela Unicruz, nos próximos anos, e dos resultados das avaliações já realizadas, são elencadas como políticas de avaliação institucional as seguintes diretrizes:

a) Qualificação dos processos de autoavaliação da IES. Promover a qualificação contínua dos processos de autoavaliação institucional é uma das metas da instituição e, para que essa meta possa ser alcançada, é necessária a readequação contínua dos instrumentos de autoavaliação. Com a implementação do Programa de Avaliação Institucional (PAI), consolida-se o desejo de (re)avaliação, para qualificação contínua dos instrumentos utilizados para a autoavaliação. Isso é

possível em razão de uma visão integrada de representantes de diferentes segmentos (graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, gestão, discentes e representantes da comunidade externa).

b) Acompanhamento da evolução da qualidade dos cursos de graduação em seus diferentes segmentos. A autoavaliação institucional dos cursos de graduação da Universidade de Cruz Alta é uma metodologia que está constituída, há mais de vinte anos na IES, porém requer constante aprimoramento, tendo em vista melhorar, cada vez mais, os indicadores de qualidade dos cursos. As diretrizes para sua melhoria circulam nas questões de novas tecnologias e metodologias, aprimoramento dos instrumentos, melhor aproveitamento dos resultados, no sentido de reflexão/ação, maior cultura de participação dos diferentes atores (acadêmicos, professores, colaboradores, comunidade e egressos dos cursos).

c) Inclusão na CPA de um Programa de Avaliação Institucional para a EAD e constituição de formas de apropriação dos resultados dos processos de avaliação EAD por toda a comunidade acadêmica. Promover a inclusão, na CPA, de um programa de avaliação institucional para cursos de graduação e pós-graduação, na modalidade EAD para todos os segmentos da comunidade acadêmica (acadêmicos, corpo docente, corpo técnico-funcional, corpo de tutores e comunidade externa) e criar um instrumento de acompanhamento da evolução da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, visando atingir os melhores indicadores nos cursos dessa modalidade.

d) Divulgação permanente da importância da participação dos acadêmicos no processo de avaliação institucional. Dentre os atores de relevância, nos processos de avaliação institucional, estão os acadêmicos dos diferentes cursos e níveis (graduação e pós-graduação) da instituição. A consciência de participação e a participação consciente requer que os acadêmicos tenham conhecimento e clareza de seu papel no Sinaes, sendo, portanto, sujeitos ativos no Enade, na autoavaliação institucional, nas reuniões das visitas *in loco.*

e)Ampliação da política de avaliação e acompanhamento de egressos. A Universidade de Cruz Alta realiza ações para acompanhamento dos egressos, avaliando a satisfação em relação ao curso concluído, bem como sua inserção no mundo do trabalho. Todavia, ainda há necessidade de que outras ações sejam viabilizadas, para garantir maior conhecimento sobre os egressos, criando um canal de comunicação permanente entre Universidade e egresso, além de haver a possibilidade de retorno do mesmo à instituição.

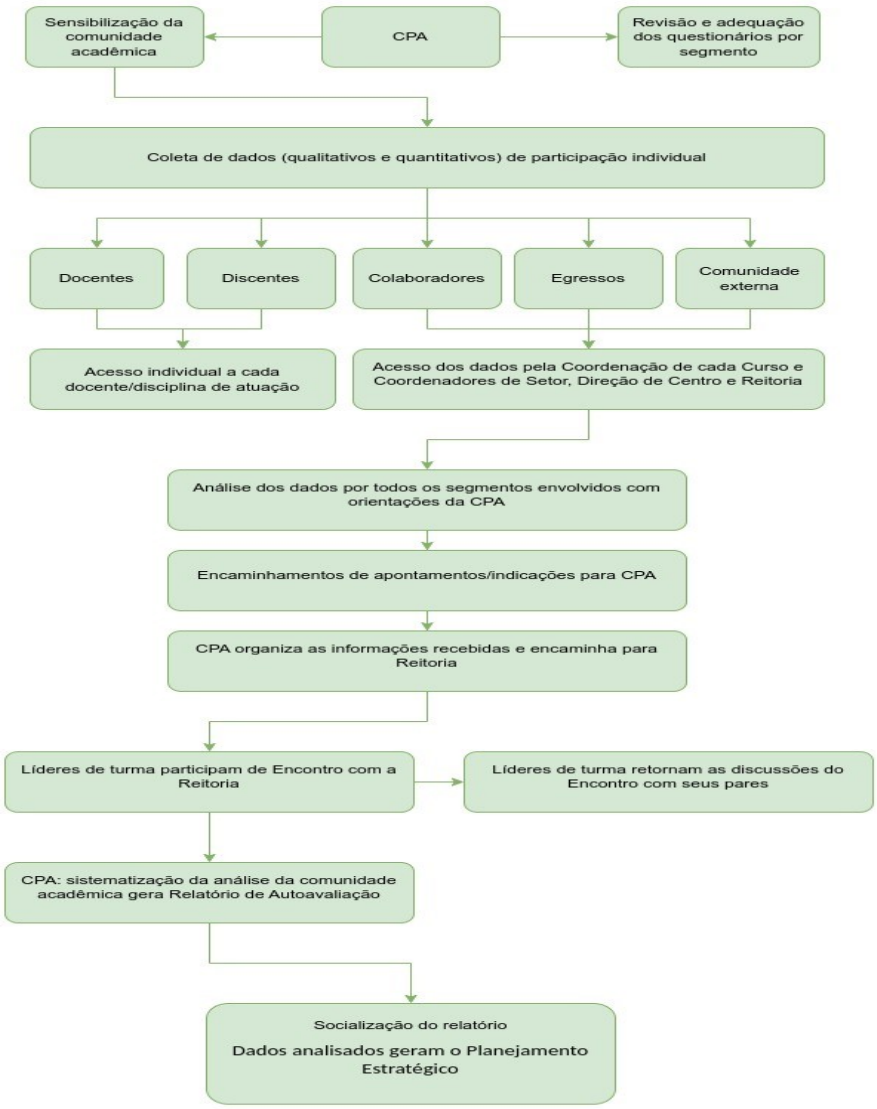
f) Unificação da política de avaliação da inserção da Universidade na comunidade. Criação de um questionário básico, com perguntas fechadas, deixando espaço para comentários, de avaliação da inserção da Unicruz na comunidade, por meio de seus vários projetos.

8.4. Processos de autoavaliação institucional

O Programa de Avaliação Institucional, por meio da CPA, organiza o

planejamento e a implementação do processo avaliativo ao longo do ano. O cronograma, a distribuição de tarefas e recursos humanos, os materiais e ferramentas operacionais, bem como a metodologia, os procedimentos e os objetivos são elementos do planejamento. As informações e o conhecimento que a avaliação interna proporcionam à comunidade institucional têm como finalidade subsidiar o planejamento de ações destinadas à superação das deficiências, ao aprimoramento institucional, bem como ao replanejamento, se necessário.

Figura 3 – Etapas do processo de autoavaliação institucional.



Neste contexto, o Plano de Ação de Autoavaliação Institucional prioriza ações de curto, médio e longo prazo, planejadas de modo compartilhado e estabelecendo etapas para alcançar tanto metas simples quanto complexas, bem como a respectiva previsão orçamentária.

Distribuídos em 05 (cinco) eixos, os processos avaliativos abrangem as dez

dimensões do Sinaes, que são diversificadas e desenvolvidas sistemática e periodicamente em diferentes momentos: avaliação das disciplinas de graduação; avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*; avaliação dos PPGs *stricto sensu*; avaliação da infraestrutura e dos serviços; avaliação da atenção ao corpo docente, discente e colaboradores; e avaliação de egressos.

A avaliação técnica formal, com a coleta de dados qualitativa, envolve todos os segmentos da comunidade acadêmica, comunidade externa e desenvolve-se em vários momentos. No primeiro semestre de cada ano, é aplicado um instrumento de pesquisa para acadêmicos e professores, tanto da graduação como da pós-graduação, visando avaliar os processos pedagógicos desenvolvidos nos diversos cursos e programas.

No segundo semestre, o processo se repete, envolvendo os mesmos atores, porém, neste momento, aborda informações da instituição como um todo. Além de avaliar as práticas pedagógicas, busca conhecer a realidade do atendimento e infraestrutura utilizada pela comunidade acadêmica, nos mais diversos setores, bem como as relações que se estabelecem nos cursos e nos centros, na pesquisa e na extensão.

O segmento dos colaboradores participa, anualmente, do processo de autoavaliação, respondendo a um questionário, que aborda, entre outras, as relações de trabalho, a estrutura para o desenvolvimento das atividades, a missão institucional e os processos de gestão.

Após o encerramento de cada processo avaliativo, os dados são organizados em forma de tabelas e gráficos, examinados pela CPA e liberados para serem acessados por docentes, coordenadores de cursos, diretores de centro e Reitoria.

Cada professor tem acesso à avaliação referente às suas disciplinas pelo portal institucional http://portal.unicruz.edu.br/Corpore.net/Login.aspx

8.4.1. Forma de participação da comunidade acadêmica

A participação nos processos avaliativos envolve todos os segmentos da comunidade acadêmica interna e a comunidade externa. Os resultados da autoavaliação como processo de melhorias na gestão da IES, seja nos cursos, junto às coordenações ou direções de centro, com os professores e seus acadêmicos, seja com os colaboradores em seus diferentes setores e a articulação com os gestores, permitem o (re)planejamento de ações para o atendimento das demandas resultantes da autoavaliação. A comunidade externa participa dos processos avaliativos por estar inserida nas comissões, de forma ativa. Os representantes participam tanto dos encontros mensais para programação, análise e divulgação, quanto do período de sensibilização dos processos de avaliação.

8.4.2. Análise e divulgação dos resultados

A análise dos dados acontece a partir da sistematização dos questionários e é

realizada da seguinte forma:

a) disponibilização do acesso aos dados dos questionários realizados à Reitoria, pró-reitorias, coordenadores de curso, professores (das disciplinas em que atuam) e aos coordenadores de setores;

b) análise pelo setor, curso e professor dos indicadores de potencialidades e fragilidades sistematizados;

c) reunião de cada NDE e coordenação de cursos, para destacar os apontamentos gerais mais evidenciados por estudantes e professores dos indicadores da avaliação pedagógica e de infraestrutura; plano de ação do curso para melhoria do processo de aprendizagem.

d) encontros nos colegiados dos cursos; encontros por curso e turma para análise dos indicadores levantados quanto a aprendizagem e infraestrutura; sistematização das análises realizadas pelas turmas, das fragilidades e potencialidades do curso e da instituição; encontro dos representantes de curso com a Reitoria para discussão dos encaminhamentos a serem realizados em curto, médio e longo prazos dos indicadores apontados por todos os cursos de graduação e pós-graduação.

e) reunião de cada um dos setores da instituição para avaliação dos apontamentos gerais indicados na avaliação dos colaboradores; plano de ação para melhoria do funcionamento do setor.

Importante ressaltar que a metodologia proposta pela instituição deve contemplar, tanto o processo individual, quanto o coletivo e contribuir significativamente para os avanços institucionais em todas as dimensões analisadas, porque, a partir dos instrumentos utilizados e dos resultados obtidos, é possível manter o diálogo entre Reitoria, mantenedora e CPA para a tomada de decisões, tendo em vista o (re)planejamento e atendimento a curto, médio e longo prazos das demandas.

8.4.3. Relatório de autoavaliação

A elaboração do relatório é realizada pelos membros da CPA. Após o processo de autoavaliação e análise dos resultados, realiza-se a coleta de informações pelas devolutivas que permitem a visibilidade do planejamento de ações, com vistas à construção do relatório.

A redação do relatório é feita com base na Nota Técnica do INEP/DAES/ CONAES nº 065 e no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicada no DO em 04/02/2014, contemplando os eixos, as dimensões e especificamente evidenciando cada um dos indicadores presentes no instrumento institucional de avaliação externa, a partir dos seguintes itens:

I – análise e contextualização do PDI e de outros documentos oficiais;
II – resultados das ações do ano e do triênio;

III – resultados dos processos avaliativos internos e externos;
IV – aspectos que emergiram das análises;
V – ações decorrentes das análises.

Os relatórios de avaliação constituem-se em documento que serve de base para análise e melhoria dos processos avaliativos, bem como para pesquisas realizadas sobre o tema.

8.4.4. Qualificação dos processos institucionais, a partir da autoavaliação

Os relatórios, contendo os diagnósticos originados dos processos avaliativos, devem examinar o desempenho da instituição nas áreas acadêmica, de infraestrutura e tecnologia, observando objetivos e indicadores de resultados, previamente estabelecidos. Eles são liberados para os participantes do processo e discutidos em todas as instâncias institucionais. Após a autoavaliação técnica, formal acontece a discussão dos resultados gerados nos cursos de graduação, pós-graduação e nos diversos setores institucionais. Os resultados dessas discussões são levados para o Encontro de Autoavaliação, no qual gestores e acadêmicos sugerem ações e discutem soluções para as fragilidades observadas na autoavaliação.

Os resultados são utilizados como referências para garantir a eficiência e eficácia do planejamento institucional, elaboração de programas e projetos que embasam a gestão administrativa e de ensino. Esses resultados orientam os planejamentos de ensino e de cursos e são socializados com os parceiros institucionais, no intuito de, a partir das informações e experiências vivenciadas no mundo do trabalho, mantê-los atualizados. Observa-se que a autoavaliação dá ênfase à inter-relação, à retroalimentação e ao redimensionamento como princípios fundamentais da sua concepção metodológica.

Os resultados da autoavaliação como processo de melhorias na gestão da IES, nos cursos, nas coordenações ou direções de centro, com os professores e seus acadêmicos, com os colaboradores em seus diferentes setores e a articulação com os gestores permitem o (re)planejamento de ações para o atendimento das demandas resultantes da autoavaliação.

9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

9.1. Sustentabilidade financeira

Conforme citado no item 6 do presente instrumento, a Universidade de Cruz Alta foi instituída sob a forma de fundação, possuindo como principal papel prover a manutenção da sua mantida. As receitas da Fundação são advindas, majoritariamente, das mensalidades acadêmicas, além de outras fontes estabelecidas no artigo 8º do Estatuto da Fundação Universidade de Cruz Alta.

O regime financeiro é exercido a partir da aprovação da proposta do orçamento anual, aprovado pelo Conselho Curador da Fundação Universidade de Cruz Alta, cabendo ao reitor da Universidade de Cruz Alta apresentar a proposta

orçamentária da mantida ao Conselho Universitário, para apreciação e posterior encaminhamento à mantenedora.

Depois da aprovação, as despesas institucionais seguem os parâmetros estabelecidos, passíveis de ajustes para deliberação do Conselho Curador da mantenedora, cabendo ao Conselho Diretor, órgão de natureza representativa e executiva da Fundação Universidade de Cruz Alta, apresentar ao Conselho Curador, em caso de eventual *déficit* orçamentário, a proposta de um plano de recuperação, indicando as medidas saneadoras concretas necessárias para a sua correção.

Para o período de vigência deste PDI, a projeção de captação de recursos e de ordenamento de despesas prevê um crescimento aproximado de 5% (cinco por cento) ao ano, podendo ser alterado, de acordo com os processos institucionais, políticas públicas de apoio ao setor do ensino superior privado, especialmente no que tange ao financiamento estudantil, bem como das demandas do mercado.

A gestão financeira é fiscalizada pelo Conselho Fiscal e por uma auditoria externa, que emitem pareceres para posterior deliberação do Conselho Curador, que segue para exame do Ministério Público, por intermédio da Procuradoria de Fundações, dando publicidade às demonstrações contábeis do exercício anterior, na forma da legislação vigente.

9.2. Estratégia de gestão econômico-financeira

O regime administrativo da instituição está assentado no princípio da gestão compartilhada entre a mantenedora e a mantida: a primeira é responsável pela gestão econômica e financeira, e a segunda é responsável pela representatividade institucional e questões acadêmicas.

Os recursos financeiros que ingressam na instituição, assim como todas as formas de organização e reorganização implementadas, são revertidos na busca constante da qualidade dos serviços desenvolvidos, visando à garantia da autonomia institucional e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Atuando conjuntamente, a mantenedora e a mantida promovem, de forma continuada, programas e ações para ajustar o orçamento ao cenário socioeconômico local e regional, que impactam na rotina institucional, redimensionando sua infraestrutura, com vistas a torná-la mais eficiente do ponto de vista econômico, financeiro, organizacional e, principalmente, preservar e qualificar os serviços prestados inerentes à formação de profissionais aptos e qualificados para o mercado de trabalho.

Essas políticas primam por implementar ações dirigidas num contexto de unidade de negócio, onde instrumentos, como gerenciamento orçamentário, planejamento estratégico e definição de prioridades nos investimentos estão voltados à manutenção e qualificação da Universidade de Cruz Alta.

9.3. Plano de investimentos

Os investimentos, que se relacionam diretamente com a gestão financeira, são deliberados pela mantenedora, conforme o seu orçamento e seu fluxo de caixa, e diretamente acordados com a mantida, implementando ações definidas prioritariamente, a partir das demandas da comunidade acadêmica, oriundas dos processos de avaliação institucional.

Em relação à estrutura física, a instituição atua, prioritariamente, com vistas à conservação e manutenção dos espaços existentes, atendendo às áreas voltadas ao conforto dos usuários da Universidade de Cruz Alta, tais como: salas de aula, laboratórios, acessibilidade, espaços de convivência e estrutura de apoio.

Por meio de previsão orçamentária, a gestão compartilhada decide sobre as áreas a serem atendidas em um rol de urgências e prioridades identificadas. A partir da execução orçamentária, a instituição busca o equilíbrio financeiro, através da otimização de seus recursos, focando suas ações, a fim de oferecer segurança, conforto e modernidade para o seu corpo discente, docente e técnico administrativo.

Nesse sentido, a gestão colegiada da Universidade cumpre e executa o planejamento e o orçamento alinhados com o que prevê este documento (PDI), as demandas institucionais provenientes das avaliações internas e externas e as deliberações dos colegiados superiores, exercendo as suas atividades em estrita observância às normas legais e institucionais vigentes.

Lista de Quadros

1 Centros e respectivos cursos da Universidade de Cruz Alta..... 14
2 Cursos de graduação e vagas autorizadas para a modalidade presencial..... 60
3 Cursos de graduação descontinuados..... 61
4 Cursos de graduação a serem implementados..... 61
5 Cursos de pós-graduação *lato sensu* implementados no período 2018 a 2022..... 61
6 Cursos de pós-graduação *lato sensu* a serem ofertados no período 2023 a 2027..... 62
7 Cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados..... 62
8 Cursos de pós-graduação *stricto sensu* a serem implementados... 63

Lista de Figuras

01 Fluxograma de distribuição dos laboratórios institucionais..... 82
02 Organização dos setores do Hospital Veterinário..... 83
03 Etapas do processo de autoavaliação institucional..... 88

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 22/2023

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023/2027,

==========

O **Conselho Universitário**, em reunião realizada no dia 30 de agosto de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Universidade de Cruz Alta e pelo seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Artigo 1º. Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023/2027 da Universidade de Cruz Alta.

Artigo 2º. A presente Resolução passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da Universidade de Cruz Alta, aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

Prof. Dr. Fábio Dal-Soto
Presidente do Conselho Universitário
Reitor da Universidade de Cruz Alta

Registre-se e Publique-se.
Cruz Alta, 30 de agosto de 2023.
==========

Sadi Herrmann
Secretário-Geral

Referências

ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD: dinâmicas e lugares. **Educação & sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010.

BORGES, F. A. F. A EaD no Brasil e o Processo de democratização do acesso ao ensino superior: Diálogos possíveis. **EAD em Foco**, v.5, n.3, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 221-A, 13 novembro 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

GUARESCHI, A. **Universidade comunitária**: uma experiência inovadora. Passo Fundo: Berthier; Aldeia Sul, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 10 mai. 2023.

LAKE, M.A. What we know so far: COVID-19 current clinical knowledge and research. **Clinical Medicine**, v. 20, n. 2, 2020, p. 124–7.

LAZZARI, N.J.; KOEHNTOPP, P.I; SCHMIDT, J.P. Apresentação. In: SCHMIDT, J.P. **Instituições comunitárias**: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Portaria nº 784, de 19 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 247, p. 13, 22 dezembro 2014.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. Estatuto da Universidade de Cruz Alta. Disponível em: https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2023/02/ESTATUTO_UNICRUZ_2022.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.